



IPARDES

fundação édison vieira INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

NOVA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO PARANÁ

CONVÊNIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

URBANO - CNDU

CURITIBA

JANEIRO/1983

159n

IPARDES - Fundação Edison Vieira.

Nova configuração espacial do Paraná.
Curitiba, 1983.

140 p.

Convênio Ministério do Interior, Conselho
Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU.

1. Urbanismo - Paraná. 2. População - Pa-
raná. I. Título

CDU 711.13(816.2)

IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

CARLOS AUGUSTO ALBUQUERQUE - **Diretor Presidente**

AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET - **Coordenador Técnico**

CONSELHO EDITORIAL

Antônia Schwinden - Augusto Cesar de Camargo Fayet - Carlos Augusto Albuquerque - Débora R. C. Guimarães - Hilária Zimowski - Mariano de Matos Macedo - Miguel Huerga - Rinaldo Bãrcia

EQUIPE TÉCNICA

Claudio Soares Magalhães (arquiteto) - Cleide Perito de Ben (socióloga) - Darcy Marzulo Ribeiro (sociólogo) - Coordenador

PARTICIPAÇÃO

Hilária Zimowski (socióloga) - Valéria Valverde (acadêmica de Ciência Sociais)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	v
INTRODUÇÃO	1
1 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E O ESVAZIAMENTO	
POPULACIONAL DO ESTADO	6
1.1 O ESVAZIAMENTO POPULACIONAL DO ESTADO	10
1.2 MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA	18
1.3 MODERNIZAÇÃO, HOMOGENEIZAÇÃO E MIGRAÇÃO RURAL	
NO PARANÁ	24
1.4 AS BASES DE UMA URBANIZAÇÃO DIFERENCIADA	37
2 CONCENTRAÇÃO DO TERCIÁRIO E CENTRALIZAÇÃO URBANA	43
2.1 ANTECEDENTES DA CENTRALIZAÇÃO URBANA	45
2.2 O TERCIÁRIO E A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES	51
2.3 A CONCENTRAÇÃO DO COMÉRCIO E A CENTRALIZAÇÃO	
URBANA NO PARANÁ	59
3 A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA E A CENTRA-	
LIZAÇÃO URBANA	74
3.1 CONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL	78
3.2 A BASE AGROINDUSTRIAL DA INDÚSTRIA PARANAENSE	89
3.3 A AGROINDÚSTRIA E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL NO	
PARANÁ	93
3.4 A CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO URBANA	106
4 URBANIZAÇÃO E URBANISMO	112
5 UM NOVO MODELO TERRITORIAL	125
5.1 RESULTADOS DOS ESTUDOS	125

5.2	UMA PROPOSTA-SÍNTESE	130
5.3	MODELO TERRITORIAL ALTERNATIVO	133
6	CONCLUSÃO	136
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

LISTA DE TABELAS

- 1 - POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL EM ABSOLUTO, CRESCIMENTO PERCENTUAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO NAS DÉCADAS DE 40 A 70
- 2 - VARIACÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL E POPULAÇÃO RURAL, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-1980
- 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONFORME AS VARIACÕES PERCENTUAIS, DA POPULAÇÃO RURAL, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-80
- 4 - DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL NO PARANÁ, POR MICRORREGIÃO - 1970-1980
- 5 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE - 1970-1975
- 6 - NÚMERO, DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E CRESCIMENTO PERCENTUAL DE TRATORES, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970-1980
- 7 - VARIACÃO PERCENTUAL DE TRATORES E DA POPULAÇÃO RURAL NO PARANÁ, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970-1980
- 8 - ÁREAS DE LAVOURA PERMANENTE E TEMPORÁRIA E PASTAGENS NATURAIS E PLANTADAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970-1975-1980
- 9 - VARIACÃO PERCENTUAL DE LAVOURAS PERMANENTES E DA POPULAÇÃO RURAL NO PARANÁ, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970-1980
- 10 - NÚMERO DE PÉS DE CAFÉ TOTAL, ADULTOS E NOVOS, ÁREA PLANTADA, VARIACÃO ABSOLUTA E RELATIVA NO PARANÁ - 1970-79
- 11 - VARIACÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL E DO PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA NO PARANÁ, SEGUNDO MICRORREGIÕES - 1970-1980

- 12 - ÁREA CULTIVADA, NÚMERO DE TRATORES E RELAÇÃO ENTRE ÁREA CULTIVADA E NÚMERO DE TRATORES, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-1980
- 13 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E DA ÁREA OCUPADA, POR ESTRATOS DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-1975-1980
- 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS URBANOS POR TAMANHO, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970
- 15 - POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E TAXA DE URBANIZAÇÃO DO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 50 A 80
- 16 - NÚMERO DE CENTROS URBANOS, POPULAÇÃO ABSOLUTA, PARTICIPAÇÃO RELATIVA E PERCENTUAL DE ACUMULAÇÃO, SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO, NO PARANÁ - 1970-80
- 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS VAREJISTAS EM ABSOLUTO E RELATIVO POR CLASSES DE POPULAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ - 1975
- 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS ATACADISTAS EM ABSOLUTO E RELATIVO POR CLASSES DE POPULAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ - 1975
- 19 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA PARANAENSE, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO MICRORREGIÕES - 1975-1979
- 20 - PARTICIPAÇÃO DE CURITIBA NO VALOR AGREGADO DE ALGUNS GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1975-1979
- 21 - CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO OS DEZ MAIORES CENTROS URBANOS DO PARANÁ - 1970-1980
- 22 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO AS ÁREAS INDUSTRIAIS - 1976

- 23 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1970-1975-1979
- 24 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE ALGUNS GÊNEROS NO VALOR AGREGADO INDUSTRIAL DO PARANÁ - 1975-1979
- 25 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DIFERENTES GRUPOS DO GÊNERO MADEIRA NO PARANÁ - 1975-1979
- 26 - VALOR TOTAL DAS VENDAS DOS GRUPOS AGROINDUSTRIAIS, VALOR DAS 10 MAIORES EMPRESAS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS GRUPOS DE ATIVIDADE NO PARANÁ - 1979
- 27 - PARTICIPAÇÃO DOS CINCO MAIORES CENTROS DO PARANÁ NAS VENDAS 10 MAIORES EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE - 1979
- 28 - VALOR DAS VENDAS, GRUPOS E LOCALIZAÇÃO DAS 10 MAIORES EMPRESAS DA AGROINDÚSTRIA PARANAENSE - 1979
- 29 - DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS URBANOS, POR MICRORREGIÕES SEGUNDO O TAMANHO - 1980
- 30 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DE ALGUNS MUNICÍPIOS PRÓXIMOS À CIDADE - NÚCLEO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1970-1980
- 31 - POPULAÇÃO URBANA, VARIAÇÃO PERCENTUAL E TAXA GEOMÉTRICA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS CENTROS DO SISTEMA METRONOR - 1970-1980
- 32 - POPULAÇÃO URBANA, VARIAÇÃO PERCENTUAL E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DOS CENTROS DO EIXO SUL - 1970-1980

INTRODUÇÃO

O objetivo deste projeto é identificar a nova disposição e a forma dos elementos espaciais no Paraná, fundamentalmente representadas pelo sistema de cidades: "a maneira pela qual elas se agrupam ou se dispersam, em termos de formação de áreas e regiões metropolitanas, de eixos de desenvolvimento ou de centros dispersos ou isolados".¹

Três elementos essenciais que marcam a ocupação do território, constituíram o eixo em torno do qual se desenvolveu a análise:

- a) a concentração populacional em alguns pontos do território, constituindo a concentração urbana, além da multiplicação desses pontos e suas inter-relações;
- b) os fluxos migratórios que conformam grandes deslocamentos de população, principalmente com destino aos centros urbanos de maior porte;
- c) o deslocamento geográfico das atividades urbanas.

O projeto teve como ponto de partida a necessidade de fazer frente aos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1980, da FIBGE, cujos dados preliminares indicavam uma reversão de tendências até então dominantes, no que se refere à população paranaense. Um Estado absorvedor de mão-de-obra e con-

¹BARAT, Josef ed. Política e desenvolvimento urbano: aspectos metropolitanos e locais. Rio de Janeiro, IPEA/INPE, 1976. 356 p. (monográfica, 22).

seqüentemente de população apresenta, na década passada, uma taxa média geométrica anual de crescimento em torno de 0,97, a mais baixa dentre os Estados da Federação. Além disso, o fator responsável pela redução nas suas margens de crescimento foi exatamente a redução da população rural, cuja evolução vinha respondendo pelo crescimento da população estadual.

Para atingir seu objetivo, o estudo se desenvolveu tendo como referência, em primeiro lugar, o processo de adequação do território à estrutura produtiva. Esse processo é entendido a partir da correspondência existente entre uma determinada forma espacial e a maneira particular pela qual se desenvolve a estrutura produtiva, entendida como o conjunto de elementos que estabelece entre si relações particulares e necessárias que definem a base produtiva de uma sociedade e se constituem em seu arcabouço.

A adequação do território é considerada neste projeto como a criação de um espaço adequado às transformações que estão ocorrendo no conjunto da produção mediante a sua homogeneidade, permitindo liberar a produção dos determinantes geográficos e das particularidades locais, através da criação de um ambiente urbano/industrial, cuja expressão mais acabada são as grandes regiões metropolitanas, às quais se associam o processo de emancipação e promoção social, além de um estilo de vida.

Esse estilo de vida é permeado por sentimentos antiindustriais,² percebidos tanto a partir das massas expulsas da

²DELLA PERGOLA, Guilliano. La conflictualidad urbana; ensayos de sociologia crítica. Barcelona, DOPESA, 1973.

agricultura pela expansão do capitalismo como pela formação de bairros seletivos para reconstituição de formas de vida comunitárias - "áreas naturais" que procuram substituir as relações impessoais dominantes nas grandes metrópoles pelas de caráter pessoal e imediato. Esse sentimento de "paraíso perdido" se expressa no plano ideal, nas teorias antiurbanas que revelam a incapacidade congênita do pensamento conservador para encarar os problemas reais da sociedade.

A segunda referência que orientou o projeto foi a identificação do sentido do movimento que gerou uma determinada configuração espacial e suas tendências. Dessa forma, o problema agrário é considerado a partir dos resultados da modernização da agropecuária que inviabilizam a manutenção de formas produtivas dominantes no setor anteriormente, reforçados pelo fechamento das fronteiras agrícolas que tornaram impraticáveis as migrações rural/rural, tendendo a intensificar as migrações rural/urbano; essas, por sua vez, com menores impactos que nos períodos anteriores, pois o "estoque" de população rural foi reduzido.

A industrialização igualmente reforça o movimento de concentração espacial, formando as grandes regiões metrolitâneas, ao mesmo tempo em que o processo de descentralização, que acompanha a concentração, dá origem aos eixos industriais à margem das vias de comunicação.

Esse tipo de análise permite superar os tradicionais tratamentos antimigratórios que dominam alguns estudos e propostas.

Os conceitos são desenvolvidos na medida em que os fatos concretos os exigem e somente se conformam as parte final do

projeto, onde se tornam claros a função essencial das cidades nas sociedades industriais e o significado do urbanismo e da urbanização.

O projeto inicialmente analisa as transformações que deram origem ao esvaziamento populacional do campo, demonstrando as razões que determinam a crescente inviabilidade das formas tradicionais de produção na agropecuária. Assim, procura-se esclarecer a perda de importância das migrações rurais nos fluxos migratórios internos do País e tratar da dinâmica populacional do Estado, enfatizando o caráter dominante das migrações com destino urbano, constitutivas da sociedade industrial.

O deslocamento da população no meio urbano é observado simultaneamente ao das atividades econômicas, destacando-se o Terciário e principalmente as atividades comerciais. Esses deslocamentos se expressam na sua concentração espacial e se apresentam sempre como tal, em virtude da base urbana anterior ter sido fixada por períodos que antecederam os ciclos de expansão mais recentes.

A análise da concentração espacial da indústria e as suas causas determinantes é efetuada a seguir, procurando enfatizar o papel da agroindústria, visando explicitar a base agropecuária da urbanização.

Este estudo se divide em seis itens. No primeiro são tratados a modernização da agropecuária e seus efeitos populacionais, bem como as causas da não-reprodutibilidade das formas de ocupação que dominaram o Norte, o Extremo-Oeste e Sudoeste Paranaense. Em um segundo momento, apresenta a distribuição das cidades e o seu vínculo com a expansão agrária anterior, como base espacial das transformações subseqüentes.

No segundo item se analisa o deslocamento populacional e a sua concentração em pontos isolados do espaço geográfico, bem como a concentração espacial do Terciário e suas ligações com a agropecuária em transformação.

O terceiro item se refere à análise da concentração industrial e de suas prováveis causas, em que se destaca a agro-indústria, procurando demonstrar seu papel estratégico na industrialização do Estado e na urbanização.

No quarto item se encontra a conceituação final e uma aproximação dos investimentos públicos no setor urbano.

O item seguinte é reservado à análise de alguns programas territoriais existentes e de propostas urbano/regionais, bem como a sugestões de políticas adequadas.

No último item procura-se obter uma síntese dos resultados e um resumo do problema tratado.

1 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E O ESVAZIAMENTO POPULACIONAL DO ESTADO

O crescimento da população do Paraná esteve associado, até o início da década passada, ao aumento da população rural, que demandava mão-de-obra principalmente face à expansão cafeeira. A população do Estado, entre 1940-70, cresceu aproximadamente 460%. Observa-se, também, que no mesmo período a população rural cresceu 374%.

Na década passada, porém, o crescimento da população rural sofreu uma reversão, apresentando queda de mais de um quarto em seu contingente. A população urbana, paralelamente, apresentou um crescimento de 78,6% (tabela 1).

TABELA 1 - POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL EM ABSOLUTO, CRESCIMENTO PERCENTUAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO NAS DÉCADAS DE 40 A 70
(Em 1 000 habitantes)

ANOS	RURAL (a)		URBANA (b)		TOTAL (c)		TAXA DE URBANIZAÇÃO $\frac{b}{c} \times 100$
	Abs.	Cresc. %	Abs.	Cresc %	Abs.	Cresc %	
1940	934		302		1 236		24,5
		69,9		74,8		71,1	
1950	1 587		528		2 116		25,0
		86,0		148,3		101,5	
1960	2 953		1 311		4 264		30,8
		49,9		91,0		62,5	
1970	4 425		2 504		6 930		36,1
		28,6		78,7		10,1	
1980	3 157		4 474		7 630		58,6

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico - 1975, Censo Demográfico - 1980 - Tabulações Avançadas

A população rural que respondia por mais de 60% da população total em 1970, dada a sua significativa redução, foi responsável pelo chamado "esvaziamento populacional do Estado". O crescimento das cidades não foi suficiente para absorver o contingente expulso do campo, havendo, de acordo com o Censo Demográfico de 1980 da IBGE, migração de aproximadamente 1 168 000 paranaenses, dos quais cerca de 590 000 se dirigiram para o Estado de São Paulo.

Dessa forma, o esvaziamento populacional se deve, em grande parte, às mudanças estruturais na economia que afetaram o setor agrícola. Essas mudanças, por sua vez, além de se manifestarem nos grandes deslocamentos de população e das atividades econômicas, configuram uma homogeneização do território, adequando-o a uma estrutura produtiva em transformação.

Assim, o ponto de partida desta análise são os processos migratórios e suas causas, bem como os efeitos provocados na agricultura pelas transformações em sua base produtiva, que incluem a incorporação de novas técnicas de produção e as mudanças nas relações de trabalho dominantes.

As migrações se constituem, formalmente, em grandes deslocamentos da população no espaço geográfico e se manifestam em três grandes grupos:

- a) as de origem rural com destino rural;
- b) as de origem rural com destino urbano;
- c) as de origem urbana com destino urbano.

As migrações do primeiro grupo ocorrem entre diferentes regiões rurais e a população se mantém em um mesmo setor de atividades. No segundo grupo, os contingentes populacionais se deslocam para atividades que demandam uma população obtida so-

mente no campo. As do terceiro, dadas as transformações qualitativas nas atividades urbanas, aparecem em distintas regiões.

As migrações nos três grandes grupos são sucessivas, porém, ocorrem geralmente de maneira simultânea, pois o esvaziamento rural, até o fechamento das fronteiras agrícolas, estava associado ao crescimento da ocupação do campo em outras regiões, ao maciço deslocamento de população para as cidades e à concentração urbana.

O caráter sucessivo e contemporâneo dos três grupos de migração não pode ser estabelecido no plano formal, deve-se considerar a migração como índice de transformações na estrutura produtiva.

Na agropecuária, as transformações podem ocorrer de duas maneiras: a primeira delas está ligada ao aumento da produtividade do trabalho, que libera mão-de-obra excedente, em virtude de mudanças na base técnica do processo produtivo; a segunda decorre de reordenamentos no processo de trabalhos. Ambas passam a obter um maior produto, ou o mesmo volume de produção, com uma quantidade menor de trabalhadores.

O crescimento da produção nesse setor, quando não decorre do simples aumento da fertilidade do solo e da incorporação de novas terras, é sempre acompanhado de uma redução absoluta e relativa da população, face à intensificação do capital. Verifica-se também o uso mais racional e intenso do solo cultivável, que deixa de ser para seus possuidores um elemento natural, transformando-se em elemento sujeito ao cálculo de rentabilidade e à previsão econômica.

Em oposição aos movimentos migratórios decorrentes dessas transformações aparecem aqueles derivados da perda da fer-

tilidade do solo, que inviabiliza a reprodução da unidade produtora, geralmente a familiar, e da estagnação, em que o aumento dos membros da unidade familiar esbarra na indisponibilidade de terras agricultáveis, ocorrendo uma pressão demográfica só aliviada com a expulsão de parte da população.

As duas grandes causas da migração rural são analisadas por Singer, sob a denominação de fatores de estagnação e de modernização.³ O efeito populacional é semelhante em qualquer um desses casos: queda de população ocupada na agropecuária.

Uma diferença, entretanto, pode existir do ponto de vista sócio-econômico. Uma parte do contingente migrante tentará reconstruir, nos mesmos moldes, a antiga estrutura produtiva em outras regiões, propiciando a migração rural/rural. Outra parte, significativamente maior, dirige-se para as cidades, onde se incorpora ao mercado de trabalho urbano. O contingente que se desloca para os centros urbanos tende a crescer na medida em que se diminui a possibilidade de reprodução das formas produtivas anteriores, em virtude da expansão das relações mercantis pelo conjunto do território.

Verifica-se, portanto, um movimento de reconstrução das bases operativas de um determinado grupo social que procura assegurar a sua própria reprodução, gradativamente inviabilizada pelas bases técnicas da produção constantemente redefinidas, e acentuada quando a indústria assume o controle e domina a produção agrícola.

O deslocamento para os centros urbanos indica o desaparecimento de grupos sociais e o surgimento de outros, que

³SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1973.

se formam em decorrência do desaparecimento dos anteriores, tendo por base definidora uma nova e particular "integração" à estrutura produtiva.

Em oposição à agricultura, a expansão industrial que se auto-sustenta cresce em termos absolutos, ainda que implique redução da força de trabalho, quando comparada com a massa de capital investido. Essa expansão auto-reprodutora deve ser considerada a partir da maior intensidade das relações "interindustriais", que determinam, de forma crescente, a proximidade geográfica das plantas industriais e, consêqüentemente, a "concentração espacial".

As escalas operacionais da comercialização que se moderniza, cada vez maiores, sã são compatíveis com uma certa "concentração espacial".

Dessa forma, essas escalas e a expansão industrial provocam um deslocamento populacional para alguns pontos de "concentração", constituindo as migrações urbano/urbano.

1.1 O ESVAZIAMENTO POPULACIONAL DO ESTADO

Verifica-se no Paraná um processo de modernização da agricultura que redefine os padrões técnicos de produção e das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que torna ociosa parte da população e inviabiliza sua incorporação em regiões onde a ocupação é menos densa.

Nota-se que das 24 microrregiões homogêneas em que se divide o Estado, em apenas 8 houve um crescimento da população rural. Nas demais houve uma redução, sendo significativa na região Norte do Paraná (tabela 2).

Nessa região, excluindo-se a Microrregião Norte Velho de

TABELA 2 - VARIACÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL E POPULAÇÃO RURAL, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-1980

MICRORREGIÕES		1970	1980	VARIACÃO	
				Abs.	%
268/1	Curitiba	164 764	115 414	(49 350)	(30,0)
269/2	Litoral Paranaense	34 445	32 278	(2 167)	(6,3)
270/3	Alto Ribeira	27 433	27 750	317	1,2)
271/4	Alto Rio Negro	26 959	28 260	1 301	4,8
272/5	Campos da Lapa	43 417	42 921	(496)	(1,1)
273/6	Campos de Ponta Grossa	77 703	79 071	1 368	1,8
274/7	Campos de Jaguariaíva	29 376	28 555	(821)	(2,8)
275/8	São Mateus do Sul	33 616	30 959	(2 657)	(7,9)
276/9	Colonial de Irati	98 159	98 910	651	0,7
277/10	Alto Ivaí	84 050	97 983	13 933	16,6
278/11	Norte Velho W. Braz	154 817	119 827	(34 990)	(22,6)
279/12	Norte Velho Jacarezinho	254 191	132 998	(121 193)	(47,7)
280/13	Algodoeira de Assaí	88 143	47 592	(40 551)	(46,0)
281/14	Norte Velho Londrina	351 924	177 601	(174 323)	(49,5)
282/15	Norte Novo Maringá	169 638	66 871	(102 767)	(60,6)
283/16	Norte Novíssimo Paranavaí	212 722	119 522	(93 200)	(43,8)
284/17	Norte Velho Apucarana	351 354	210 690	(140 664)	(40,0)
285/18	Norte Novo Umuarama	509 057	278 585	(230 472)	(45,1)
286/19	Campo Mourão	431 391	234 950	(196 441)	(45,5)
287/20	Pitanga	97 933	118 042	20 109	0,2
288/21	Extremo-Oeste Paranaense	602 916	476 465	(126 451)	(21,0)
289/22	Sudoeste Paranaense	366 203	354 552	(11 651)	(3,2)
290/23	Campos de Guarapuava	135 403	157 310	21 907	16,2
291/24	Médio Iguacu	79 876	79 919	43	0,1
TOTAL		4 425 490	3 156 925	(1 268 565)	(28,7)

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970, Censo Demográfico - Tabulações Avançadas - 1980

Wenceslau Braz, todas apresentaram variação negativa inferior à do Estado. Outras regiões que demonstraram o mesmo impacto negativo foram a Metropolitana de Curitiba e o Extremo-Oeste Paranaense.

A região Norte, composta pelas microrregiões 278 a 286, apresentava, em 1970, uma população rural em torno de 2 523 237 habitantes, correspondendo a aproximadamente 57% da população rural do Estado. O Extremo-Oeste Paranaense, com uma população rural de 602 916 habitantes, respondia por 13,6% da população rural do Paraná.

Nesse período, a população rural da região Metropolitana de Curitiba era insignificante, quando comparada à da região Norte ou à do Extremo-Oeste. Essas duas regiões em conjunto representavam 70% da população rural do Estado.

A população rural da região Norte, entre 1970-80, passa de 2 523 237 habitantes para 1 388 636, correspondendo a uma redução de aproximadamente 45% da população rural dessa região e a cerca de 90% do total; essa participação percentual se eleva para 98% quando acrescentados os 126 451 habitantes que deixaram o Extremo-Oeste.

Além dessa relativa disparidade entre as microrregiões, no que se refere à intensidade do esvaziamento do campo, há também uma grande variação quando se compara os municípios (tabela 3).

Observa-se que a população rural se reduz em 236 municípios, ou seja, em 83% dos municípios existentes em 1970, dos quais 169 se concentram na região Norte, correspondendo a 72% dos municípios que sofreram uma diminuição na sua população rural. Essa participação é, portanto, maior que a dos municípios

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONFORME AS VARIAÇÕES PERCENTUAIS, DA POPULAÇÃO RURAL, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-80

MICRORREGIÕES		VARIAÇÃO PERCENTUAL						Totais
		Menos -60	-60 a -40	-40 a -20	-20 a 0	0 a 10	10 e mais	
268/1	Curitiba	-	1	6	3	3	1	14
269/2	Litoral Paranaense	-	-	2	2	2	-	6
270/3	Alto Ribeira	-	-	-	1	1	-	2
271/4	Alto Rio Negro Paranaense	-	-	-	2	1	1	4
272/5	Campos da Lapa	-	-	-	2	2	1	5
273/6	Campos de Ponta Grossa	-	-	-	4	-	1	5
274/7	Campos de Jaguariaíva	-	-	-	2	1	-	3
275/8	São Mateus do Sul	-	-	-	3	-	-	3
276/9	Colonial de Irati	-	-	-	4	2	1	7
277/10	Alto Ivaí	-	-	-	1	2	2	5
278/11	Norte Velho de W. Braz	1	1	9	4	2	-	17
279/12	Norte Velho de Jacarezinho	5	11	4	-	-	-	20
280/13	Algodoeira de Assaí	1	6	-	-	-	-	7
281/14	Norte Novo de Londrina	2	24	2	1	-	-	29
282/15	Norte Novo de Maringá	7	7	-	1	-	-	15
283/16	Norte Novíssimo de Paranavaí	6	12	9	2	-	-	29
284/17	Norte Novo de Apucarana	1	11	3	1	-	-	16
285/18	Norte Novíssimo de Umuarama	5	10	6	1	-	-	22
286/19	Campo Mourão	4	10	2	1	-	1	18
287/20	Pitanga	-	-	-	-	1	2	3
288/21	Extremo-Oeste Paranaense	1	5	4	1	3	5	19
289/22	Sudoeste Paranaense	-	-	4	12	5	3	24
290/25	Campos de Guarapuava	-	-	-	-	1	4	5
291/26	Médio Iguaçú	-	-	1	5	4	-	10
TOTAL		33	98	52	53	30	22	288
TOTAL Acumulado		33	131	183	236	266	288	-

FONTES: FIBGE - Censo Demográfico - 1970, Censo Demográfico - Tabulações Avançadas --1980

da região, que era de 60% no total do Estado.

Considerando-se os municípios por estratos de variação percentual da população do campo, é possível verificar que os municípios da região Norte se concentram nos estratos de redução mais intensa. Dos 33 municípios que apresentaram uma queda superior a 60%, apenas 1 não se encontrava nessa região. No estrato seguinte, dos 98 municípios com variação negativa entre 60% e 40%, apenas 6 não se localizavam na região Norte. Nesses dois estratos, com um total de 131 municípios, essa região respondia por 124 municípios.

Nos estratos seguintes, seu peso relativo se reduz gradativamente. Dos 52 municípios constantes do estrato cuja variação negativa ficou entre 40% e 20%, 17 não pertenciam à região Norte; no estrato de 20% a 0%, dos 53 municípios, 11 se encontravam na parte Norte; no estrato de 0% a 10%, dos seus 30 municípios, essa região estava representada por apenas 2.

Nota-se que a região Norte do Estado, constituída pelas Microrregiões Homogêneas de 278 a 286, apresenta uma forte concentração dos seus municípios nas faixas de maior intensidade de redução e possui uma distribuição homogênea da população nos diferentes estratos. Verifica-se, pois, uma dinâmica populacional semelhante em seu conjunto, com grande homogeneidade interna; as pequenas discordâncias são apresentadas pela Microrregião Norte Velho de Wenceslau Braz.

Ao contrário do que ocorre nessa região, os municípios do Extremo-Oeste Paranaense não apresentam entre si o mesmo grau de homogeneidade, pois dos 19 municípios que o compõem, 8 apresentam variação positiva de população rural, 1 se encontra no estrato de variação negativa superior a 60% e os demais ti-

veram sua população reduzida, com variação negativa entre 0% e 60%. Situação similar ocorre no Sudoeste Paranaense.

As Microrregiões de 270 a 277, região denominada Paraná Tradicional, apresentam comportamento bastante heterogêneo, pois dos 34 municípios que as compõem, 19 apresentam redução, com variação negativa entre 0% e 20%, 9 apresentam crescimento entre 0% e 10% e 6 crescimento superior a 10%.

Em termos de continuidade territorial, os seguintes municípios apresentam uma área contínua de significativa extensão de crescimento da População Rural: todos os municípios da Microrregião 290 (Campos de Guarapuava); Prudentópolis e Imbituva na Microrregião 276 (Colonial de Irati); Cândido de Abreu, Reserva, Ortigueira e Ipiranga na 277 (Alto Iváí); Telêmaco Borba na 273 (Campos de Ponta Grossa); os 3 municípios da 287 (Pitanga); Roncador e Iretama na 286 (Campo Mourão) e os 8 municípios dos 19 da 288 (Extremo-Oeste Paranaense) (mapa 1).

A densidade demográfica rural* apresentava, em 1980, uma homogeneidade maior que a de 1970. Nessa época, a região Norte possuía uma densidade superior à das demais regiões, ainda que distante da média do Estado; em 1980, sua situação se aproximava mais daquela apresentada pelas demais regiões (tabela 4).

Esses resultados podem ser encontrados tendo como base a homogeneização interna do Estado. As transformações ocorridas na agropecuária, principalmente aquelas que implicam a criação de um excedente populacional, possuem um caráter extensivo que incorpora áreas inteiras (gráfico 1).

*Optou-se pela densidade da população rural para eliminar os efeitos da taxa de urbanização das diferentes regiões, o que não elimina totalmente as distorções, na medida em que não foi subtraída a área ocupada pelas cidades.

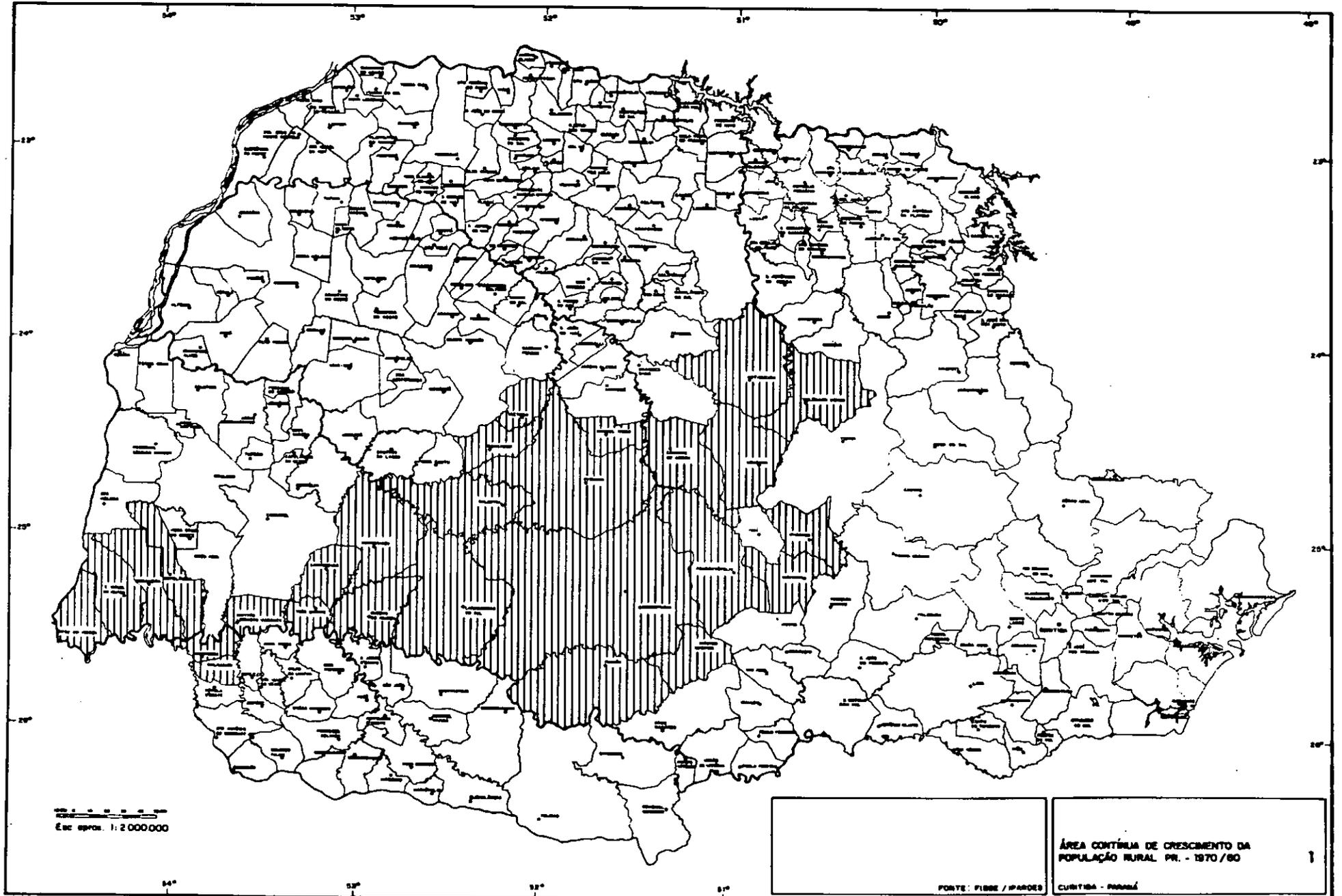
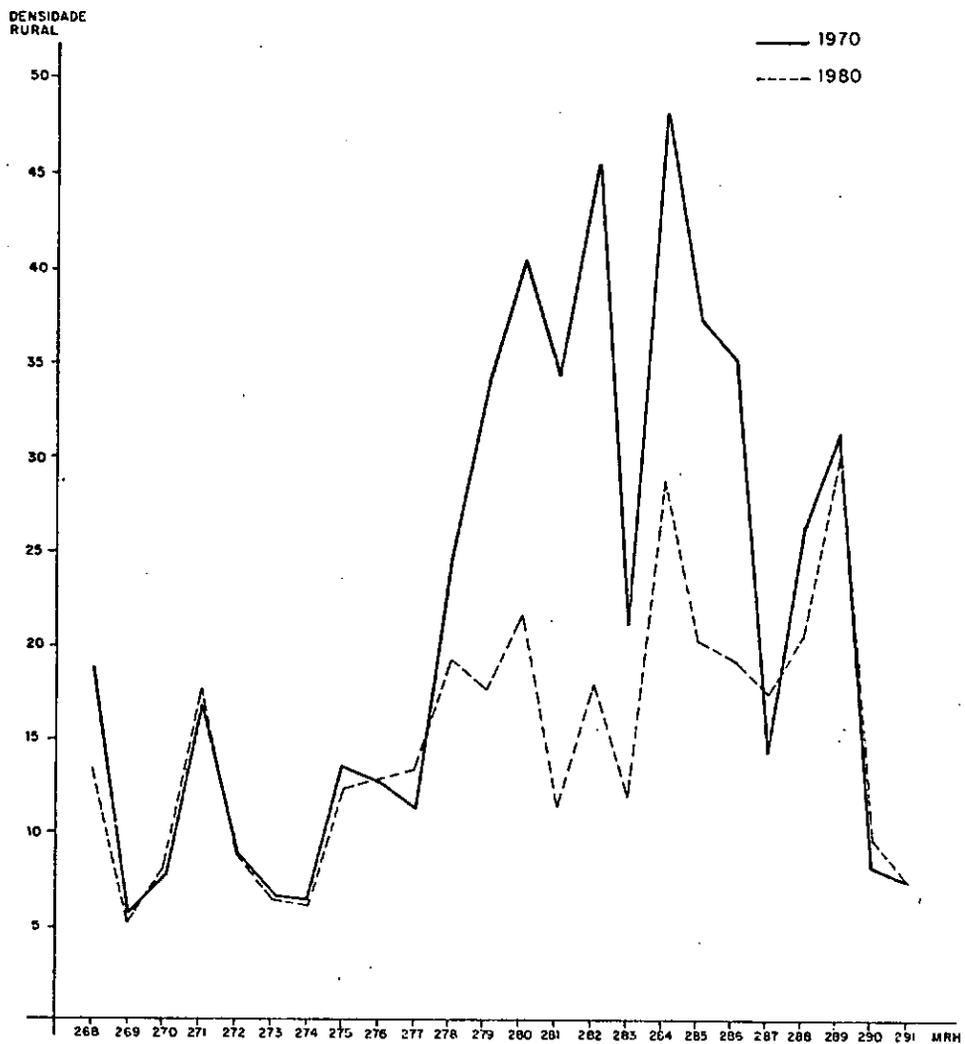


TABELA 4 - DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL NO PARANÁ, POR MICRORREGIÃO - 1970-1980

MICRORREGIÕES	DENSIDADE	
	1970	1980
268/1 Curitiba	18,8	13,2
269/2 Litoral Paranaense	5,9	5,5
270/3 Alto Ribeira	7,9	8,0
271/4 Alto Rio Negro	16,9	17,7
272/5 Campos da Lapa	9,1	9,0
273/6 Campos de Ponta Grossa	6,7	6,8
274/7 Campos de Jaguariaíva	6,7	6,5
275/8 São Mateus do Sul	13,7	12,6
276/9 Colonial de Irati	12,8	12,9
277/10 Alto Ivaí	11,4	13,3
278/11 Norte Velho de Wenceslau Braz	24,9	19,3
279/12 Norte Velho de Jacarezinho	34,3	17,9
280/13 Algodoeira de Assaí	40,5	21,9
281/14 Norte Velho de Londrina	34,6	11,5
282/15 Norte Novo de Maringá	45,6	18,0
283/16 Norte Novíssimo de Paranavaí	21,4	12,0
284/17 Norte Velho de Apucarana	48,2	28,9
285/18 Norte Novo Umuarama	37,2	20,3
286/19 Campo Mourão	35,3	19,2
287/20 Pitanga	14,5	17,4
288/21 Extremo-Oeste Paranaense	26,1	20,6
289/22 Sudoeste Paranaense	31,5	30,5
290/23 Campos de Guarapuava	8,3	9,7
291/24 Médio Iguaçu	7,5	7,5
TOTAL	22,2	15,9

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico do Paraná - 1970, Censo Demográfico do Paraná - Tabelações Avançadas - 1980

GRÁFICO 1 - DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS



FONTE: FIBGE CENSO DEMOGRÁFICO 1980 - IPARDES

A diversidade populacional se deve à grande concentração naquelas microrregiões que sofreram maior impacto e à impossibilidade das áreas vazias apresentarem significativo crescimento de população, com a extensão do cultivo, como é o caso do Paraná Tradicional, pois a extensão ao conjunto do território de práticas produtivas e de relações de trabalho semelhantes que constituem o processo de homegeneização, inviabiliza a expansão da agricultura, acompanhada do crescimento da população rural.

1.2 MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA

O conjunto de mudanças na base técnica da produção e maior controle das condições do solo e do produto, cujos indicadores mais comuns são o uso de tratores, adubos químicos, defensivos e de sementes selecionadas, entre outros, indicam o processo de modernização.

A modernização, em termos gerais, pode ser definida pelo controle crescente da natureza com o máximo de previsibilidade, implicando que os instrumentos de trabalho possuam determinadas características físicas conhecidas para assegurar que sua duração, capacidade de desenvolver um determinado trabalho e resistência sejam suficientemente conhecidas e previsíveis, de maneira a permitir o cálculo econômico, o que exige um certo desenvolvimento do conhecimento científico e da experimentação empírica.

Nesse processo, a organização do trabalho deve assegurar, considerando-se o uso de instrumentos adequados, sua realização com o mínimo de tempo e o máximo de previsibilidade, propiciada pela objetivação das funções nos instrumentos de

trabalho e pela redução dos componentes subjetivos, mediante a dominação ampla do processo de trabalho pelos seus instrumentos, eliminando-se gradativamente os elementos aleatórios da produção. Na agropecuária essa eliminação é reforçada pelo controle químico do solo, que aumenta sua fertilidade e, simultaneamente, permite sua adequação maior a determinados cultivos.

As transformações modernizadoras do campo aparecem, em grande medida, sobre os instrumentos de trabalho que aumentam sua resistência e durabilidade - a tração mecânica, por exemplo, permite a liberação de terras para cultivo, assegura maior rapidez ao trabalho, possibilitando a incorporação de terras ao processo produtivo, sem aumentar a demanda por trabalho, além de reduzir os componentes de aleatoriedade.

As condições materiais em que se desenvolve o trabalho agrícola, representadas basicamente pelo solo e clima, são também passíveis de maior ou menor grau de controle. O controle do solo, por exemplo, depende do conhecimento da física do solo, que permite descobrir os seus diferentes horizontes, sua estrutura, as condições de circulação da água e do ar; da química do solo, que possibilita o uso adequado de adubos; da microbiologia dos solos, que propicia o uso da microfauna e da microflora.

O conhecimento adequado do solo pode, muitas vezes, substituir a aração, em que são removidas em média de 4 000 a 5 000 toneladas de terra por hectare,⁴ pela aplicação química de condicionadores, permitindo atuar sobre a estrutura do solo para melhorá-la.

⁴CLEMENTE, J.M. & LAMICH, J. Ferran. La agricultura del futuro. Barcelona, Ediciones GEA, 1973.

Os conhecimentos desenvolvidos recentemente sobre a biologia molecular permitem a ação sobre os genes, transformando a seleção dos vegetais. O uso do adubo passa a ser definido pelas qualidades essenciais que se propõe a obter, mediante controle genético do elemento vegetal.

A física e a química do solo, bem como a biologia molecular, estão associadas a graus avançados de modernização que não se resumem exclusivamente no uso de tratores.

No ciclo produtivo vegetal, por exemplo, a colheita já foi mecanizada na produção de grãos. Para a produção de legumes e verduras ainda se faz necessário um grande número de trabalhadores num período muito curto de tempo. As tentativas de mecanização, em virtude da fragilidade e da forma desses produtos, são obstaculizadas devido à necessidade de, por exemplo, células foto-elétricas que encarecem consideravelmente a introdução de máquinas.⁵

A extrema flutuação dos preços desses produtos é outro fator que impede a realização de cálculos de depreciação, tornando inseguros e imprevisíveis os investimentos para os empresários do setor.

A ausência de mecanização suficiente não significa que o setor não esteja se modernizando, pois, deve-se considerar os obstáculos de ordem técnica e econômica localizados em determinadas fases do ciclo produtivo. A forma do produto, geralmente bastante padronizada, o peso, a coloração e o grau de umidade são fatores programados, mediante controle químico do

⁵Op. cit., nota 4.

solo e genético dos vegetais, a despeito do trabalho manual dominante na colheita.

Além dos elementos ligados às condições materiais e às técnicas de produção, existem aqueles, igualmente importantes, que se referem às relações de trabalho.

A modernização da agricultura também constitui o trabalho assalariado e, portanto, o desaparecimento das formas que o antecedem.

Os agentes da produção estão envolvidos nas mais diferentes relações de trabalho, sendo o trabalho assalariado aquele que dispensa os investimentos iniciais na aquisição da força de trabalho e permite o cálculo da rentabilidade, pois a subsistência do trabalhador é assegurada mediante o pagamento em dinheiro.*

Os agentes envolvidos na produção agropecuária podem ser classificados da seguinte forma:

- a) o proprietário fundiário: pequeno e grande e o proprietário-empresário. Exclui-se o proprietário que vive de renda, uma vez que não é um agente envolvido no processo de trabalho.

O proprietário fundiário tem assegurado seu acesso à terra para usá-la produtivamente, de forma direta e imediata, sem necessidade de pagar aluguel ou renda, o que lhe é garantido por regras jurídicas, explícitas e formais:

- i) o pequeno proprietário fundiário exerce sua atividade produtiva com o emprego de seu tra-

*O salário, na medida em que é pago em dinheiro, garante o cálculo econômico e, conseqüentemente, da rentabilidade.

- balho e o de membros da família, sendo circunstancial o uso do trabalho assalariado;
- ii) o grande proprietário fundiário exerce sua atividade produtiva com o auxílio de membros da família e do trabalho assalariado permanente, podendo aumentar o número de assalariados quando cresce a necessidade de braços. Ele e sua família não podem abandonar a atividade produtiva, uma vez que não dispõem de escala suficiente;
- iii) o proprietário-empresário, que pode ser tanto um indivíduo como sociedade de pessoas ou empresas, está totalmente liberado do exercício do trabalho produtivo, limitando-se a dirigir o trabalho de empregados assalariados, ou transferindo essa função para funcionários assalariados.
- b) o colono, representado pelo trabalhador que não dispõe de terras, exerce seu trabalho com o auxílio de membros da sua família, em uma extensão de terra pela qual é responsável perante o proprietário, devendo entregar a esse toda a produção e receber um salário e gleba para sua subsistência;
- c) o parceiro é o trabalhador que, com o auxílio de membros da sua família e circunstancialmente do trabalho assalariado, cultiva terra que lhe é concedida pelo proprietário, que lhe adianta parcial ou totalmente os meios de produção e divide com ele o resultado do produto, deduzidos os adiantamentos;

- d) o arrendatário cultiva a terra com o auxílio de membros da família, empregando circunstancialmente ou permanentemente o trabalho assalariado, e paga por ela um aluguel ou renda sob a forma de produto ou dinheiro. O arrendatário pode possuir ocasionalmente uma escala de produção que o libere do exercício do trabalho produtivo, o que o transforma em um empresário;
- e) o assalariado agrícola não dispõe de meios para exercer seu trabalho produtivo. Para sobreviver aluga sua capacidade de trabalho em troca de um salário. Frente ao proprietário-empresário, ou frente ao arrendatário que emprega exclusivamente trabalho assalariado e paga renda em dinheiro, constitui-se em um pólo antinômico.

Os pequenos produtores são os trabalhadores autônomos e independentes, responsáveis pela sua produção, que não empregam trabalho assalariado, ou apenas circunstancialmente e que usam os serviços de membros não-assalariados de sua família, sendo ou não proprietários. Desse grupo estão excluídos os colonos, que constituem uma forma de trabalhadores assalariados, cujo salário é completado parcialmente com o cultivo de uma gleba.

A modernização, além desses fatores, possui também um caráter extensivo, ou seja, incorpora novas regiões e setores, homogeneizando o território e a produção.

A homogeneização designa a eliminação de particularidades produtivas locais e regionais, implicando, essencialmente, desarticulação de formas produtivas particulares distantes do

salariado puro e simples, e a eliminação de técnicas baseadas na rotina e na tradição, na medida em que se associa à intensificação das relações mercantis.

Assim, a modernização e sua extensividade estão na base da dinâmica populacional do Estado, principalmente no que se refere ao esvaziamento do campo.

1.3 MODERNIZAÇÃO, HOMOGENEIZAÇÃO E MIGRAÇÃO RURAL NO PARANÁ

A expansão do pessoal ocupado na agropecuária paranaense se manifesta basicamente na expansão do número de trabalhadores assalariados (tabela 5).

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE - 1970-1975

CATEGORIAS	(Em mil pessoas)			
	1970		1975	
	Abs	%	Abs	%
Responsável e Membros Não-remunerados da Família	1 696	85,6	1 674	80,5
Empregados em Trabalhos Permanentes	132	6,7	179	8,6
Empregados em Trabalhos Temporários	119	6,0	162	7,8
Parceiros	25	1,2	58	2,8
Outros	9	0,5	7	0,3
TOTAL	1 981	100,0	2 080	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975

O número de assalariados, permanentes ou temporários, entre 1970-75, aumentou em torno de 90 000, correspondendo a aproximadamente 36%. A mão-de-obra empregada na agropecuária é, contudo, nitidamente a dos membros não-remunerados da família, que se constituem em uma nova base técnica, evidenciada pela expansão do parque de máquinas agrícolas do Estado, medida pelo número de tratores incorporados à agropecuária (tabela 6).

TABELA 6 - NÚMERO, DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E CRESCIMENTO PERCENTUAL DE TRATORES, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970-1975-1980

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	1970		1975		Δ% 75-70	1980		Δ% 80-75	Δ% 80-70
	Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%		
268/1 - Curitiba	556	3,0	1 075	2,0	93,3	2 325	2,9	116,3	318,2
269/2 - Litoral Paranaense	85	0,5	189	0,4	122,4	492	0,6	160,3	478,8
270/3 - Alto Ribeira	12	0,1	12	0,0	-	80	0,1	566,7	566,7
271/4 - Alto Rio Negro Paranaense	20	0,1	56	0,1	180,0	236	0,3	321,4	80,0
272/5 - Campos da Lapa	286	1,5	743	1,4	159,8	1 382	1,7	86,0	383,2
273/6 - Campos de Ponta Grossa	1 022	5,5	1 924	3,7	88,2	2 907	3,6	51,1	184,4
274/7 - Campos de Jaguariaíva	191	1,0	399	0,8	109,0	727	0,9	82,2	280,6
275/8 - São Mateus do Sul	36	0,2	164	0,3	87,1	451	0,6	175,0	152,8
276/9 - Colonial do Iratí	147	0,8	551	1,0	274,8	1 364	1,7	147,5	827,9
277/10 - Alto Ivaí	114	0,6	691	1,3	506,1	973	1,2	40,8	753,5
278/11 - Norte Velho de Wenceslau Braz	394	2,1	956	1,8	142,6	1 714	2,2	79,3	335,0
279/12 - Norte Velho de Jacarezinho	2 773	14,8	5 277	10,0	90,1	5 852	7,3	10,9	111,0
280/13 - Algodoeira de Assaí	1 594	8,6	2 047	3,9	28,4	2 560	3,2	25,1	60,6
281/14 - Norte Velho de Londrina	3 280	17,6	6 426	12,2	95,9	8 301	10,4	29,2	153,1
282/15 - Norte Novo de Maringá	1 232	6,6	3 791	7,2	207,7	4 398	5,5	16,0	257,0
283/16 - Norte Novo de Paranavaí	757	4,0	1 865	3,6	146,4	2,913	3,7	56,2	284,8
284/17 - Norte Velho de Apucarana	894	4,8	2 869	5,5	220,9	4 393	5,5	53,1	391,4
285/18 - Norte Novíssimo de Umuarama	640	3,4	2 105	4,0	228,9	3 253	4,1	54,5	408,3
285/19 - Campo Mourão	1 444	7,8	5 299	10,1	267,0	8 330	10,4	57,2	476,9
287/20 - Pitanga	101	0,5	572	1,1	466,3	1 052	1,3	83,9	941,6
288/21 - Extremo-Oeste Paranaense	1 725	9,3	10 216	19,4	492,2	15 853	19,9	55,2	819,0
289/22 - Sudoeste Paranaense	380	2,0	2 986	5,7	685,8	6 028	7,6	101,9	486,3
290/23 - Campos de Guarapuava	728	3,9	1 565	3,0	115,0	2 577	3,2	64,7	254,0
291/24 - Médio Iguacu	208	1,1	720	1,4	246,2	1 521	1,9	111,3	631,2
TOTAL DO ESTADO	18 619	100,0	52 498	100,0	282,0	79 682	100,0	52,8	328,0

FORNTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970 - 1975, Censo Agropecuário - Tabulações Avançadas - 1980

Observa-se que entre 1970-75 o número de tratores existentes no Estado passou de 18 619 para 52 498, representando um crescimento de aproximadamente 282%. No período de 1975-80 o número de tratores passa para 79 682, com um crescimento de 52%. Pode-se observar que em 1975 o Estado do Paraná já havia praticamente montado seu parque de máquinas.

Dos tratores existentes no Estado em 1970, 13 108 estavam na região Norte, o que correspondia a aproximadamente 70% do total. Essa região, em 1975, dispunha de 30 635 tratores, representando um crescimento absoluto em torno de 17 527, e passou a deter 58% dos tratores, tendo respondido, assim, por 52% do crescimento.

A situação mudou significativamente entre 1975-80. Para um crescimento de 52% dos tratores, essa região foi responsável por 41% do aumento verificado, passando de 30 635 para 41 714 tratores.

A região Norte e o Extremo-Oeste Paranaense respondem cada vez menos pelo crescimento de tratores, o que significa que a tecnificação da agricultura, um impulso inicialmente restrito, difunde-se pelo conjunto da agricultura do Estado.

Na medida em que a incorporação de tratores na produção agrícola é um dos indicadores de modernização, traduz um nível avançado de transformações. Além disso, exige condições prévias adequadas e explicita novas relações agricultura/indústria, em que as novas bases técnicas da produção agrícola são definidas pelo conjunto do sistema econômico, ou seja, pelo seu pólo dinâmico.

Essas condições prévias existiam de forma mais acentuada no Norte, dada a existência de uma agricultura mercantil, já

relativamente tecnificada, com um dinamismo capaz de responder mais rapidamente aos impulsos do mercado e de políticas de crédito. Isso não exclui as demais regiões, apenas reafirma a existência de uma maior integração aos pólos dinâmicos e hegemônicos da economia nacional.

A mecanização, medida pelo nível de crescimento dos tratores em uso na agricultura, que se estende pelas diferentes regiões do Estado, indicando o caráter extensivo da modernização, com homogeneização das práticas produtivas, não explica por si só o esvaziamento populacional do Estado, nem a intensidade em que o mesmo ocorreu (tabela 7).

TABELA 7 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DE TRATORES E DA POPULAÇÃO RURAL NO PARANÁ, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970-1980

MICRORREGIÕES	VARIAÇÃO %	
	Tratores	População Rural
268/1 Curitiba	318,2	(29,9)
269/2 Litoral Paranaense	478,8	(6,3)
270/3 Alto Ribeira	566,7	1,2
271/4 Alto Rio Negro	1 080,0	4,8
272/5 Campos da Lapa	383,2	(1,1)
273/6 Campos de Ponta Grossa	184,4	1,8
274/7 Campos de Jaguariaíva	280,6	(2,8)
275/8 São Mateus do Sul	1 152,8	(7,9)
276/9 Colonial de Irati	827,9	0,7
277/10 Alto Ivaí	753,5	16,6
278/11 Norte Velho de Wenceslau Braz	335,0	(22,6)
279/12 Norte Velho de Jacarezinho	111,0	(47,7)
280/13 Algodoeira de Assaí	60,6	(46,0)
281/14 Norte Velho de Londrina	153,1	(49,5)
282/15 Norte Novo Maringá	257,0	(60,6)
283/16 Norte Novíssimo Paranavaí	284,8	(43,8)
284/17 Norte Velho de Apucarana	391,4	(40,0)
285/18 Norte Novo de Umuarama	408,3	(45,1)
286/19 Campo Mourão	476,9	(45,5)
287/20 Pitanga	941,6	20,5
288/21 Extremo-Oeste Paranaense	819,0	(21,0)
289/22 Sudoeste Paranaense	1 486,3	(3,2)
290/23 Campos de Guarapuava	254,0	16,2
291/24 Médio Iguçu	631,3	0,1
TOTAL	328,0	(28,7)

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970, Censo Agropecuário do Paraná - Tabulações Avançadas - 1980, Censo Demográfico do Paraná - 1970, Censo Demográfico do Paraná - Tabulações Avançadas - 1980

Nota-se que não existe uma relação direta entre intensidade de mecanização e taxa de redução da população, uma vez que essa aparece somente quando mediatizada por outros fatores.

Existe, entretanto, uma certa correspondência entre redução da área ocupada com cultivo permanente e redução da população rural. De uma maneira geral, na maior parte das microrregiões houve uma diminuição da área ocupada com lavouras per-

manentes. Isso se evidencia mais no Norte do Estado, em virtude da extensão da área ocupada por essas lavouras e por essa região se constituir em área dominante da expansão cafeeira (tabela 8).

Em aproximadamente 18 microrregiões há correspondência entre o aumento ou redução da área destinada às lavouras permanentes e crescimento ou queda da população rural (tabela 9).

Em 7 microrregiões ocorre um aumento simultâneo da área ocupada com cultura permanente e da população rural e, em 11, redução simultânea de população rural e da área ocupada com lavoura permanente.

Em contraposição, em uma microrregião se verifica uma redução de área ocupada com culturas permanentes e o simultâneo crescimento da população rural. Em 5 há um aumento da área ocupada com culturas permanentes e queda de população rural.

Na região Norte, onde se encontrava 93% da área do Estado destinada às lavouras permanentes e a queda de população rural foi da ordem de 60%, há outro indicador de modernização, representado pelo uso mais intensivo da terra. A diminuição da área ocupada com culturas permanentes não implica necessariamente queda do volume da produção, permitindo uma diversificação da produção com o uso das novas terras disponíveis. Isso pode ser nitidamente verificado no caso do café, que apresenta na região Norte uma permanente diminuição da área ocupada, sem que o número de cafeeiros se reduza na mesma proporção (tabela 10).

Verifica-se que há uma intensificação do uso do solo na cultura do café, que foi o veículo de liberação da mão-de-obra, na medida em que sua expansão anterior estava associada à incorporação de mão-de-obra na mesma intensidade em que incorpo-

TABELA 8 - ÁREAS DE LAVOURA PERMANENTE E TEMPORÁRIA E PASTAGENS NATURAIS E PLANTADAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970-1975-1980

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	1970				1975				1980	
	Lavoura		Pastagens		Lavoura		Pastagens		Lavoura	
	Permanente	Temporária	Naturais	Plantadas	Permanente	Temporária	Naturais	Plantadas	Permanente	Temporária
269/1 - Curitiba	2 213	87 314	100 642	4 873	10 061	73 962	79 916	6 224	4 852	84 815
269/2 - Litoral Paranaense	6 178	6 784	4 298	742	85 430	5 561	6 069	2 529	91 623	13 346
270/3 - Alto Ribeira	2 239	20 193	32 495	7 448	3 104	21 027	33 563	6 854	2 926	20 459
271/4 - Alto Rio Negro Paranaense	96	26 430	12 138	201	119	26 137	19 554	321	356	30 329
272/5 - Campos da Lapa	858	45 828	117 086	5 960	543	62 589	101 035	12 429	2 940	75 728
273/6 - Campos de Ponta Grossa	2 635	69 774	335 832	42 586	809	131 637	267 864	64 113	1 847	171 271
274/7 - Campos de Jaguariaíva	1 460	30 078	96 204	23 639	705	50 883	85 237	60 497	833	64 374
275/8 - São Mateus do Sul	82	32 164	19 349	1 001	153	34 492	23 309	743	311	36 473
276/9 - Colonial do Irati	705	116 079	92 184	6 860	646	122 357	61 185	11 530	1 636	155 711
277/10 - Alto Ivaí	504	89 073	63 174	35 193	390	126 265	61 782	38 021	2 086	151 703
278/11 - Norte Velho de Wenceslau Braz	32 587	127 525	76 777	83 040	35 822	145 050	75 925	126 680	40 186	151 220
279/12 - Norte Velho de Jacarezinho	115 667	208 223	79 481	170 514	76 810	238 037	65 117	202 302	59 911	256 985
280/13 - Algodoeira de Assaí	17 538	77 308	9 298	36 539	13 190	80 143	18 831	38 595	10 181	87 464
281/14 - Norte Novo de Londrina	277 502	182 812	41 696	343 798	221 897	234 119	60 012	364 815	153 759	286 291
282/15 - Norte Novo de Maringá	128 729	77 535	7 961	88 733	79 393	148 522	12 223	74 813	49 074	156 550
283/16 - Norte Novíssimo de Paranavaí	168 485	87 045	6 724	549 169	146 549	47 331	21 727	703 268	123 262	60 523
284/17 - Norte Novo de Apucarana	133 506	194 343	18 315	149 676	108 164	221 781	42 439	179 353	70 343	242 005
285/18 - Norte Novíssimo de Umuarama	253 508	228 354	14 544	429 100	244 586	177 094	27 848	678 074	215 077	141 582
286/19 - Campo Mourão	92 007	355 760	21 264	227 000	73 198	454 685	92 793	180 032	57 070	528 334
287/20 - Pitanga	859	129 681	35 406	58 186	1 521	175 222	36 779	98 787	2 022	178 511
288/21 - Extremo-Oeste Paranaense	59 398	599 111	20 069	228 251	70 445	1 017 295	34 373	232 588	52 711	1 145 888
289/22 - Sudoeste Paranaense	6 867	380 677	47 870	128 909	4 020	526 962	73 719	93 950	5 183	654 202
290/23 - Campos de Guarapuava	660	166 709	340 126	53 631	700	232 136	171 528	87 002	2 260	300 640
291/24 - Médio Iguacu	1 941	73 583	216 497	25 233	1 447	94 549	4 319	4 178	3 549	125 183
TOTAL DO ESTADO	1 306 223	3 412 383	1 809 429	2 700 281	1 179 701	4 447 834	1 683 815	3 299 025	953 998	5 130 509

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970 - 1975, Censo Agropecuário - Tabulações Avançadas - 1980

TABELA 9 - VARIACÃO PERCENTUAL DE LAVOURAS PERMANENTES E DA POPULAÇÃO RURAL NO PARANÁ, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970-1980

MICRORREGIÕES	VARIACÃO %	
	Lavouras Permanentes	Populaçã Rural
268/1 Curitiba	119,2	(29,9)
269/2 Litoral Paranaense	1 383,1	(6,3)
270/3 Alto Ribeira	30,7	1,2
271/4 Alto Rio Negro Paranaense	269,8	4,8
272/5 Campos da Lapa	242,7	(1,1)
273/6 Campos de Ponta Grossa	(29,9)	1,8
274/7 Campos de Jaguariaíva	(42,9)	(2,8)
275/8 São Mateus do Sul	279,2	(7,9)
276/9 Colonial de Irati	131,9	0,7
277/10 Alto Ivaí	314,1	16,6
278/11 Norte Velho de Wenceslau Braz	23,3	(22,6)
279/12 Norte Velho de Jacarezinho	(48,2)	(47,7)
280/13 Algodoeira de Assaí	(41,9)	(46,0)
281/14 Norte Novo de Londrina	(44,6)	(49,5)
282/15 Norte Novo de Maringá	(61,9)	(60,6)
283/16 Norte Novíssimo de Paranavaí	(26,8)	(43,8)
284/17 Norte Novo de Apucarana	(47,3)	(40,0)
285/18 Norte Novíssimo de Umuarama	(15,2)	(45,1)
286/19 Campo Mourão	(38,0)	(45,5)
287/20 Pitanga	135,4	20,5
288/21 Extremo-Oeste Paranaense	(11,2)	(21,0)
289/22 Sudoeste Paranaense	(24,5)	(3,2)
290/23 Campos de Guarapuava	242,4	16,2
291/24 Médio Iguaçú	82,8	0,1
TOTAL	(269,7)	(28,7)

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1980, Censo Agropecuário do Paraná - Tabulações Avançadas - 1980, Censo Demográfico do Paraná - 1970, Censo Demográfico do Paraná - Tabulações Avançadas - 1980

TABELA 10 - NÚMERO DE PÉS DE CAFÉ TOTAL, ADULTOS E NOVOS, ÁREA PLANTADA, VARIACÃO ABSOLUTA E RELATIVA NO PARANÁ - 1970-79

ANOS	TOTAL	ADULTOS	NOVOS	ÁREA PLANTADA TOTAL (em ha)
1970	816 128	771 776	44 352	1 109 000
1971	834 105	750 364	83 741	1 110 343
1972	850 047	759 141	90 906	1 110 208
1973	904 166	723 535	180 631	1 151 556
1974	915 517	740 406	175 111	1 158 270
1975	876 299	720 120	156 179	1 050 033
1976	665 172	552 962	112 210	749 709
1977	763 647	532 952	230 695	800 971
1978	835 311	518 007	317 304	841 537
1979	828 077	566 990	261 087	826 528
Variacão Absoluta 70/79	11 949	(204 786)	216 735	(282 472)
Variacão Relativa 70/79	1,0	(27,0)	488,0	(26,0)

FONTE: Anuário Estatístico do Café - 1970/79

nava terras. Essa expansão ocorria basicamente sob relações de trabalho como parceria e colonato, que fortaleciam a formação de trabalhadores residentes. A intensificação e racionalização do uso da terra, no momento em que é incorporada a novos cultivos especializados, esbarram na possibilidade da existência de trabalhadores residentes, sempre associados ao cultivo de uma gleba própria.

Como as culturas alternativas desenvolvidas em uma base técnica diferente não incorporam a mão-de-obra liberada à produção, geram um excedente populacional que não encontra mais os meios necessários de sobrevivência no local.

A desarticulação das formas produtivas, baseadas em relações de trabalho que não estão regidas pelo assalariamento puro e simples, e a mudança na relação dos produtores independentes com a terra podem ser medidas pelo confronto entre a evolução da população rural e a evolução do pessoal ocupado na agricultura. O crescimento do emprego agrícola pode se manter ou se expandir com a simultânea queda da população rural, desde que aumente o trabalho assalariado e expanda as áreas de cultivo, e/ou o produtor independente mantenha com a terra uma relação mais mercantilizada, devendo entendê-la como instrumento de produção e não como suporte material de sua existência.

Dessa forma, o pessoal ocupado passou de 1 981 471 pessoas para 1 813 528, entre 1970-80, com uma diminuição de 8,4%, pouco significativa quando comparada com a da população rural que foi de 28,6% (tabela 11).

Percebe-se que o número do emprego agrícola se reduziu em quase toda a região Norte. No Paranã Tradicional houve redução de pessoal ocupado na agropecuária apenas no Alto Rio Negro Paranaense e no Médio Iguacu.

TABELA 11 - VARIACÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL E DO PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA NO PARANÁ, SEGUNDO MICRORREGIÕES - 1970-1980

MICRORREGIÕES	VARIACÃO %	
	População Rural	Pessoal Ocupado
268/1 Curitiba	(29,9)	10,0
269/2 Litoral Paranaense	(6,3)	6,2
270/3 Alto Ribeira	1,2	4,3
271/4 Alto Rio Negro	4,8	(4,5)
272/5 Campos da Lapa	(1,1)	27,8
273/6 Campos de Ponta Grossa	1,8	60,5
274/7 Campos de Jaguariaíva	(2,8)	34,6
275/8 São Mateus do Sul	(7,9)	21,7
276/9 Colonial de Irati	0,7	13,2
277/10 Alto Ivaí	16,6	19,4
278/11 Norte Velho de Wenceslau Braz	(22,6)	3,7
279/12 Norte Velho de Jacarezinho	(47,7)	(27,5)
280/13 Algodoeira de Assaí	(46,0)	(28,1)
281/14 Norte Velho de Londrina	(49,5)	(34,4)
282/15 Norte Novo Maringá	(60,6)	(23,4)
283/16 Norte Novíssimo Paranavaí	(43,8)	(12,3)
284/17 Norte Velho de Apucarana	(40,0)	(17,5)
285/18 Norte Novo de Umuarama	(45,1)	(29,8)
286/19 Campo Mourão	(45,5)	(28,5)
287/20 Pitanga	20,5	38,7
288/21 Extremo-Oeste Paranaense	(21,0)	7,8
289/22 Sudoeste Paranaense	(3,2)	12,0
290/23 Campos de Guarapuava	16,2	38,4
291/24 Médio Iguaçu	0,1	(2,5)
TOTAL	(28,7)	(8,4)

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1980, Censo Agropecuário do Paraná - Tabulações Avançadas - 1980, Censo Demográfico do Paraná - 1970, Censo Demográfico do Paraná - Tabulações Avançadas - 1980

A expansão dos cultivos nas áreas anteriormente ocupadas pela pecuária extensiva, por uma agricultura de subsistência ou por atividades extrativistas, no momento em que a relação agricultura/indústria redefine as técnicas produtivas, não acarreta automaticamente crescimento da população rural. Há uma variação positiva do emprego, mas não do número de estabelecimentos e da população. Os estabelecimentos aumentam seu número nas áreas onde ocorreu conversão de pastagens para terras agrícolas, como Campos de Ponta Grossa, Pitanga e Campos de Guarapuava, ou onde existe boa proporção de terras, cujo declive as torna inadequadas à mecanização, como Alto Ribeira, Sudoeste Paranaense e Litoral.

A sustentação do crescimento agrícola, baseada na pequena produção, é dificultada cada vez mais quando se reduz as possibilidades de apropriação de terra, nas formas que dominaram no Norte, em virtude das mudanças ocorridas nas relações de trabalho, que passam a dominar na produção agropecuária, e

do novo patamar técnico de produtividade que corresponde ao atual nível de reprodução do sistema econômico.

Assim, o aumento da produção agrícola ocorrerá, de maneira crescente, sobre as bases técnicas que foram definidas inicialmente no Norte e que estão se generalizando para o conjunto do Estado. O uso intensivo do solo, mobilizado integralmente para a produção destinada à comercialização, se opõe às formas tradicionais típicas que dominaram na expansão cafeeira, como o colonato e a parceria.

A homogeneização da base técnica de produção, medida pela introdução de tratores, além de atingir gradualmente todas as regiões do Estado reduziu as grandes discrepâncias existentes no interior da agricultura. Atualmente parte cada vez maior do cultivo, nas fases mecanizáveis, e dos produtos desenvolvidos em áreas passíveis de mecanização é executada com uso de máquinas (tabela 12).

A relação entre área cultivada e tratores mostra que há o desaparecimento gradativo das diferenças existentes nas práticas agrícolas desenvolvidas nas diferentes regiões, indicando também que esse novo patamar técnico que se generaliza, por ser inadequado ao uso extensivo da terra e às relações de trabalho associadas ao trabalhador residente, opõe-se à reprodução de formas arcaicas anteriormente dominantes na agricultura.

A necessidade de investimentos na aquisição de máquinas e da ampliação da área cultivada para adequá-la à capacidade operacional dos equipamentos, evitando sua ociosidade, inviabiliza a sobrevivência dos pequenos estabelecimentos, que não podem concorrer em custos e produtividade com aqueles que de-

TABELA 12 - ÁREA CULTIVADA, NÚMERO DE TRATORES E RELAÇÃO ENTRE ÁREA CULTIVADA E NÚMERO DE TRATORES, SE-
GUNDO AS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-1980

MICRORREGIÕES	1970			1980		
	Área (a)	Trator (b)	(a)/(b)	Área (c)	Trator (d)	(c)/(d)
268/1 Curitiba	391 249	556	703,7	465 638	2 325	200,3
269/2 Litoral Paranaense	80 480	85	946,8	287 042	492	583,4
270/3 Alto Ribeira	161 032	12	13 419,3	263 266	80	3 290,8
271/4 Alto Rio Negro Paranaense	71 068	20	3 553,4	96 435	236	408,6
272/5 Campos da Lapa	315 809	286	1 104,2	373 903	1 382	270,6
273/6 Campos de Ponta Grossa	919 472	1 022	899,7	986 123	2 907	339,2
274/7 Campos de Jaguariaíva	324 093	191	1 696,8	410 051	727	564,0
275/8 São Mateus do Sul	151 375	36	4 204,9	158 907	451	352,3
276/9 Colonial de Irati	495 155	147	3 368,4	515 049	1 364	377,6
277/10 Alto Ivaí	469 019	114	4 114,2	530 950	973	545,7
278/11 Norte Velho de Wenceslau Braz	461 776	394	1 172,0	539 125	1 714	314,5
279/12 Norte Novo de Jacarezinho	655 880	2 773	236,5	682 471	5 852	116,6
280/13 Algodoeira de Assaí	172 908	1 594	108,5	199 728	2 560	78,0
281/14 Norte Velho de Londrina	963 533	3 280	293,8	977 631	8 301	117,8
282/15 Norte Novo de Maringá	335 115	1 232	272,0	361 889	4 398	82,3
283/16 Norte Novíssimo de Paranavaí	962 824	757	1 271,9	1 014 895	2 913	348,4
284/17 Norte Novo de Apucarana	604 506	894	676,2	718 335	4 393	163,5
285/18 Norte Novíssimo de Umuarama	1 125 681	640	1 758,9	1 323 060	3 253	406,7
286/19 Campo Mourão	967 611	1 440	672,0	1 090 542	8 330	130,9
287/20 Pitanga	473 280	101	4 685,9	563 950	1 050	537,1
288/21 Extremo-Oeste Paranaense	1 616 724	1 725	937,2	1 871 226	15 853	118,0
289/22 Sudoeste Paranaense	1 018 912	380	2 681,3	1 116 647	6 028	185,2
290/23 Campos de Guarapuava	1 171 371	728	1 609,0	1 241 851	2 577	481,9
291/24 Médio Iguaçu	716 658	208	3 445,4	824 621	1 521	542,2
TOTAL	14 625 530	18 619	785,5	16 613 337	79 682	208,6

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970, Censo Agropecuário - Tabulações Avançadas - 1980

envolvem uma agricultura mecanizada. Nota-se em quase todas as regiões do Estado, e de forma bem nítida na região Norte, uma redução relativa do número dos pequenos estabelecimentos e da área ocupada (tabela 13).

O esvaziamento populacional do campo, basicamente resultante da queda da população rural ocorrida na região Norte e no Extremo-Oeste Paranaense, tem suas principais causas nas transformações que constituem a modernização da agropecuária. Essa redução ocorreu de forma mais nítida nessas regiões, onde houve um grande adensamento populacional decorrente da expansão agrícola anterior. No Norte, a expansão cafeeira ocorreu mediante a incorporação de grandes contingentes de trabalhadores e no Extremo-Oeste a agricultura de alimentos se expandiu face à produção, em pequenas unidades, dirigidas por excedentes populacionais da agricultura do café. O impacto dessas transformações foi mais intenso nessas regiões do que nas dominadas por uma pecuária extensiva, com pouca densidade ocupacional, ou por uma atividade extrativa vegetal itinerante, ou ainda por uma agricultura de subsistência que encontrou, nas áreas inaptas à mecanização, um refúgio natural para sustentar a produção de alimentos deslocados pelas novas culturas, que passaram a ser desenvolvidas nas terras mais adequadas ao cultivo mecanizado.

No Sudoeste Paranaense, anteriormente dominado pela produção agropecuária destinada ao mercado interno de alimentos, desenvolvida em pequenos estabelecimentos e baseada na unidade familiar, constituída por excedentes populacionais vindos do sul do País, o impacto não foi tão intenso em virtude da possibilidade de sobrevivência das pequenas unidades nas áreas de

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E DA ÁREA OCUPADA, POR ESTRATOS DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-1975-1980

MICRORREGIÃO	PERÍODO	ESTABELECIMENTO	ÁREA	MENOS DE 10 ha		10 A MENOS DE 20 ha		20 A MENOS DE 50 ha		50 A MENOS DE 100 ha		100 A MENOS DE 500 ha		500 A MENOS DE 1 000 ha		1 000 ha E MAIS	
				Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
268/1 Curitiba	1970	100,0	100,0	51,6	10,3	20,7	13,0	19,4	26,0	5,0	15,1	3,0	25,2	0,1	3,9	0,1	6,8
	1975	100,0	100,0	50,3	8,9	20,8	11,5	20,8	24,5	5,0	13,0	2,8	20,6	0,2	5,7	0,1	15,9
	1980	100,0	100,0	68,2	8,1	21,3	9,1	21,0	19,1	5,5	11,1	3,0	20,8	0,2	5,9	0,2	25,9
269/2 Litoral Paranaense	1970	100,0	100,0	42,6	6,3	22,7	8,7	25,0	20,9	5,6	10,3	3,4	18,6	0,4	7,8	0,2	27,4
	1975	100,0	100,0	54,0	2,8	16,8	2,5	19,1	6,1	4,1	3,0	4,0	9,2	0,6	4,1	1,4	72,3
	1980	100,0	100,0	52,6	2,6	19,8	3,5	17,0	6,5	4,1	3,7	4,0	11,2	0,5	4,8	1,3	67,6
270/3 Alto Ribeira	1970	100,0	100,0	42,6	4,3	13,3	4,4	25,2	18,1	9,7	15,8	8,5	37,9	0,4	5,9	0,2	13,6
	1975	100,0	100,0	52,7	6,6	12,2	4,9	21,2	18,2	7,3	14,6	6,0	32,8	0,3	6,9	0,2	16,0
	1980	100,0	100,0	52,5	3,7	11,7	2,7	19,9	9,6	7,2	8,0	7,2	22,5	0,6	7,3	0,9	46,3
271/4 Alto Rio Negro Paranaense	1970	100,0	100,0	64,7	20,9	12,3	18,1	14,1	31,6	2,9	14,7	1,0	12,6	0,0	1,9	-	-
	1975	100,0	100,0	44,7	9,2	23,4	12,8	22,1	25,9	6,1	15,3	3,4	22,6	0,2	5,9	0,1	8,3
	1980	100,0	100,0	56,0	12,0	19,4	13,1	17,9	26,2	4,4	13,8	2,0	17,6	0,2	6,1	-	11,2
272/5 Campos da Lapa	1970	100,0	100,0	43,7	4,6	18,1	5,9	21,7	15,7	9,6	15,0	5,7	24,8	0,5	6,8	0,6	27,3
	1975	100,0	100,0	32,4	3,0	18,8	4,6	26,1	14,0	12,6	14,7	8,7	29,6	0,7	7,6	0,8	26,5
	1980	100,0	100,0	40,0	3,5	18,2	4,8	21,9	12,6	10,6	13,2	7,8	28,5	0,7	8,9	0,7	29,5
273/6 Campos de Ponta Grossa	1970	100,0	100,0	26,0	1,2	20,8	2,5	26,1	6,9	11,6	6,7	11,6	19,6	2,0	12,0	1,8	51,1
	1975	100,0	100,0	34,2	1,6	17,8	2,2	22,0	6,1	10,6	6,4	11,4	20,9	2,0	12,4	2,0	50,4
	1980	100,0	100,0	41,9	1,8	16,3	2,2	18,6	5,5	8,7	5,7	10,7	21,8	1,9	12,7	1,9	50,3
274/7 Campos de Jaguariãva	1970	100,0	100,0	45,9	2,5	17,0	2,9	19,5	7,1	7,6	6,1	7,7	18,9	1,1	8,3	1,4	54,2
	1975	100,0	100,0	51,6	2,7	16,7	2,5	17,4	5,6	5,8	4,2	6,0	13,0	1,0	7,0	1,4	54,0
	1980	100,0	100,0	50,5	2,7	16,5	2,7	17,4	6,2	5,7	4,7	6,8	17,6	1,2	9,0	1,7	57,1
275/8 São Mateus do Sul	1970	100,0	100,0	50,7	10,7	21,8	13,1	19,7	24,9	4,5	13,0	2,8	22,3	0,2	8,4	0,1	7,7
	1975	100,0	100,0	34,8	5,5	22,3	8,9	25,7	22,4	11,1	20,4	5,5	27,8	0,4	6,7	0,2	8,2
	1980	100,0	100,0	50,3	8,8	18,9	9,9	19,1	20,7	6,2	14,8	4,0	26,6	0,3	8,1	0,2	11,2
276/9 Colonial de Iratí	1970	100,0	100,0	46,8	9,2	22,0	13,9	23,7	31,5	5,2	15,8	2,0	15,6	0,1	3,7	0,1	10,3
	1975	100,0	100,0	35,6	6,0	21,9	10,3	28,6	29,3	8,8	19,5	3,2	18,3	0,2	3,8	0,2	12,8
	1980	100,0	100,0	38,9	6,6	22,5	10,8	26,6	27,4	8,1	18,1	3,5	20,3	0,2	5,5	0,2	11,4
277/10 Alto Ivaí	1970	100,0	100,0	44,5	5,5	17,2	6,3	21,8	17,7	8,8	16,1	7,1	35,6	0,4	7,3	0,2	11,3
	1975	100,0	100,0	50,4	7,0	16,6	6,6	19,2	17,4	7,4	14,7	5,8	31,8	0,4	8,4	0,2	14,1
	1980	100,0	100,0	50,2	6,6	17,8	7,1	19,2	16,9	6,8	13,5	5,3	29,8	0,5	10,6	0,2	15,4
278/11 Norte Velho de Mancelau Braz	1970	100,0	100,0	59,7	13,3	18,6	11,3	14,7	20,3	4,1	12,6	2,6	23,2	0,3	9,1	0,1	9,5
	1975	100,0	100,0	57,8	11,6	19,8	11,1	14,9	18,1	4,0	10,8	3,0	23,6	0,3	8,5	0,2	16,4
	1980	100,0	100,0	57,2	10,8	20,8	11,3	14,3	16,6	3,1	10,4	3,2	25,1	0,3	7,6	0,2	17,6
279/12 Norte Velho de Jacarezinho	1970	100,0	100,0	59,3	11,1	21,1	9,8	11,4	11,7	3,6	8,5	3,8	26,6	0,6	13,1	0,3	19,2
	1975	100,0	100,0	48,1	6,4	24,0	7,7	15,1	10,5	5,3	8,4	6,2	30,7	0,9	14,8	0,5	21,4
	1980	100,0	100,0	44,8	4,9	23,4	6,9	17,0	10,9	5,9	8,7	7,1	31,7	1,1	16,4	0,6	20,5
280/13 Algodoeira de Assaí	1970	100,0	100,0	55,5	15,5	23,6	17,2	15,7	24,6	3,2	11,6	2,0	17,8	0,1	2,9	0,1	10,4
	1975	100,0	100,0	59,7	10,1	22,6	11,9	18,0	20,6	4,9	13,0	3,7	25,6	0,2	4,3	0,1	14,4
	1980	100,0	100,0	44,0	7,2	23,7	10,3	21,1	20,5	6,2	13,7	4,6	26,7	0,2	3,9	0,2	17,7
281/14 Norte Novo de Londrina	1970	100,0	100,0	42,8	7,7	28,7	12,1	19,3	17,8	4,4	9,5	4,2	26,6	0,4	9,3	0,3	17,0
	1975	100,0	100,0	29,8	3,5	26,8	7,6	26,3	16,5	8,2	11,7	7,3	30,4	0,8	12,1	0,5	18,2
	1980	100,0	100,0	29,5	2,8	25,1	6,6	26,1	15,3	8,7	11,5	9,0	33,6	1,0	12,8	0,5	17,3
282/15 Norte Novo de Maringá	1970	100,0	100,0	54,5	20,7	30,2	26,2	11,8	21,7	2,1	9,6	1,3	15,6	0,1	3,2	0,0	3,0
	1975	100,0	100,0	39,6	9,2	31,2	17,3	21,4	26,2	5,0	14,0	3,6	26,5	0,1	3,5	0,0	3,2
	1980	100,0	100,0	33,4	5,4	27,3	11,2	25,7	23,5	8,0	16,4	5,3	28,9	0,3	5,8	0,1	8,8
283/16 Norte Novíssimo de Paranavaí	1970	100,0	100,0	50,4	7,4	24,3	8,5	15,1	11,9	4,1	7,6	4,9	27,4	0,7	12,8	0,5	24,5
	1975	100,0	100,0	41,0	3,6	22,2	5,0	19,0	9,7	6,7	7,7	8,9	31,1	1,3	15,1	0,9	27,9
	1980	100,0	100,0	38,9	2,8	20,1	4,0	20,0	9,2	8,1	8,4	10,2	31,7	1,6	16,7	1,1	27,2
284/17 Norte Novo de Apucarana	1970	100,0	100,0	71,0	28,1	20,0	20,2	6,6	14,7	1,2	6,4	1,1	16,8	0,1	5,0	0,1	8,8
	1975	100,0	100,0	66,2	19,8	20,2	15,9	9,4	16,2	2,1	8,3	1,9	21,8	0,2	7,4	0,1	10,5
	1980	100,0	100,0	58,4	13,0	22,7	13,2	12,4	15,6	3,3	9,6	2,8	24,1	0,3	9,6	0,2	14,8
285/18 Norte Novíssimo de Umuarama	1970	100,0	100,0	65,4	21,0	23,4	18,8	7,9	13,6	1,5	6,2	1,4	18,3	0,2	6,5	0,1	15,6
	1975	100,0	100,0	55,5	12,2	26,5	13,8	11,6	13,2	2,9	7,7	2,9	23,5	0,3	8,6	0,2	20,9
	1980	100,0	100,0	51,9	9,3	26,8	11,8	13,0	12,5	3,7	8,3	3,9	26,5	0,5	10,2	0,3	21,4
286/19 Campo Mourão	1970	100,0	100,0	66,5	20,1	19,5	15,3	9,7	16,4	2,4	9,6	1,6	19,1	0,2	6,5	0,1	13,0
	1975	100,0	100,0	60,4	12,9	20,1	10,9	12,2	14,5	3,8	10,6	3,1	25,1	0,3	9,0	0,2	17,0
	1980	100,0	100,0	51,6	8,0	22,0	9,2	15,4	14,2	5,1	10,8	5,0	30,6	0,5	10,3	0,2	17,0
277/20 Pitanga	1970	100,0	100,0	40,7	6,0	18,5	7,4	25,5	23,3	9,2	19,3	5,6	29,1	0,3	5,2	0,2	9,7
	1975	100,0	100,0	52,9	7,7	16,2	6,8	18,7	17,8	6,4	13,8	5,1	30,6	0,4	8,3	0,2	15,1
	1980	100,0	100,0	53,4	8,1	18,3	7,8	17,2	16,3	6,0	12,3	4,3	25,5	0,6	11,4	0,3	18,2
278/21 Extremo-Oeste Paranaense	1970	100,0	100,0	50,7	14,0	25,6	18,0	18,9	28,2	3,1	10,7	1,5	14,3	0,1	4,5	0,1	10,4
	1975	100,0	100,0	55,2	15,8	24,0	17,3	15,4	23,7	3,1	11,2	1,8	18,0	0,1	4,8	0,1	9,1
	1980	100,0	100,0	47,8	10,0	25,6	14,4	12,1	23,3	4,5	12,5	2,8	21,4	0,2	6,2	0,1	12,3
289/22 Sudoeste Paranaense	1970	100,0	100,0	40,1	11,1	28,7	20,4	25,3	37,4	4,5	14,9	1,3	11,3	0,1	1,6	0,0	3,3
	1975	100,0	100,0	42,6	12,0	28,2	20,3	22,7	34,2	4,4	14,8	1,6	13,3	0,1	2,3	0,0	3,2
	1980	100,0	100,0	47,6	12,9	27,2	20,2	19,6	30,2	3,9	13,8	1,5	13,9	0,1	3,2	0,1	5,8
290/23 Campos de Guarapuava	1970																

declive acentuado que impedem a extensão de mecanização.⁶

Nesse sentido, o processo de modernização com seu caráter extensivo, ao homogeneizar o território no que se refere às práticas produtivas, redifiniu de uma vez por todas o quadro anterior da agropecuária do Estado.

1.4 AS BASES DE UMA URBANIZAÇÃO DIFERENCIADA

A expansão urbana pode ser dividida em 3 grandes grupos: a do Norte; a do Paraná Tradicional e a do Extremo-Oeste/Sudoeste. Os três grandes grupos expressam mais ou menos as características dominantes na ocupação dessas regiões.

Curitiba, fica excluída porque seu crescimento e expansão são resultantes, em primeiro lugar, da centralização das atividades político-administrativas, vinculadas à gestão do aparelho burocrático do Estado e, em segundo lugar, dos diferentes ciclos primário-exportadores que centralizavam as atividades urbanas de comercialização e exportação pelo Porto de Paranaguá

O número de municípios por microrregiões nunca excedem 7, se excluídos o Norte; e Extremo-Oeste Paranaense o Sudoeste e excede a Região Metropolitana de Curitiba e ainda o Médio Iguaçu com 10 municípios. Nas microrregiões que compõem o Norte do Estado, no Extremo-Oeste e Sudoeste há um maior número de municípios, sendo que essas regiões também contam com o maior contingente populacional.

Dos 288 municípios existentes em 1970, aproximadamente

⁶Toda a análise das diferenças de ocupação do território está baseada em PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

179 se encontravam nas 9 microrregiões que compõem o Norte do Estado. No Extremo-Oeste e Sudoeste se localizavam 43 municípios. O Paraná Tradicional contava nas suas 12 microrregiões, com 52 municípios.

A população urbana dessas diferentes microrregiões estavam distribuídas de forma bastante desigual. Os grandes centros e os centros médios se concentravam particularmente no Norte e no Extremo-Oeste. Nas regiões do Paraná Tradicional de pecuária extensiva despontavam dois grandes centros, Ponta Grossa e Guarapuava, além de um reduzido número de pequenos centros, confirmando as considerações de Balan,⁷ quando afirma que as regiões de pecuária não produziram um sistema urbano, mas deram lugar a grandes centros, atendendo uma vasta área geográfica (tabela 14).

Essa diferenciação ocorreu face às características dos mercados regionais, que podem ser definidas em função do nível de mercantilização das atividades produtivas, do adensamento de população, da diferenciação interna de renda e do consumo da população.

A ocupação do Norte Paranaense pela expansão cafeeira, ocorreu assentada numa produção mercantil e bastante dinâmica, com grande adensamento populacional e relativa diversificação interna, e em relações de trabalho definidas pelo colonato e parceria, que asseguram oferta para o mercado do produto da agricultura intercalar.

⁷Balan assinala que na ocupação do Centro-Oeste-Brasileiro, as regiões de pecuária não permitiram uma urbanização intensa se limitando a poucos grandes centros urbanos. BALAN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios de interpretação histórico-comparativo. Estudos CEBRAP, São Paulo (5) jul/set 1973.

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS URBANOS* POR TAMANHO, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1970

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	MENOS DE 2 000	DE 2 000 A MENOS DE 5 000	DE 5 000 A MENOS DE 10 000	DE 10 000 A MENOS DE 30 000	DE 30 000 A MENOS DE 50 000	DE 50 000 A MENOS DE 100 000	DE 100 000 A MENOS DE 300 000	DE 300 000 A MENOS DE 500 000	500 000 E MAIS
268/1 - Curitiba	23	2	3	2	-	-	-	-	1
269/2 - Litoral Paranaense	8	2	1	1	-	1	-	-	-
270/3 - Alto Ribeira	4	-	-	-	-	-	-	-	-
271/4 - Alto Rio Negro	7	-	-	-	-	-	-	-	-
272/5 - Campos da Lapa	4	1	2	1	-	-	-	-	-
273/6 - Campos de Ponta Grossa	9	1	1	3	-	1	-	-	-
274/7 - Campos de Jaguaratã	5	-	1	-	-	-	-	-	-
275/8 - São Mateus do Sul	6	-	1	-	-	-	-	-	-
276/9 - Colonial de Irati	17	2	1	1	-	-	-	-	-
277/10 - Alto Ivaí	14	-	-	-	-	-	-	-	-
278/11 - Norte Velho de Wenceslau Braz	22	4	3	-	-	-	-	-	-
279/12 - Norte Velho de Jacarezinho	17	5	2	6	-	-	-	-	-
280/13 - Algodoeira do Assaí	10	1	2	-	-	-	-	-	-
281/14 - Norte Novo de Londrina	31	9	6	3	1	-	1	-	-
282/15 - Norte Novo de Maringá	12	8	1	3	-	1	-	-	-
283/16 - Norte Novo de Paranavaí	32	8	3	1	1	-	-	-	-
284/17 - Norte Novo de Apucarana	19	9	-	2	1	-	-	-	-
285/18 - Norte Velho de Umuarama	26	13	2	3	-	-	-	-	-
286/19 - Campo Mourão	36	8	3	2	-	-	-	-	-
287/20 - Pitanga	10	1	-	-	-	-	-	-	-
288/21 - Extremo-Oeste Paranaense	56	7	3	3	1	-	-	-	-
289/22 - Sudoeste Paranaense	73	7	-	2	-	-	-	-	-
290/23 - Campos de Guarapuava	27	1	-	-	1	-	-	-	-
291/24 - Médio Iguaçu	22	1	2	1	-	-	-	-	-

FONTES: FIBGE - Censo Demográfico, 1980 - Tabulações Avançadas

*São considerados centros urbanos as sedes municipais e de distritos, conforme a FIBGE

A cultura do café ao se expandir, incorporava novas terras à produção e fazia crescer o número de trabalhadores ocupados e as relações de trabalho dominantes, ampliando o mercado consumidor para produtos manufaturados. O crescimento da agricultura cafeeira, no momento em que o mercado nacional não estava completamente unificado e, portanto, carente de vias de comunicação, permitiu o surgimento de pequenas empresas industriais voltadas para o mercado de consumo local. A comercialização dos produtos agrícolas, ainda dispersa em virtude das escalas reduzidas e atomizadas da produção agrícola, e a relativa diferenciação interna dos produtores diferenciavam também o mercado de consumo.

A ocupação da região Norte, portanto, é acompanhada de um nível de urbanização distinto das demais regiões.

Na medida em que o leque de consumo se abria, estabelecia uma diferenciação entre os produtos ofertados. A comercialização dos produtos agrícolas, por sua vez, associa-se a operações de armazenamento, transportes, ensacamentos, beneficiamento dos produtos, realizadas nos centros urbanos.

A existência de um mercado consumidor diferenciado e de atividades de comercialização de produtos agrícolas com operações conexas, criaram as bases da urbanização regional. O crescimento da população urbana reforçava a produção alimentar, assegurando o abastecimento das cidades nascentes.⁸

⁸Weber, quando analisa a estrutura agrária da Alemanha Oriental comparada a do Sul Alemão assinala para essa a importância das cidades no sentido de estimular a produtividade e a educação econômica da produção camponesa, na medida que assegurava mercados próximos. Weber, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

No Paranã Tradicional ocorre situação diferente nas áreas vinculadas ao extrativismo vegetal ou à pecuária extensiva. No primeiro caso, o caráter predatório e primitivo das atividades econômicas não permitiu ampliar e nem fixar a população ocupada. Os baixos rendimentos auferidos não asseguraram um mercado consumidor e a forte especialização não permitiu o surgimento de uma agricultura mercantil paralela nem de centros de comercialização.

Nas regiões onde predominava o extrativismo vegetal não foi possível surgir um mercado que sustentasse um processo de urbanização, impedindo o aparecimento de um sistema urbano semelhante ao da região do café.

Nas regiões do Paranã Tradicional, onde predominou a pecuária de caráter extensivo, que não asseguram rendimentos adicionais provenientes de investimentos, com incorporação de mão-de-obra quase nula e com baixa densidade populacional, originou um mercado estreito. Assim, o surgimento de um sistema urbano não foi possível, havendo, porém, o aparecimento de centros isolados como Guarapuava e Ponta Grossa.

No Extremo-Oeste Paranaense/Sudoeste Paranaense, a ocupação feita mediante absorção de excedentes populacionais vindos do Norte Paranaense e das regiões meridionais do País, ocorreu na forma de uma agricultura produtora de alimentos e de grãos destinados ao consumo e a engorda de suínos.

O grau bastante limitado da comercialização não assegurava uma renda monetária significativa e nem uma grande diversificação interna, ainda que se considere o adensamento populacional. O estreitamento do mercado consumidor e o baixo grau de abertura do leque de consumo decorrentes dessa situação não

asseguraram uma diferenciação dos serviços e dos bens providos pelos centros urbanos. As atividades urbanas de serviços e comercialização não se expandiram e não geraram emprego e renda que reforçassem as tendências produtivas na agricultura e solidificassem um sistema urbano mais diversificado.

2 CONCENTRAÇÃO DO TERCIÁRIO E CENTRALIZAÇÃO URBANA

A população urbana do Paraná apresentou na década passada um crescimento de 78,63%, mudando consideravelmente a situação anterior e iniciando um período de forte centralização urbana.

A população urbana em 1950 correspondia a aproximadamente 25% da população total e em 1980 ultrapassa 50% (tabela 15).

TABELA 15 - POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E TAXA DE URBANIZAÇÃO DO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 50 A 80

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL (a)	TAXA GEOMÉTRICA	POPULAÇÃO URBANA (b)	TAXA GEOMÉTRICA	TAXA DE URBANIZAÇÃO $a/b \times 100$
1950	2 115 547		528 000		24,9
		7,3		9,7	
1960	4 296 375		1 329 576		30,9
		4,9		6,5	
1970	6 929 868		2 504 378		36,1
		1,0		6,0	
1980	7 630 466		4 473 541		58,6

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico 1950-80

O crescimento populacional das cidades ocorreu paralelamente ao deslocamento da população para os centros maiores, que passaram a responder pela maior parte do incremento da população (tabela 16).

Em 1970, o número de centros urbanos com menos de 1 000 habitantes era preponderante no Paraná, ao mesmo tempo em que nos centros com menos de 30 000 habitantes residia mais da metade da população.

TABELA 16 - NÚMERO DE CENTROS URBANOS, POPULAÇÃO ABSOLUTA, PARTICIPAÇÃO RELATIVA E PERCENTUAL DE ACUMULAÇÃO, SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO, NO PARANÁ - 1970-80

ESTRATO DE TAMANHO	1970				1980			
	Nº de Centros	População			Nº de Centros	População		
		Absoluto	Part. Relativa	Acumulação		Absoluto	Part. Relativa	Acumulação
Menos de 500	274	59 243	2,4	2,4	236	49 144	1,1	1,1
500 a Menos de 1 000	112	78 882	3,1	5,5	95	70 807	1,6	2,7
1 000 a Menos de 2 000	102	148 453	5,9	11,4	110	158 632	3,5	6,2
2 000 a Menos de 5 000	90	290 223	11,6	23,0	125	382 744	8,6	14,8
5 000 a Menos de 10 000	36	249 412	10,0	33,0	63	435 103	9,7	24,5
10 000 a Menos de 30 000	34	552 718	22,1	55,1	47	799 302	17,9	42,4
30 000 a Menos de 50 000	5	189 288	7,6	62,7	10	391 236	8,7	51,1
50 000 a Menos de 100 000	3	195 326	7,8	70,5	7	472 777	10,6	61,7
100 000 a Menos de 300 000	1	156 352	6,2	76,7	4	687 817	15,4	77,1
300 000 a Menos de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
500 000 e Mais	1	584 481	23,3	100,0	1	1 025 979	22,9	100,0
TOTAL	658	2 504 378	100,0	-	698	4 473 541	100,0	-

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - Tabulações Avançadas - 1980

Nesse período existiam apenas dois centros com mais de 100 000 habitantes, nos quais estavam 30% da população urbana. Em 1980, esses centros passam de dois para cinco, aumentando sua participação em 8 pontos percentuais.

A população urbana residente nos centros com mais de 100 000 habitantes, em 1970, passa de 740 833 para 1 713 796, significando um acréscimo de 972 963 habitantes, um aumento, portanto, de 131%. Os cinco centros com mais de 100 000 habitantes responderam por um acréscimo de 795 247 pessoas, correspondendo a 40,4% do crescimento da população urbana, que foi de 1 969 163.

A população urbana residente nos centros com mais de 30 000 habitantes aumenta em torno de 1 451 362, equivalendo a um crescimento de 129% da população residente nessa faixa de centros em 1970.

Nota-se que o crescimento ocorre de forma concentrada nos grandes centros, de acordo com a exigência lógica do sistema econômico, o que demonstra a inviabilidade de programas que visem a formação de "diques de contenção" dos processos migratórios para os grandes centros.

2.1 ANTECEDENTES DA CENTRALIZAÇÃO URBANA

A agricultura cafeeira do Norte foi particularmente dominada pela produção mercantil, na qual as pequenas propriedades e os pequenos produtores detinham o maior número de estabelecimentos e respondiam pelo maior volume da produção. Além disso, os pequenos produtores não-proprietários se constituíam de parceiros e o colonato predominava nas relações de trabalho. Assim, havia uma grande necessidade de população, principal-

mente quando comparada à das demais regiões, e uma certa homogeneidade na ocupação espacial.

O café era o principal produto, possuindo alta densidade de valor e podendo ser cultivado juntamente com produtos que conformavam a agricultura intercalar.

As relações de trabalho dominantes eram em primeiro lugar, o colonato, no qual o proprietário fundiário atribuía ao trabalhador a obrigação de manter uma certa área em cultivo (no caso do café, um determinado número de cafeeiros), pelo que recebia o direito de cultivar uma gleba que podia ser intercalada às fileiras de café ou na propriedade, porém, externa à área de cultivo. Recebia também no final do ciclo de produção, quando o café seria embarcado, uma remuneração em dinheiro, deduzidos os adiantamentos, definindo o caráter assalariado do trabalho. A renda do colono era complementada pelo cultivo nas áreas que lhe eram atribuídas, cujo produto podia ser destinado tanto à sobrevivência da família e o excedente à comercialização, como integralmente à comercialização.

O pequeno produtor proprietário, com o auxílio da família, dedicava-se ao cultivo do café e à agricultura intercalada, nos moldes anteriores, cujo produto era destinado, em parte, ao consumo familiar e o restante à comercialização. O pequeno produtor e o colono eram responsáveis por uma oferta permanente de produtos agrícolas destinados à comercialização.

Além dessas categorias sociais existia o grande proprietário que concedia terras aos colonos para que produzissem, mediante pagamento pelo produto obtido e conforme contrato, e realizava adiantamentos dedutíveis no acerto final. O grande proprietário, ao ampliar o cultivo ou aumentar as áreas de pas-

tagens, ou ainda mantendo parte da área à margem da produção principal, cedia terras aos parceiros que as exploravam, comprometendo-se a fazer retornar ao proprietário os adiantamentos realizados, que eram deduzidos do valor da produção. O excedente era distribuído conforme contrato, podendo ser a meia, a terça, etc.

Os parceiros representavam uma categoria de pequenos produtores que estavam sob um regime embrionário ou misto de salário e ofereciam no mercado um ou vários produtos, com a intermediação do proprietário.

A agricultura mercantil que se desenvolveu no Norte demonstra a existência de um contingente populacional, cuja atividade depende da venda do produto para comerciantes urbanos.

Os comerciantes urbanos se subdividiam em quadro grandes grupos: o caminhoneiro, que atuava nas áreas de produção próximo aos produtores que encontravam dificuldades para deslocar seu produto. Esse funcionava como um elo, ligando os pequenos produtores ao restante da economia, entregando o produto adquirido a um atacadista regional e transportando para as zonas de produção agrícola produtos urbanos; o pequeno comerciante, como o caminhoneiro, atuava próximo aos produtores agrícolas e além de adquirir o produto adiantava-lhes dinheiro, na forma de empréstimo, substituindo o sistema convencional de crédito, ao qual o agricultor não tinha acesso, podendo também fornecer mercadorias para o consumo privado, como forma de adiantamento. O produto era vendido posteriormente a atacadistas regionais ou diretamente aos distribuidores dos centros de consumo, o atacadista regional, que era o pólo convergente de uma determinada área, recebia dos caminhoneiros e pequenos comerciantes a

produção adquirida, encontrando-se ligado aos distribuidores dos centros de consumo. Normalmente financiava o caminhoneiro e o pequeno comerciante, substituindo também o sistema convencional de crédito. O atacadista de distribuição final aparece como o último tipo de comerciante.

A compra do café, principal produto, era efetuada por grandes empresas atacadistas que o adquiriam diretamente do produtor, pagando à vista. Essas empresas estavam voltadas para o mercado interno, ou vendiam para aquelas ligadas ao mercado internacional.

Essas atividades dependiam, para o seu funcionamento, de um conjunto de atividades complementares que incidiam gradativamente nos sucessivos níveis da comercialização. No primeiro nível, as atividades eram extremamente simplificadas, pois se limitavam às operações de compra e venda, transporte e ensacamento do produto, sendo a armazenagem uma operação circunstancial. Um sistema de crédito não se desenvolvia nesse nível, na medida em que as operações de crédito eram praticamente efetuadas pelo comerciante. As atividades de Transporte se limitavam ao deslocamento na área de produção imediata e no traslado do produto para ingresso no nível seguinte. O conjunto dessas atividades e a sua extensão reduzida eram compatíveis com a área de atendimento e, tendo uma base urbana de operação, definiam uma escala de cidades também reduzida.

Assim, as atividades comerciais se restringem à compra de produtos agrícolas para revenda e ao fornecimento de mercadorias de consumo corrente para a área rural imediata e para a população urbana, sempre menor que a rural nesse nível de atuação. A procura por gêneros e objetos que não fazia parte do

consumo corrente, era dirigida para centros que possuíam população suficiente e renda mais elevada, que asseguravam a escala mínima necessária para garantir uma renda aos que dirigiam essas atividades. Nesses centros se encontravam usualmente elementos do segundo nível da comercialização agrícola: o atacadista regional e as empresas atacadistas compradores de café.

Nesse nível cresciam as atividades ligadas à comercialização, surgindo as operações de armazenagem, ensacamento e seleção detalhada do produto. O volume comercializado aumentava a necessidade de transportes e, conseqüentemente, ampliava ou criava condições para as atividades de manutenção de veículos, comercialização e reposição de peças. O comércio de insumos destinados à agricultura se desenvolvia nesse nível, pois a natureza periódica de seu consumo coincide com os ciclos do produto agrícola, exigindo para seu funcionamento uma grande diferenciação na oferta de produtos, o que depende de uma massa de compradores que só pode existir numa área geográfica maior que aquela encontrada nos limites de um município.

A massa de salários gerada pelas atividades de comercialização e serviços e a sua diferença interna, dada uma relativa complexidade dos trabalhos exigidos, criava uma estrutura de consumo diversificada capaz de sustentar a especialização do comércio varejista, ampliando o número de estabelecimentos e os gêneros comerciais. Esses, por sua vez asseguravam um mercado suficiente para o estabelecimento do comércio atacadista, que exerce a função adicional de fornecer para os estabelecimentos de cidades sem escala suficiente para essas atividades.

As exigências de capital de giro dessas empresas criavam as bases para o desenvolvimento do sistema de crédito, dei-

xando de operar aquelas formas não-convencionais e tipicamente usurárias, dominantes no nível anterior de comercialização.

A realização dessas mesmas atividades de intermediação de produtos agrícolas numa escala ampliada, realizada por empresas de maior porte e, conseqüentemente, cobrindo uma área geográfica mais ampla, reforçava as atividades anteriores, diversificando e especializando ainda mais o comércio e os serviços. A existência de um mercado consumidor viabilizava a implantação de empresas industriais produtoras de bens de consumo corrente de mercado regional, fazendo crescer o emprego e o mercado.

A diferenciação dos centros urbanos conforme suas escalas e tamanho, dados o tipo e a extensão de serviço que eram capazes de prover, é resultado inexorável de uma especialização econômica. A integração entre os diferentes centros urbanos e sua inserção num sistema hierárquico são partes componentes e essenciais de uma divisão social do trabalho, estabelecida pelo sistema econômico funcionando segundo suas próprias leis.

Ao ampliar a escala operacional das atividades comerciais e dos serviços, com a sua diferenciação interna, esses passam a se constituir cada vez mais em operações de distribuição de produtos industriais. As cidades de níveis hierárquicos superiores mantêm, conseqüentemente, relações mais estreitas com os centros industriais, desaparecendo aos poucos as relações diretamente visíveis com as atividades agrícolas. Isso, no entanto, não significa que a base agrícola da existência dos centros urbanos, que se constituíram no movimento de ocupação do Norte paranaense, tenha sido substituída, pois a rapidez da

circulação do capital dependerá, entre outras coisas, da velocidade do consumo, e essa da renda gerada pelas atividades agrícolas e das atividades a elas associadas como transportes, armazenagens, processamento e distribuição.

No Paranã Tradicional ocupado com a pecuária, gerando uma densidade populacional muito baixa e onde não existe a comercialização de produtos agrícolas, ou essa é apenas circunstancial, as atividades ligadas ao transporte dos produtos agrícolas e às operações de compra e venda se restringiam a pequenas operações isoladas. A baixa densidade populacional não criou um mercado que sustentasse uma atividade comercial diversificada, havendo, conseqüentemente, necessidade de centros comerciais para canalizar a produção de uma extensa área geográfica.

O cultivo de subsistência associado não assegurava também um processo de urbanização mais intenso, uma vez que suas operações comerciais eram pouco dinâmicas e a demanda por bens e serviços, dada a sua rarefação, exigia que os centros urbanos atingissem áreas mais amplas. A redução do número de centros e a não-diferenciação interna entre eles impossibilitava a constituição de uma rede urbana integrada e hierarquizada, nos moldes do Norte paranaense, onde a ocupação ocorria mediante incorporação de mão-de-obra e estava assentada na produção agrícola para a comercialização.

2.2 O TERCIÁRIO E A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES

A proposição de que as cidades constituem pontos discretos no espaço, provendo de bens e serviços a população local e de uma área adjacente, pertence à Teoria dos Locais

Centrais.⁹ De acordo com essa teoria, o núcleo central permite atender a máxima área beneficiária, sendo que cada tipo de núcleo tende a possuir uma área interior de comércio e uma con-términa, para as quais provê bens e serviços que constituem as funções urbanas, dependendo, porém, de núcleos superiores para as funções mais complexas que não podem proporcionar, acomodando-se em uma área de núcleos de categoria superior seguinte, compondo a área de influência imediata.

Cada núcleo de categoria superior desempenha as funções que os núcleos de categoria inferior desempenham em relação aos *interlands* de categoria inferior, acrescidas de um grupo de funções mais complexas para um *hinterland* maior o qual encerra diversos núcleos de categoria inferior e seus *hinterlands* imediatos.¹⁰

⁹A teoria dos locais centrais tem origem nos estudos de W. Christaller. A cidade nessa terra tem como função principal a de servir de lugar central, proporcionando bens e serviços ao espaço rural que a rodeia. Na proposição de Christaller, os centros elementares formam um triângulo equilátero cujo centro não se distancia mais do que 4 km de cada um dos vértices e a distância entre esses representa a distância entre os centros elementares. A união dos triângulos formam hexágonos, cujo centro constitui outros locais centrais, prosseguindo o raciocínio se chega até a 7 níveis hierárquicos.

A teoria recebeu posteriores aportes, entre outros, de Lösch e J. Bekman, sendo que esse estabeleceu, por meio de uma fórmula de recorrência, a população a qualquer nível de hierarquia urbana de Christaller.

Posteriormente G. K. Zipf desenvolveu as técnicas de **rank size rule**, procurando estabelecer uma relação matemática entre a população de uma cidade de determinado nível hierárquico e a população da cidade mais habitada.

Para uma exposição sucinta da teoria dos locais centrais, ver DERYCH, Pierre-Henri. La economia urbana. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1971. pp.45-76.

¹⁰HAUSER, Philip M. & SCHNORE, Leo F. Estudos de urbanização. São Paulo, Pioneira, 1976. 520.p.

O relacionamento simbiótico entre os núcleos de categoria inferior e superior define a hierarquia dos núcleos centrais e um sistema urbano hierarquizado.

Christaller, ao formular a Teoria dos Locais Centrais procurou estabelecer uma relação estreita entre tamanho dos centros e as funções urbanas. Em seus estudos, realizados no sul da Alemanha, descobriu que os centros de comércio tendem a se reunir em grupos de certo tamanho que estão estreitamente relacionados à natureza das funções de cada centro.¹¹

Assim, os estudos posteriores partiram sempre da idéia de que a hierarquia de tamanho das cidades corresponde à hierarquia funcional e resultaram nas tentativas de análise desenvolvidas nas técnicas de rank size rule. A cada escala de cidade se atribui o exercício de funções específicas, admitindo que a hierarquia resulta da "natureza e da importância dos produtos comercializados, do comércio ao varejo, do comércio especial e dos serviços altamente especializados".¹²

Allen Philbrick estabeleceu uma hierarquia das cidades americanas, tomando como variável fundamental a função de distribuição.

No primeiro nível então as famílias agrupadas em centros de consumo; no segundo, o comércio a varejo e atacadista. No terceiro, como o aprovisionamento exige transportes com traslado de cargas, estão os centros equipados para assegurar os transbordos. Os níveis superiores são constituídos pelas funções de bolsa, pelas atividades de controle e de decisão que

¹¹Op. cit., nota 10.

¹²Op. cit., nota 9, p.71.

operam em escala mais elevada.¹³ Mayer assinala que:

(....) em nenhum outro setor de geografia urbana a teoria progrediu tão rapidamente, nos últimos anos como no estudo das atividades ou funções do chamado "núcleo central". Descobriram-se significativas irregularidades entre estas e o número, tamanho e espalhamento das cidades.¹⁴

Na Teoria dos Locais Centrais, segundo Folin,¹⁵ encontra-se o pressuposto de que a cidade possui leis próprias de funcionamento, constituindo-se em um esforço de transformar regularidades empíricas em teorias. Da mesma forma, assinala Deryck, que as limitações da Teoria são a ausência de uma explicação para a hierarquia urbana e o pressuposto de que as cidades têm uma certa estabilidade no tempo, pois o que ocorre é a sua modificação constante pelo desenvolvimento técnico, econômico e social.¹⁶

(....) nas áreas que o transporte moderno estendeu a esfera do comércio, os centros de categoria mais baixa tendem a se atrofiar, em favor do menor número de centros, porém maiores, onde limiares mais altos podem ser oferecidos. Assim, nos Estados Unidos, pequenas povoações e aldeias baseadas no Transporte da era pré-automobilística tendem a entrar em declínio, e as pequenas concentrações de comércio de subvizinhança das cidades não podem competir com as nucleações de categoria superior que também encerram estabelecimentos de uma ordem mais al-

¹³Op. cit., nota 9, p.70.

¹⁴Op. cit., nota 10, p.83.

¹⁵FOLIN, Mariano. La ciudad del capital y otros escritos. Barcelona, G. Gili, 1976.

¹⁶Op. cit., nota 9, p.73.

ta, servindo de áreas de permuta mais extensas. O "supermercado" requer um limiar mais alto do que o armazém dos secos e molhados.¹⁷

Na Teoria dos Locais Centrais existem, entretanto, dois conceitos chaves: "limiar" e "amplitude". O primeiro se refere a um mínimo volume de vendas necessário para sustentar um negócio, ou seja, a condição de entrada em um determinado setor. O segundo diz respeito à área ocupada pelo volume de vendas do negócio.

A partir desses dois conceitos é possível definir o nível mínimo operacional do setor Terciário, estabelecido pela concorrência e pela diferenciação interna entre as unidades que o compõem. Ao se fixar esse nível mínimo, determina-se também a dimensão do mercado e, por extensão, sua compatibilidade ou não com os centros pequenos.

Tendo em vista que as atividades de compra e venda, às quais estão ligadas uma variedade de outras para que a função se realize e executados por unidades privadas sujeitas às determinações do mercado, isto é, rentabilidade, preço e concorrência, verifica-se uma constante transformação interna das relações que se estabelecem entre essas unidades e de cada uma delas com o mercado. As pretensões de fixar essas relações de forma definitiva, como se fossem decorrentes de uma relação muito particular que as cidades estabelecem entre si, não se considera o aspecto essencial da adequação do território a uma estrutura produtiva em permanente transformação.

¹⁷Op. cit., nota 10, pp. 84-5.

O comércio, na medida que é parte essencial da reprodução do conjunto da estrutura produtiva, compõe o sistema produtivo e, conseqüentemente, está sujeito às mesmas leis de determinação.

Se o capital aplicado nas atividades de compra e venda, que incluem além das despesas de compra e venda, os gastos com salários, equipamentos, instalações, transporte, etc., precisasse ser investido pelo próprio industrial, seria bem maior do que aquele destinado especificamente ao comércio.

Em primeiro lugar, o capital comercial ao converter antes em dinheiro a mercadoria para o produtor, realiza essa transformação muito mais rapidamente do que se feita pelo próprio produtor. Esse teria que dispor de recursos adicionais para investir em um novo ciclo produtivo enquanto aguardasse a venda da produção anterior.

Em segundo lugar, uma rotação do capital comercial, ou seja, a operação completa de compra e venda e retorno à compra de uma nova mercadoria, pode representar a rotação de vários capitais em um ramo de produção, ou a rotação de uma série de capitais em diferentes ramos de produção.

Assim, se um produtor se obrigasse a aguardar que seu produto passasse às mãos do último comprador, seja ele um consumidor produtivo ou individual, o processo de reprodução se interromperia, restringindo suas operações. Para evitar essa situação, o produtor precisaria reter uma parte maior do capital produtivo em reserva, pois, enquanto uma parte de seu capital estivesse no mercado como produto acabado posto à venda, a outra continuaria o processo de produção. Sem a interposição do comerciante, a parte do capital existente na forma de re-

serva em dinheiro teria de ser sempre maior em relação à parte existente sob a forma produtiva, o que limitaria a escala de produção. Com a interposição do comerciante, uma parte maior do capital do produtor pode ser investida no processo de produção, ficando a parte menor para servir de reserva em dinheiro.

Como uma rotação do capital comercial pode representar várias rotações de muitos capitais em um ramo de produção, ou de uma série de capitais em distintos ramos de produção, a velocidade de rotação do capital comercial está associada à velocidade de rotação do capital produtivo. Por outro lado, quando se aumenta a velocidade de rotação do capital comercial fica proporcionalmente reduzida a parte do capital/dinheiro total, que figurará como capital comercial; o oposto dessa situação também é verdadeiro, pois ao se reduzir a sua velocidade de rotação, a parte do capital que figurará como capital comercial seria maior.

Quanto menos desenvolvida se encontre a produção, maior será a soma de capital comercial, em proporção à soma de todas as mercadorias lançadas na circulação, sendo menor quando comparada a um nível de produção mais alto, ou inversamente mudando os termos do problema.

Assim, pode-se dizer que a rapidez de circulação dependerá de velocidade com que se renova o processo de produção, de como os diferentes processos de produção se enlaçam entre si e da agilidade do consumo.

Considerando-se a limitada divisão do trabalho existente no estabelecimento comercial, em que as diferentes tarefas são executadas integralmente por uma mesma pessoa, ao ampliar

a escala operacional, é possível realizar um mesmo volume de vendas sem o aumento de despesas com salários que, no caso, são deduções de lucro.

O setor de serviços amplia sua área de atuação na economia e engloba as atividades tipicamente administrativas do setor Público, os processos educacionais modernos, serviços médicos hospitalares, serviços pessoais e aqueles que são prolongamentos das atividades produtivas na esfera da circulação, como transporte e armazenagem, essa quando não possui fins especulativos, bem como as operações de crédito e financiamento à produção e ao consumo, que são partes das condições sociais de produção e circulação.

Em oposição às atividades tipicamente produtivas, o serviço é um produto cujo consumo coincide com sua produção, uma vez que o processo produtivo não se materializa num produto particular separado do trabalho que lhe deu origem. O produto do transporte é o deslocamento de um objeto no espaço simultâneo ao próprio ato de transportar. O serviço educacional tem como produto o ensino, coincidente com o trabalho de ensinar. Os serviços, conseqüentemente, possuem como característica básica a fixidez em pontos discretos no espaço para atender uma máxima área de consumo.

Na medida em que os serviços estão associados à necessidade de assegurar a velocidade de rotação do capital, sua escala operacional será determinada pelo nível de desenvolvimento da produção. O serviço desempenhará um papel bastante semelhante ao do comércio na rotação do capital investido na produção propriamente dita. A velocidade do retorno do capital, na forma de produto acabado à forma dinheiro e posteriormente

ao ciclo da produção, dependerá da existência, por exemplo, de um sistema de crédito adequado ao nível de desenvolvimento atingido pela produção.

A concentração dessas atividades se apresenta como um deslocamento no espaço geográfico, tendo em vista a situação prévia de dispersão das atividades comerciais e de prestação de serviços e a inexistência de um grande número de ramos especializados, em virtude do baixo padrão de consumo. Os novos ramos, por sua vez, ao surgirem face à elevação da renda e do seu grau de abertura, concentram-se nos locais onde é maior a concentração populacional, o consumo é mais diversificado e a possibilidade de cobrir uma máxima área adjacente é maior. Esses fatores são estimulados pelo sistema viário e de comunicação.

O movimento de concentração econômica e operacional atua no sentido da concentração e centralização urbanas, em detrimento e oposição aos centros urbanos menores, ao ampliar a escala das atividades e, por isso, seu mercado de atendimento e, simultaneamente, ao reduzir o tamanho dos mercados locais, em virtude da rarefação da população decorrente do esvaziamento populacional do campo.

2.3 A CONCENTRAÇÃO DO COMÉRCIO E A CENTRALIZAÇÃO URBANA NO PARANÁ

Verifica-se, partindo da situação prévia de uma intensa urbanização expressada por uma proliferação de centros associados a uma expansão da agricultura, assentada na incorporação de mão-de-obra, que o movimento de concentração é simultaneamente movimento de centralização urbana. A hierarquia que traduz a relação simbiótica entre os diferentes centros é constan-

temente transtornada, expressando o processo de adequação do território às transformações que ocorrem na estrutura produtiva. Essas transformações inviabilizam os pequenos centros.

Por outro lado, o processo de concentração reforça o papel hegemônico dos grandes pólos regionais, dados certo grau de crescimento das cidades, obras de infra-estrutura implantadas, existência de um mercado de trabalho e relativa permanência no tempo dos equipamentos urbanos. A expansão das atividades econômicas e do emprego, localizada preferencialmente nesses pólos, propicia que exerçam sobre os centros menores um papel de "bomba de sucção", inviabilizando sua existência.

Nas áreas de pecuária, dominadas por um pequeno número de grandes centros, esse movimento se apresenta de forma menos intensa e igualmente menos nítida, mas de qualquer maneira constituindo um processo de centralização. No conjunto, essas diferenças se manifestam progressivamente com menos intensidade, estabelecendo um processo mais ou menos homogêneo. As diferenças que persistem devem ser atribuídas ao volume de emprego desigual gerado por essas atividades, uma vez que o emprego na pecuária é praticamente nulo.

Como a expansão do cultivo agrícola se estende para áreas anteriormente ocupadas com pecuária e com a extração vegetal, aquelas diferenças tendem a ser menos perceptíveis. Nesse aspecto é que o processo de urbanização expressa o movimento em que o território é apropriado e adequado à estrutura produtiva, e assim é homogeneizado.

Na comercialização da produção agrícola de pequenos produtores, com seu cultivo associado, o capital comercial adquire importância em virtude do nível de desenvolvimento da pro-

dução, que é maior quando comparado com os recursos aplicados na produção propriamente dita. O caminhoneiro e o pequeno comerciante, atuando nas áreas de produção e associados ao atacadista regional, representam um nível de desenvolvimento em que a baixa velocidade de rotação do capital é compatível com a estrutura produtiva relativamente atrasada e com a carência absoluta de recursos do produtor.

Ao se modernizar a produção agrícola com especialização em produtos mais rentáveis, com ampliação da escala de produção mediante o aumento da produtividade do trabalho e do rendimento físico da terra, os tradicionais esquemas de comercialização se tornam inadequados. O volume da produção agrícola, acrescido pela introdução de insumos industriais e de equipamentos mecânicos, associa-se a formas mais avançadas de comercialização, desenvolvidas somente com um grau elevado de concentração do capital e com níveis operacionais também ampliados. Na medida em que a velocidade de rotação depende da rapidez do consumo, seja produtivo ou individual, o mercado deverá ser ampliado. As cadeias de comercialização tendem a se estreitar pela eliminação de sucessivos elos, levando ao desaparecimento gradativo dos diversos agentes envolvidos na comercialização, principalmente os caminhoneiros e pequenos comerciantes que se localizam nos centros diretamente ligados à produção agrícola.

Os setores diretamente ligados ao centro do consumo final têm, paralelamente, possibilidades de expansão limitadas, uma vez que se situam no final de uma cadeia dominada no seu início por pequenas unidades de comercialização que, em virtude de seus níveis operacionais, retardam o processo de comer-

cialização, aumentando a necessidade de capitais postos em reserva ou criando vazios no fluxo de comercialização. A necessidade de superar esses bloqueios faz com que essas grandes empresas estendam a sua área de atuação para as regiões produtoras, inviabilizando também a sobrevivência dos agentes intermediários envolvidos na comercialização, principalmente o caminhoneiro e o pequeno comerciante e, em menor medida o atacadista regional.

Esse movimento, provocado pela modernização da produção agrícola que exige novos esquemas de comercialização, bem como decorrente da incorporação de todo fluxo de comercialização pelos grandes distribuidores finais, traduz-se no desaparecimento gradativo das atividades concentradas nos centros menores, reduzindo, assim, sua base de sustentação econômica. O deserto e o silêncio dos galpões vazios e fechados nas áreas cerealistas das cidades paranaenses expressam bem esse movimento.

As cadeias de comercialização agrícola analisadas em 1980 pelo IPARDES¹⁸ demonstram que os três principais produtos que compõem o "carro chefe" da economia agrícola paranaense, soja, café e trigo, responsáveis por aproximadamente 57% do valor da produção agrícola do Estado em 1979, estão totalmente à margem do sistema tradicional de comercialização.

A indústria de esmagamento do soja, que sozinha respondeu por 33,5% da produção agrícola em 1979, localiza-se nas regiões produtoras e em Ponta Grossa, onde se concentra 40% da capacidade instalada. Entre a indústria de esmagamento e os

¹⁸FUNDAÇÃO IPARDES. Estudo de viabilidade de implantação da bolsa de mercadorias no Paraná. Curitiba, 1980. 146 p.

produtores não se interpõe nenhum agente de comercialização. A produção destinada à comercialização em grãos se concentra em Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa e é realizada por poucos agentes, principalmente indústrias multinacionais e grandes cooperativas que operam com exportação, comercializando aproximadamente 97% do total.

A comercialização do café é realizada por grandes atacadistas que adquirem o produto diretamente do produtor e operam com base em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Ao lado desses, atuam ainda como grandes compradores o IBC, para formar estoques reguladores, e as grandes indústrias produtoras de café solúvel e torrefadoras, para abastecimento do mercado interno. A comercialização do trigo ocorre através de canais dirigidos pelo Banco do Brasil.

Esse grupo de produtos possui canais de comercialização dos quais estão ausentes os intermediários, representados pelo caminhoneiro, pequeno comerciante e atacadista regional. Além disso, a própria atividade comercial, enquanto função específica do capital, tende a desaparecer na medida em que se estreitam as relações diretas com a indústria. Considerando-se que as técnicas produtivas e as relações de trabalho predominantes nesse setor agrícola representam um ponto mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas, esse se constitui para os demais setores em "o espelho de seu futuro". As relações dominantes nesse setor, no que se refere aos esquemas de comercialização e de industrialização, representam uma tendência que se generaliza gradualmente.

O segundo grupo de produtos agrícolas, representado pelo amendoim, algodão, mamona e rami, possui formas de comer-

cialização bastante diversificadas, configurando uma espécie de sistema misto, que pode ser denominado de "sistema em transição".

O esmagamento do amendoim é realizado por duas unidades localizadas em Paranavaí e Cambé. Na área de comercialização atua, em primeiro lugar, o pequeno atacadista vinculado aos pequenos produtores aos quais fornece insumos. Em segundo, atua o grande atacadista que compra tanto dos pequenos comerciantes como dos produtores maiores. Verifica-se, portanto, uma relação direta entre o grande comerciante e o produtor, quando esse possui escala adequada. A presença do intermediário, representado pelo pequeno comerciante, deve-se às características da produção, esse, porém, perde gradativamente seu papel como componente essencial da comercialização. Com papel secundário se encontra a indústria que compra diretamente dos produtores. Considerando-se a presença dessa indústria e a das unidades de esmagamento anteriormente citadas, verifica-se uma aproximação gradativa entre a indústria e a agricultura, condicionada pelo volume de produção e pela forma em que se encontra organizada.

O algodão, produzido nas regiões de Umuarama e Campo Mourão, que respondem por aproximadamente 50% da produção e na região de Jacarezinho e Assaí, com 25% da produção, é adquirido diretamente do produtor pelos maquinistas concentrados em Jacarezinho, Maringá, Umuarama, Campo Mourão e Assaí. Em sua comercialização são atuam duas companhias beneficiadoras.

Nesse caso particular, a relação se estabelece diretamente com a indústria, eliminando-se os níveis intermediários de comercialização. O beneficiamento é realizado em pequenas unidades, cujos produtos são o algodão em fardos, destinado às

fiações e aos grandes grupos exportadores, e o caroço, destinado às unidades produtoras de torta e óleos, constituindo, portanto, uma fase do processo produtivo, que por razões de ordem técnica e econômica, não é realizada nas grandes unidades produtoras finais. Assim, conforma-se um sistema de transição das formas arcaicas às de relação estreita e direta com as grandes unidades processadoras.

A produção de mamona é destinada à indústria de óleo e farelo localizada em São Paulo, havendo também uma empresa de beneficiamento localizada em Londrina. A comercialização é realizada na zona produtora por pequeno número de cerealistas e de representantes comerciais da indústria. A produção de "beira de estrada" é adquirida por pequenos armazéns de secos e molhados, nos núcleos urbanos próximos aos produtores e repassada aos atacadistas e às indústrias. Quando a produção não atinge volume para a operação em grande escala, atuam paralelamente às indústrias e ao grande capital comercial, aqueles agentes intermediários. Na medida em que a produção de "beira de estrada" desaparece, em virtude da especialização produtiva realizada em moldes mais avançados que aumentam o seu volume, os níveis intermediários entre o produtor e os grandes atacadistas e a indústria tendem a desaparecer.

O rami é beneficiado em outros estados e no Paraná por três unidades localizadas em Londrina e Uraí. Sua comercialização é feita diretamente pelas cooperativas ou intermediários que executam algumas fases do beneficiamento antes de entregá-lo à indústria. A indústria atua juntamente com as cooperativas e os intermediários, adquirindo o rami diretamente do produtor. Os níveis intermediários entre o produtor e o grande

capital comercial e a indústria também desaparecem, estreitando gradativamente a relação direta entre produtor e indústria final.

O terceiro grupo se constitui do arroz e do feijão: O arroz é destinado exclusivamente ao consumo no Estado e em sua comercialização aparecem todos os níveis do sistema tradicional, ou seja, a produção é adquirida por pequenos maquinistas ou ce-realistas que repassam o produto aos grandes maquinistas e esses ao atacadista e ao distribuidor final, definindo três regiões de comercialização: as zonas produtoras, as das indústrias de beneficiamento e os mercados consumidores.

A produção de arroz possui características próprias que se incompatibilizam com o comércio concentrado em grandes unidades econômicas, pois é uma cultura itinerante, normalmente vinculada à limpeza de terreno e à formação de pastagens ou terras para o cultivo, sendo executada, via de regra, por pequenos produtores sob contrato de parceria ou de meia. Essa cultura tende a se estabilizar no Centro-Oeste brasileiro, com escala de produção mais ampla e pela incorporação de técnicas mais desenvolvidas. A produção está sendo adquirida por grandes atacadistas e grandes empresas de distribuição final, localizadas nos maiores mercados consumidores que beneficiam o produto uma vez que seu valor unitário é compatível com transportes em largas distâncias. No Estado essa cultura tende a desaparecer ou a se estabilizar nas dimensões atuais. Em 1979 esse produto respondia por 2,7% do valor da produção agrícola.

O feijão é produzido quase que exclusivamente por pequenos produtores dispersos no território.

A produção em pequenas unidades e as suas flutuações

cíclicas aumentando risco de comercialização para as grandes empresas. Esse produto é comercializado por um sistema que possui o maior número de intermediários. A produção é entregue ao caminhoneiro, ao pequeno comerciante e, em menor volume às cooperativas, sendo que o atacadista regional funciona como ponto de convergência de uma área e está ligado aos centros consumidores. Nos centros de maior consumo se encontra o atacadista distribuidor final.

Como produto isolado aparece o milho, produzido em todas as microrregiões homogêneas, mas principalmente no Sudoeste, Extremo-Oeste Paranaense, Apucarana, Pitanga, Campo Mourão, Guarapuava e Jacarezinho. Em 1979, o milho representava 19,2% do valor da produção agrícola do Estado.

Da produção total do Estado, aproximadamente 36,2% fica retido para o consumo interno das unidades. O processamento desse produto é realizado por um grande número de pequenas indústrias, sendo que existem 5 empresas multinacionais sediadas em Ponta Grossa, Jacarezinho, Maringá, Apucarana e Cascavel. Em Maringá e Andirá se encontram duas outras empresas que se dedicam à produção de óleo de milho.

Os principais centros de comercialização de milho são Maringá, Cascavel, Londrina, Jacarezinho e Pato Branco, sendo que os pequenos cerealistas de centros urbanos próximos às regiões produtoras comercializam 45,3% de produção. As cooperativas são responsáveis por 12,5%, as indústrias por 2,4% e os grandes atacadistas por 1,8%.

Esse produto, a despeito de ser destinado ao autoconsumo das unidades agrícolas produtoras, é em grande parte comercializado por empresas já diferenciadas, com os pequenos co-

merciantes e atacadistas regionais perdendo espaço para as cooperativas, para a indústria e para o grande capital comercial.

O desaparecimento dos primeiros níveis de comercialização, normalmente de pequena escala, concentrados nos núcleos urbanos estreitamente ligados às zonas produtoras, reduz a base econômica urbana desses municípios e conseqüentemente o emprego.

A centralização da comercialização do produto agrícola e a concentração das demais atividades terciárias excluem gradativamente de sua base de operação os pequenos centros e mesmo os médios, concentrando-se naqueles de maior parte, os quais permitem que as unidades instaladas operem com a máxima área beneficiada. Essa é tanto maior quanto mais concentradas estiverem essas atividades.

A concentração espacial do comércio varejista pode ser observada através da distribuição mais homogênea dos estabelecimentos voltados para o consumo usual, como os gêneros Produtos Alimentícios, Artigos do Vestuário e de Armarinhos. Outros gêneros, entre os quais Artefatos de Borracha, ao contrário, estavam fortemente concentrados nas grandes cidades (tabela 17).

Os gêneros por ordem crescente de participação percentual dos estabelecimentos localizados nos municípios com população urbana superior a 100 000 habitantes são apresentados na relação abaixo:

1. Tecidos e Artefatos de Tecidos	19,5
2. Produtos Alimentícios	20,3
3. Produtos Químicos e Farmacêuticos	23,1
4. Combustíveis e Lubrificantes	24,2
5. Mercadorias em Geral, inclusive Alimentos	26,3

TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS VAREJISTAS EM ABSOLUTO E RELATIVO POR CLASSES DE POPULAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ - 1975

GÊNEROS DE ATIVIDADES	TAMANHO DOS MUNICÍPIOS																TOTAL	
	Menos de 2 000		2 000 - 5 000		5 000 - 10 000		10 000 - 30 000		30 000 - 50 000		50 000 - 100 000		100 000 - 500 000		Mais de 500 000			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Ferragens, Produtos Metalúrgicos, Material de Construção, Artigos Sanitários, etc.	20	1,7	66	5,5	113	9,4	253	21,0	113	9,4	111	9,2	256	21,3	271	22,5	1 203	100,0
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Agrícolas, Industriais, Comerciais e de Uso Técnico e Profissional	1	0,2	20	3,6	36	6,4	162	28,9	53	9,5	46	8,2	142	25,4	100	17,9	560	100,0
Máquinas e Aparelhos Não-elétricos de Uso Doméstico, Máquinas e Aparelhos Eletrodomésticos, etc.	7	0,8	41	4,8	72	8,4	201	23,5	98	11,5	106	12,4	193	22,6	137	16,0	855	100,0
Veículos, Peças e Acessórios	13	0,8	99	6,2	153	9,6	443	27,6	146	9,1	146	9,1	352	22,0	250	15,6	1 602	100,0
Móveis, Artigos de Habitação e de Uso Doméstico	6	1,2	47	9,1	55	10,6	162	31,3	44	8,5	45	8,7	56	10,8	102	19,7	517	100,0
Papel, Impressos e Artigos de Papelaria, Livraria e de Escritório	7	1,0	41	6,0	65	9,5	161	23,6	43	6,3	58	8,5	112	16,4	195	28,6	682	100,0
Produtos Química e Farmacêuticos	75	3,8	297	14,9	294	14,8	562	28,2	147	7,4	157	7,9	242	12,1	219	11,0	1 993	100,0
Combustíveis e Lubrificantes	71	4,2	258	15,4	247	14,8	417	25,0	130	7,8	147	8,9	226	13,5	179	10,7	1 675	100,0
Tecidos e Artefatos de Tecidos	30	2,9	163	16,0	164	16,1	315	30,8	73	7,2	76	7,4	126	12,3	74	7,2	1 021	100,0
Artigos de Vestuário e de Armário	106	2,3	510	10,9	690	14,7	1 261	27,0	413	8,8	398	8,5	605	12,9	702	15,0	4 685	100,0
Produtos Alimentícios	1 148	5,7	3 562	17,5	3 275	16,1	5 252	25,8	1 265	6,2	1 710	8,4	2 013	10,0	2 102	10,3	20 327	100,0
Bebidas, Cigarros, Fumos e Artigos de Tabacaria	4	1,5	20	7,3	35	12,8	65	23,8	19	7,0	19	7,0	25	9,2	86	31,5	273	100,0
Mercadorias em Geral, Inclusive Alimentos	21	3,8	90	16,1	92	16,5	130	23,3	39	7,0	40	7,2	72	13,0	74	13,3	558	100,0
Mercadorias em Geral, Exclusive Alimentos	6	3,7	21	12,9	15	9,2	37	22,7	14	8,6	21	12,9	27	16,6	22	13,5	163	100,0
Artigos Diversos	12	0,9	88	6,6	112	8,5	303	22,9	116	8,8	123	9,3	254	19,2	316	23,9	1 324	100,0
Artefatos de Borracha e de Plásticos	3	3,4	4	4,6	7	8,0	13	14,8	4	4,6	11	12,5	20	22,7	26	29,6	88	100,0
Artigos Usados	1	0,6	1	0,6	4	2,4	29	17,8	18	11,0	18	11,0	58	35,6	34	20,9	163	100,0

FRNTE: FIBGE - Censo Comercial do Paraná - 1975

6. Artigos de Vestuário e de Armarinho	27,9
7. Móveis, Artigos de Habitação e de Uso Doméstico	30,5
8. Veículos, Peças e Acessórios	37,6
9. Máquinas e Artefatos Não-elétricos de Uso Doméstico, Máquinas e Aparelhos	38,6
10. Mercadorias em Geral, Exclusive Alimentos	40,1
11. Bebidas, Cigarros, Fumos e Artigos de Tabacaria	40,7
12. Artigos Diversos	43,1
13. Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Agrícolas, Industriais, Comerciais e de Uso Técnico e Profissional	43,3
14. Ferragens, Produtos Metalúrgicos, Material de Construção, Artigos Sanitários, etc.	43,8
15. Papel, Impressos, Artefatos de Papelaria Livraria e de Escritório	45,0
16. Artefatos de Borracha e de Plásticos	52,3
17. Artigos Usados	56,5

Verifica-se que os municípios das duas maiores faixas de população urbana contavam, em 1975, com 20,3% dos estabelecimentos de comércio de Produtos Alimentícios e com 27% de Artigos de Vestuário e Armarinho, entre outros. Esses percentuais passam para 52,3% no gênero Artigos de Borracha e de Plásticos.

A concentração é ainda mais nítida no Comércio Atacadista, haja vista que nos maiores municípios em população urbana estão mais da metade de quase todos os gêneros. A grande exceção é representada pelo Gênero Produtos Extrativos e Agropecuários, localizados nas proximidades das áreas produtoras (tabela 18).

Os gêneros por ordem crescente de participação percen-

TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS ATACADISTAS EM ABSOLUTO E RELATIVO POR CLASSES DE POPULAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ - 1975

GÊNEROS DE ATIVIDADES	TAMANHO DOS MUNICÍPIOS																TOTAL	
	Menos de 2 000		2 000 - 5 000		5 000 - 10 000		10 000 - 30 000		30 000 - 50 000		50 000 - 100 000		100 000 - 500 000		Mais de 500 000		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Produtos Extrativos e Agropecuários, Exclusive Alimentos	83	4,1	454	22,4	463	22,9	684	33,8	104	5,1	102	5,0	127	6,3	8	0,4	2 025	100,0
Ferragens, Produtos Metalúrgicos, Material de Construção, Artigos Sanitários, Artigos de Cerâmica, Vidros e Louças	-	-	6	2,1	11	3,8	22	7,6	36	12,5	25	8,7	84	29,2	104	36,1	288	100,0
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Agrícolas, Industriais, Comerciais e de Uso Técnico e Profissional	1	1,4	-	-	-	-	9	12,5	6	8,3	3	4,2	20	27,8	33	45,8	72	100,0
Máquinas e Aparelhos Não-elétricos de Uso Domésticos, Máquinas e Aparelhos Eletrodomésticos, etc.	-	-	-	-	-	-	1	2,3	1	2,3	3	7,0	13	30,2	25	58,1	43	100,0
Veículos, Peças e Acessórios	-	-	-	-	-	-	3	4,2	3	4,2	1	1,4	25	35,2	39	54,9	71	100,0
Móveis, Artigos de Colchoaria e Tapeçaria	-	-	2	16,7	-	-	-	-	1	8,3	-	-	2	16,7	7	58,3	12	100,0
Papel, Celulose, Impressos e Artigos de Papelaria, Livraria e de Escritório	-	-	2	3,6	1	1,8	3	5,4	4	7,1	1	1,8	12	21,4	33	59,0	56	100,0
Produtos Químicos e Farmacêuticos	2	0,8	19	8,0	20	8,4	42	17,6	13	5,4	13	5,4	79	33,1	51	21,3	239	100,0
Combustíveis e Lubrificantes	1	1,1	1	1,1	-	-	2	2,1	2	2,1	18	19,0	46	48,4	25	26,3	95	100,0
Tecidos e Artefatos de Tecidos	-	-	1	1,6	1	1,6	3	4,7	7	11,0	9	14,1	32	50,0	11	17,2	64	100,0
Artigos de Vestuário e de Armarinho	1	2,3	1	2,3	6	13,6	2	4,6	3	6,8	3	6,8	16	36,4	12	27,3	44	100,0
Produtos Alimentícios	17	1,9	72	7,9	62	6,8	160	17,5	83	9,1	96	10,5	271	29,6	154	16,8	915	100,0
Bebidas, Cigarros, Fumo e Artigos de Tabacaria	4	1,3	19	6,1	46	14,6	89	28,3	37	11,8	23	7,3	62	19,8	34	10,8	314	100,0
Mercadoria em Geral, Inclusive Alimentos	-	-	1	3,8	1	3,8	10	38,5	3	11,5	-	-	9	34,6	2	7,7	26	100,0
Mercadoria em Geral, Exclusive Alimentos	-	-	-	-	-	-	1	20,0	-	-	-	-	4	80,0	-	-	5	100,0
Artigos Diversos	-	-	1	3,4	-	-	5	17,2	1	3,4	5	17,2	11	37,9	6	20,7	29	100,0
Artefatos de Borracha e de Plásticos e Produtos Similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6,2	10	62,5	5	31,2	16	100,0
Artigos Usados	-	-	2	3,3	2	3,3	14	23,0	4	6,6	6	9,8	22	36,1	11	18,0	61	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Comercial do Paraná - 1975

tual dos estabelecimentos localizados nos seis maiores municípios em população urbana são apresentados na relação abaixo. Observa-se ainda a concentração espacial do comércio atacadista.

1. Produtos Extrativos e Agropecuários, Exclusive Alimentos	6,7
2. Bebidas, Cigarros, Fumo e artigos de Tabacaria	30,6
3. Mercadorias em Geral, Inclusive Alimentos	42,3
4. Produtos Alimentícios	45,4
5. Artigos Usados	54,1
6. Produtos Químicos e Farmacêuticos	54,4
7. Artigos Diversos	58,6
8. Artigos de Vestuários e de Armarinhos	63,7
9. Tecidos e Artefatos de Tecidos	67,2
10. Combustíveis e Lubrificantes	74,2
11. Móveis, Artigos de Colchoaria e Tapeçaria	76,0
12. Mercadorias em Geral, Exclusive Alimentos	80,0
13. Papel, Celulose, Impressos e Artigos de Papelaria, Livraria e de Escritório	80,0
14. Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Agrícolas, Industriais, Comerciais e de Uso Técnico e Profissional	83,6
15. Ferragens, Produtos Metalúrgicos, Material de Construção, Artigos Sanitários, Artigos de Cerâmica, Vidros e Louças	85,3
16. Máquinas e Aparelhos Não-elétricos de Uso Doméstico; Máquinas e Aparelhos Eletrodomésticos, etc.	88,3
17. Veículos, Peças e Acessórios	90,1
18. Artefatos de Borracha e de Plásticos e Produtos Similares	93,7

A centralização urbana e a concentração da população em

alguns pontos geográficos do espaço constituem um fato irreversível e intrínseco às transformações da economia, principalmente da sua base produtiva, determinando uma nova configuração urbana no Estado. A urbanização, ainda que mantenha a sua base agropecuária, tende a se acentuar.

A expansão do processamento dos produtos agrícolas e sua aproximação estreita com a atividade produtiva agrícola, visando eliminar o "tempo morto" representado pela interposição do comércio entre dois ciclos produtivos, tendem a extinguir gradativamente a intermediação e, portanto, os agentes econômicos envolvidos nesse processo. Além disso, a redução do consumo do produto agrícola na sua forma *in natura* propicia o crescimento do número de setores agrícolas, cujo produto depende do processamento industrial posterior que amplia o setor industrial.

A indústria possui uma lógica intrínseca que proporciona um grau maior de concentração espacial, reforçando, assim, o movimento de centralização urbana.

3 A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA E A CENTRALIZAÇÃO URBANA

A estrutura industrial do Estado era dominada na década passada por empresas de pequeno porte, quando comparadas àquelas existentes nos pólos dinâmicos da economia. Essas empresas apresentavam uma grande dispersão territorial, em virtude de suas reduzidas escalas de produção e por estarem voltadas a mercados localizados e regionais. O processo de modernização do parque industrial do Estado e o crescente domínio da produção por empresas de grande porte propiciaram um processo de concentração espacial da produção (tabela 19).

Verifica-se que as demais regiões do Estado sofrem perda relativa de posição, favorecendo Curitiba que tende a se constituir em região privilegiada de concentração da indústria. Centros como Londrina, Ponta Grossa e Maringá, ainda que apresentem queda relativa, juntamente com Curitiba dominam quase que com exclusividade a produção industrial do Estado.

Com a modernização o parque industrial se diversifica, incorporando novos gêneros ou ampliando os antigos, mediante a abertura de níveis mais complexos de processamento industrial. Observa-se que o grupo Metal-mecânico, representado pelos gêneros Metalúrgica, Mecânica, Material de Transporte e Comunicação, instalado na década passada, está integralmente localizado na Região Metropolitana de Curitiba e o grupo Madeira, já tradicional no Estado, apresenta uma nítida dispersão territo-

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA PARANAENSE, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO MICRORREGIÕES - 1975-1979

(Em Cr\$ 1 000 000 correntes)

MRH	1975		1979		
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%(a)	%(b)
268/1 Curitiba	3 883	32,3	52 082	52,7	41,7
269/2 Litoral Paranaense	184	1,5	1 998	2,0	2,5
270/3 Alto Ribeira	58	0,4	396	0,4	0,5
271/4 Alto Rio Negro Paranaense	2	0,0	62	0,0	0,1
272/5 Campos da Lapa	196	1,6	1 101	1,1	1,4
273/6 Campos de Ponta Grossa	1 881	15,6	10 290	10,4	12,8
274/7 Campos de Jaguariaíva	61	0,5	276	0,2	0,3
275/8 São Mateus do Sul	30	0,2	140	0,1	0,2
276/9 Colonial de Irati	120	1,0	779	0,7	1,0
277/10 Alto do Ivaí	9	0,1	61	0,0	0,1
278/11 Norte Velho de Wenceslau Braz	13	0,1	68	0,0	0,1
279/12 Norte Novo de Jacarezinho	456	3,7	2 742	2,7	3,4
280/13 Algodoeira de Assaí	106	0,8	690	0,6	0,9
281/14 Norte Velho de Londrina	1 742	14,5	9 460	9,5	11,7
282/15 Norte Novo de Maringá	842	7,0	3 574	3,6	4,4
283/16 Norte Novíssimo de Paranavaí	258	2,1	578	0,5	1,7
284/17 Norte Novo de Apucarana	207	1,7	1 638	1,6	2,0
285/18 Norte Novíssimo de Umuarama	195	1,6	1 228	1,2	1,5
286/19 Campo Mourão	153	1,2	1 068	1,0	1,3
287/20 Pitanha	20	0,2	75	0,0	0,1
288/21 Extremo-Oeste Paranaense	499	4,1	3 496	3,5	4,4
289/22 Sudoeste Paranaense	194	1,6	1 144	1,1	1,4
290/23 Campos de Guarapuava	438	3,6	3 188	3,2	4,0
291/24 Médio Iguaçú	450	3,7	2 669	2,7	3,3

FONTE: SEFI/Sistema DEFC

(a) Participação no valor agregado total

(b) Participação no valor agregado, excluindo-se

rial (tabela 20).

TABELA 20 - PARTICIPAÇÃO DE CURITIBA NO VALOR AGREGADO DE ALGUNS GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1975-1979

(Em %)

GÊNEROS	1975	1979
Metalurgia	50,0	55,0
Mecânica	62,0	75,0
Material Elétrico e de Comunicações	81,0	88,0
Material de Transporte	57,0	74,0
Madeira	23,0	29,0

FONTE: SEFI, "Economia Paranaense", 1975 e 1979, IPARDES - Estudos para uma Política de Desenvolvimento Industrial no Paraná; v. IV

O duplo movimento de concentração da produção em poucas e grandes unidades produtivas e a ampliação do grau de processamento em um mesmo gênero, com processos mais complexos e elaborados quanto à técnica produtiva, acompanhado da concentração espacial em Curitiba, indicam o ingresso da economia estadual em um novo patamar, quando tendem a crescer as relações que se estabelecem no setor industrial, com as compras e vendas sendo efetivadas entre as unidades. Esse patamar se opõe gradativamente às fases anteriores da indústria, dominada por pequenas empresas de mercado local.

Uma economia regional assentada em empresas pulverizadas pelo território, com base em uma tecnologia rudimentar e baixo grau de elaboração do produto, é compatível com uma situação em que o mercado nacional não se encontra completamente integrado. Nos interstícios dessa economia ou em sua periferia podem surgir pequenas empresas, que além de processarem matérias-primas de origem regional, geralmente agropecuárias, têm

sua produção destinada aos mercados também regionais. Essas empresas freqüentemente se limitam a um primeiro processamento, constituindo-se em simples ligação entre o produto na sua forma natural e o consumo.

A ausência de um grande setor comercial e de serviços, em virtude da baixa rotação do produto agrícola, e a existência de uma estrutura industrial desconcentrada em relação ao do capital e descentralizada espacialmente estão na base de uma distribuição espacial da população homogênea, no que se refere ao território. As transformações na estrutura produtiva da economia estadual a partir de 1970 se manifestam no reforçamento do papel dos grandes centros, podendo-se observar o crescimento de sua população e a sua permanência entre os 10 maiores, no período 1970-80 (tabela 21).

TABELA 21 - CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO OS DEZ MAIORES CENTROS URBANOS DO PARANÁ - 1970-1980

CENTROS URBANOS	POSIÇÃO EM		POPULAÇÃO URBANA		CRESCIMENTO-1970-1980	
	1970	1980	1970	1980	Abs.	%
Curitiba	1	1	584 481	1 025 979	441 498	75,1
Londrina	2	2	156 352	258 054	101 702	65,1
Ponta Grossa	3	3	92 285	171 365	79 080	85,7
Maringá	4	4	51 579	158 047	106 468	206,4
Cascavel	10	5	33 852	100 351	66 499	196,4
Foz do Iguaçu	14	6	18 584	93 619	75 035	403,8
Guarapuava	7	7	39 535	81 304	41 769	105,7
Paranaguá	5	8	51 462	71 173	19 711	38,3
Apucarana	6	9	41 813	63 733	21 920	52,4
Paranavaí	8	10	37 478	52 654	15 176	40,49

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico do Paraná - 1980 - Tabulações Avançadas

3.1. A CONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL

A integração da economia estadual à nacional ocorre quando essa passa por dois momentos distintos, com impactos profundos nas economias regionais.

No primeiro, a partir dos anos 50, a industrialização tem início de fato, uma vez que se cria internamente um setor produtor de bens de capital, originando um núcleo endógeno de acumulação. No segundo, a partir de 1967, o núcleo de acumulação se redefine sob o comando dos setores produtores de bens de consumo durável. Isso foi possível com a ampliação do leque salarial pela complexidade administrativa da economia, que gerou novas funções no mercado de trabalho. O achatamento dos salários de base permitiu a elevação dos rendimentos auferidos pelos setores mais bem pagos do mercado de trabalho. A reforma bancária e financeira ampliou o crédito pessoal de consumo, mediante a constituição de financeiras como especialização funcional do crédito, aumentando o mercado e sustentando o novo ciclo expansivo.

Com um interregno de crise entre 1961-65, quando se iniciam as reformas institucionais necessárias ao novo período de expansão, houve um crescimento constante da economia, durante 23 anos, redefinindo o papel das economias regionais.

A economia passa a ser dominada por um pequeno número de grandes empresas, com ganhos de escala e ampliação do mercado, em termos de área geográfica. As áreas periféricas de mercado desaparecem, tornando-se difícil a sobrevivência das pequenas empresas locais que não dispõem de escala para produzir nas condições da produtividade média. Além disso, restringe-se a possibilidade de ampliar as unidades existentes, em virtude do volume de capital necessário para dar início a uma nova unida-

de produtiva e do crescimento do mercado não ocorrer de forma a sustentar a expansão e o ingresso de novas empresas que não sejam aquelas localizadas e já existentes nos pólos dinâmicos da economia.

A industrialização deve ocorrer, portanto, assentada em grandes unidades produtivas, cujo patamar mínimo passa a ser definido nacionalmente e não por uma economia regional estagnada, e ampliar as possibilidades de investimentos, principalmente em um maior grau de refinamento e processamento da produção, não se limitando às atividades de transformação de produtos agrícolas para o mercado regional.

A configuração espacial se redefine também se aproximando daquela dominante nas economias regionais mais avançadas, com níveis quase idênticos de concentração espacial.

Um mercado em que predominem pequenas empresas produtivas em concorrência entre si, a necessidade de se aumentar a produtividade do trabalho, ampliando o excedente gerado e a capacidade de reinversão das unidades produtivas para assegurar sua posição no mercado ou ampliá-la, leva-as a revolucionar permanentemente a base técnica de produção. Esse movimento, por sua vez, aumenta a produção de maneira a torná-la incompatível com o mercado preexistente. As unidades produtivas, que iniciam as transformações técnicas, passam a produzir em condições individuais mais vantajosas que a média do ramo, ampliando seu próprio mercado, uma vez que podem rebaixar seus preços, e obtendo ainda um lucro extraordinário proveniente da diferença entre os seus preços e os dominantes no mercado, ou seja, mediante um preço intermédio superior às suas condições individuais, porém, inferior à média do ramo. As empresas que não

conseguem obter os mesmos ganhos são desalojadas do mercado, que passa a ser dominado pelas que deram início às transformações técnicas necessárias.

As unidades produtivas, ao transformar as condições técnicas de produção, mobilizam um volume crescente de matérias-primas e insumos que aumentam sua participação relativa nos custos em que estão incluídos também os salários. O aumento de produtividade, por sua vez, depende em grande parte da introdução de máquinas e equipamentos de produção em substituição aos instrumentos rudimentares e arcaicos. Em ambos os casos, há um crescente aumento da parte constante do capital em relação à variável, representada pelos salários, que cresce em termos absolutos mas se reduz em termos relativos. A parte de capital fixo cresce proporcionalmente, gerando grandes unidades produtivas no plano estritamente técnico.

A concentração espacial se associa à necessidade de volumes crescentes de capital para dar início a um processo produtivo, em virtude do novo patamar técnico que se generalizou com o domínio do mercado por um número menor de empresas e com o aumento do tamanho das unidades produtivas.

As limitações impostas pelo mercado e o volume crescente do capital fixo reduzem gradativamente a possibilidade de ingresso de novas unidades produtivas e a concorrência se manifesta então no nível puramente financeiro, face à impossibilidade de se deslocar capital de um ramo a outro.

No caso da economia brasileira esse movimento normal se manifesta de maneira diferente, uma vez que sua base técnica de produção é definida em grande medida pelo mercado mundial, pois a industrialização ocorre quando o capitalismo já constituído

internacionalmente atinge sua fase monopolista. A sobrevivência do capital nacional depende da adoção de escalas compatíveis com aquelas transplantadas pelo capital internacional que realiza seus investimentos diretos na economia.

Os padrões técnicos de produção e de concentração, como consequência, são definidos externamente, devendo a economia regional a eles se adequar. Dessa forma, os níveis de concentração espacial da população e da produção que se definem no Estado se aproximam gradativamente das condições adequadas a uma economia de nível nacional e industrializada, comandada pelos setores dinâmicos.

A expansão da produção e os seus ganhos de produtividade implicam aumento do peso do capital fixo, ou seja, da parte fixa do capital constante. Assim, a circulação do capital nos diferentes ramos de produção, orientada pelas diferentes taxas de lucro, é restringida pelo peso crescente do capital fixo. Essa circulação estabelece uma taxa equalizada, em virtude da concorrência, na medida em que os capitais se direcionam para os setores onde a taxa é mais elevada ou abrem novos ramos para assegurar uma taxa vantajosa. O capital fixo quando adquire uma certa dimensão torna rígida a estrutura produtiva e a circulação passa a ser feita por via financeira, mediante constituição de um mercado de capitais que permite tornar líquido os ativos fixos ou através da conglomeração financeira, na qual uma empresa estabelece no seu interior a igualação da taxa de lucro, investindo em ramos diferentes.

Dessa forma, a gestão financeira se separa da gestão econômica das unidades produtivas, estabelecendo uma nova divisão do trabalho. A gestão financeira está centralizada em grandes

grupos financeiros ou em grandes conglomerados e as unidades produtivas se compatibilizam com um determinado nível de descentralização espacial.

Da mesma forma que o capital comercial ao se autonomizar, como função específica de um segmento do capital social total, permitindo que o capital industrial seja investido produtivamente ao se liberar da necessidade de operar na circulação com parte do capital, cria entre os capitais uma divisão social do trabalho, bem como a separação das esferas estritamente financeiras daquelas produtivas acentua essa divisão.

A separação funcional entre a gestão concentrada e a execução descentralizada especializa funcionalmente os centros urbanos, originando os centros financeiros com essas atividades fortemente concentradas, quando comparadas à relativa desconcentração das funções produtivas de execução.

A divisão espacial do trabalho, produto da divisão funcional dos capitais, é a forma adequada de uso do território, permitindo, com o desaparecimento gradativo das atividades assentadas em pequenas unidades produtivas concorrenciais e de mercado regionalizado, uma descentralização a partir de São Paulo, assumindo as formas seguintes:

- a) conglomeração financeira, mediante inversões em novos ramos ou abertura de outros concentrados financeiramente em São Paulo;
- b) expansão dos setores dominantes, através da constituição de multiplantas, com deslocamento das divisões e setores produtivos para ampliação de outros, ou implantação de novas fábricas por um mesmo grupo industrial;
- c) inversão de capital estrangeiro novo, cujo ingresso

na economia nacional depende de gestões políticas que eliminem barreiras levantadas pelas empresas já instaladas, normalmente concentradas nos pólos dinâmicos.

Nas duas primeiras formas há uma descentralização geográfica dos investimentos, havendo, porém, uma concentração do capital comandada pelo pólo dinâmico. Nesse caso, a descentralização espacial não está associada à desconcentração do capital, ao contrário, reforça o processo de concentração.

A terceira forma compatibiliza a descentralização do investimento com a do capital, fortalecendo os poderes políticos regionais.

As duas primeiras hipóteses têm ainda um papel dominante e tendem a crescer na medida em que se expanda o controle financeiro da produção.

A expansão dos capitais de base regional representa ainda uma quarta forma. Esses capitais, no entanto, tendem a se concentrar nos setores em que são menores ou nulas as restrições de ordem tecnológica e procuram romper barreiras políticas se associando a poderes regionais, sendo mais ou menos dificultados conforme a centralização política dominante.

Em qualquer dessas hipóteses, mas principalmente na terceira, o papel do Estado é fundamental tanto no que se refere aos incentivos fiscais quanto às gestões de ordem política junto aos órgãos centrais normativos e centros decisórios na área de política industrial.

O progresso técnico, explícito no aumento de produtividade do trabalho e na expansão do capital fixo, significa fundamentalmente um maior domínio do processo produtivo sobre as condições naturais. Dessa forma, as limitações impostas pelas

condições naturais à localização industrial tendem a se reduzir, enfatizando o que Castells denominou "ambiente industrial", ou seja, condições prévias decorrentes da disponibilidade de infra-estrutura, certa concentração de atividades e acessibilidade às informações.¹⁹

Entre os fatores determinantes da localização se encontram a disponibilidade de insumos industriais e a dimensão do mercado de trabalho. A proximidade relativa entre as diferentes plantas industriais, articulando os sucessivos processos produtivos independentes, porém, conexos, assegura um acesso imediato aos insumos industriais que passam por processos produtivos prévios. Por outro lado, o mercado de trabalho de maior dimensão aumenta a sua probabilidade de dispor de trabalhadores com determinadas qualificações a tempo e a hora.

A despeito desses fatores, existem duas exceções. Em primeiro lugar aquelas atividades industriais que se localizam próximas às fontes de matérias-primas de origem mineral, cujo transporte na forma bruta é inadequado econômica e tecnicamente. Essas matérias-primas contêm uma quantidade de gangas que gera um grande volume de rejeitos, exigindo soluções técnicas que implicam custos adicionais quando processados em grandes centros urbanos.

Em segundo, as empresas processadoras de produtos de origem agropecuária se localizam preferencialmente nas proximidades de área fornecedoras. A proximidade das fontes fornecedoras, entretanto, não elimina totalmente a necessidade dessas empresas de se apropriar das vantagens decorrentes da concen-

¹⁹CASTELLS, M. Problemas de investigação em sociologia urbana. Lisboa, Editorial Presença, Martins Fontes, 1979.

tração próxima aos grandes pólos regionais, em virtude da escala operacional exigir uma área geográfica de fornecimento de relativa extensão. A localização próxima aos portos acarreta vantagens adicionais, na medida em que amplia o grau de acessibilidade aos mercados fornecedores quando a produção é destinada ao mercado internacional, ou sua comercialização depende do transporte embarcado, desde que exista a malha viária adequada. O setor industrial tende a se concentrar espacialmente na medida em que cresce a dimensão das plantas, aumenta o controle de mercado e amplia as relações de compra e venda no seu interior, apesar das exceções que não excluem totalmente a localização nos centros de relativo porte, ou nas suas proximidades.

Dessa forma, os setores em que dominam as relações interindustriais tendem a se concentrar espacialmente, apropriando-se das vantagens decorrentes da proximidade física e da existência do mercado de trabalho nos centros maiores. Por outro lado, os setores não estreitamente vinculados às fontes de matérias-primas minerais, ainda que apresentem um relativo grau de concentração nos pólos, são mais distribuídos espacialmente que os primeiros, relativizando as afirmações sobre a concentração espacial de atividades.

A afirmação de que a concentração espacial da indústria está associada à concentração e centralização do capital, em decorrência das vantagens relativas, é uma mera constatação. Igualmente, a afirmação de que a concentração é um processo decorrente da apropriação dos efeitos de aglomeração, decorrentes das chamadas "economias externas" não ultrapassa os níveis empíricos da simples constatação. O processo deve ser re-

metido às exigências estruturais da produção industrial.

A necessidade das empresas aumentarem permanentemente a produtividade do trabalho, ampliando a massa do excedente gerado, desenvolve-se de acordo com o sentido clássico da associação de um grande número de trabalhadores em um mesmo local de trabalho, operando um sistema de máquinas para produzir nas condições normais definidas pelo mercado. Além disso, na medida em que o processo de produção se expande, cada unidade produtiva é parte ou fase de um processo produtivo mais amplo: a produção social total. O ciclo do capital industrial compreende não apenas a fase de produção industrial propriamente dita, mas aquelas referentes à circulação, sendo que quanto mais rapidamente o capital complete esse movimento mais vezes reingressa no circuito da produção. A lucratividade de uma mesma massa de capital depende também do número de vezes que ingressa no circuito da produção, devendo dispor na escala exigida de uma oferta de mão-de-obra, de componentes e de insumos. A proximidade de um mercado de trabalho, conseqüentemente, é importante para a implantação industrial. A velocidade de rotação do capital depende do tempo de circulação e, portanto, da redução dos "tempos mortos" que se interpõem entre os sucessivos processos produtivos. Essa redução depende, por sua vez, de um desenvolvido sistema de transporte, armazenagem e comercialização e, especialmente, da proximidade física das diferentes unidades produtivas.

Um desenvolvido sistema de crédito que assegure ao capital o rápido retorno à esfera produtiva, sem dependência das vendas dos produtos, garante também uma velocidade maior de rotação.

O conjunto desses efeitos, decorrentes de uma justaposição de elementos materiais, constitui as condições gerais de produção que determinam os critérios de localização. Da mesma forma que o início de um processo de produção depende, em virtude da concentração de capital e da base técnica, de uma massa crescente de capital, esse movimento reforça as tendências concentracionistas.

A apropriação desses efeitos gera vantagens relativas para as empresas instaladas. O "lucro diferencial" que não se manifesta para as empresas que se instalam em locais sem as mesmas vantagens constitui uma "renda de situação" que desaparece assim que essas vantagens se generalizam para o conjunto das empresas que se implantam onde existem os efeitos que geram as vantagens relativas, voltando a se manifestar sempre que uma empresa não disponha das mesmas vantagens.

Dois movimentos se contrapõem a essa tendência de concentração. O primeiro decorre da técnica produtiva, ou seja, as plantas industriais modernas estão baseadas nos fluxos horizontais contínuos e de grande extensão, em virtude da escala. A ampliação da produção esbarra sempre na oferta reduzida de terrenos edificáveis, acarretando para as empresas custos adicionais de implantação. Além disso, o preço elevado do solo provoca um "custo sombra" para as empresas instaladas nos grandes centros neutralizando, assim, as vantagens locais anteriores, se computado contabilmente. Nessa medida, as empresas se deslocam para fora dos centros, onde os terrenos são mais baratos, sempre que os custos de desmobilização o permitam e as novas evitam a implantação nesses centros. As primeiras procuram se deslocar para fora dos centros e as outras objetivam-se

implantar na mesma região, sempre às margens das grandes vias de transporte, garantindo, assim, o mesmo grau de acessibilidade.

A distribuição espacial da Indústria de Transformação no Estado de São Paulo, medida pelo Valor Adicionado, indica que a área de descentralização é extremamente restrita, mantendo-se em limites bem próximos do pólo industrial (tabela 22).

TABELA 22 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO AS ÁREAS INDUSTRIAIS - 1976

(Em 1 000 000 correntes)

ÁREAS INDUSTRIAIS (Em nº de Municípios)	VALOR ADICIONADO	
	Absoluto	%
Grande São Paulo (37 municípios)	293 487	70,4
Município de São Paulo	172 916	41,4
Área do ABC (7)	82 804	19,8
Área de Guarulhos/Mogi das Cruzes (9)	23 176	5,6
Área de Osasco/Cotia (7)	11 780	2,8
Área de Caieiras/Franco da Rocha (4)	1 557	0,4
Demais Municípios da Grande São Paulo (9)	1 254	0,3
Áreas Industriais do Interior (62 Municípios)	99 985	22,1
Área de Campinas (36)	51 667	12,4
Área de São José dos Campos (13)	19 448	4,5
Área de Santos (5)	12 733	3,0
Área de Sorocaba (8)	9 136	2,2
Demais Municípios do Interior (472 Municípios)	31 257	7,5
TOTAL (571 Municípios)	417 729	100,0

FONTE: Cadastro de ICM - Secretaria da Fazenda

O segundo movimento que se contrapõe a essa tendência concentracionista decorre da expansão do mercado. Se a implantação próxima a um mercado de trabalho e consumidor torna vantajosa a instalação das empresas, a ampliação do mercado ou a elevação da renda e a incorporação de áreas periféricas à es-

estrutura produtiva dominante permitem ampliar as unidades implantadas ou o ingresso de novas. Quando as vantagens decorrentes da acessibilidade às informações e ao crédito não são rompidas e continuam operando as restrições do terreno, as empresas novas se instalam nas proximidades desse mercado e as existentes implantam fábricas ou deslocam divisões para ampliar as antigas. Esse deslocamento ocorre sempre para as regiões que dispõem de infra-estrutura adequada, gerando novos pólos de concentração.

A constituição dos pólos industriais depende, portanto, das relações interindustriais que se estabelecem nos diferentes ramos de produção, bem como da expansão do mercado periférico associado à ocupação da capacidade instalada nos centros hegemônicos.

Essa ocupação, a expansão do mercado e o esforço por parte do Estado para reforçar as vantagens locais comparativas e romper barreiras políticas estão na base da implantação de um setor Metal-mecânico no Paraná, concentrado em Curitiba e Região Metropolitana.

3.2 A BASE AGROINDUSTRIAL DA INDÚSTRIA PARANAENSE

O setor Metal-mecânico, praticamente criado na última década, constitui-se de empresas que se implantaram no Estado e vieram a concorrer com as localizadas nos centros dominantes da expansão industrial e das já existentes, que deslocaram divisões localizadas anteriormente no centro de origem, sendo que a maioria são empresas sob o controle do capital internacional.

Essas empresas se localizaram predominantemente na Região Metropolitana de Curitiba e particularmente em

Curitiba, uma vez que a Indústria Metal-mecânica é dominada por grandes empresas que exigem vantagens decorrentes da concentração espacial. Esse setor, contudo, não desenvolveu ainda todos os seus efeitos de concentração, na medida em que as relações interindustriais são bastante incipientes, e não gerou a integração que o caracteriza.

Na década de 70 começam a desenvolver-se relações de compra e venda no interior do próprio aparelho industrial paranaense. Em estudo realizado em 1974, com base no Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, referente à Região Metropolitana de Curitiba foram detectados 42 fluxos de compras e vendas entre as indústrias. Em 1980, em pesquisa realizada em apenas 37 empresas da Metal-mecânica da Cidade Industrial, foram registrados 66 fluxos. Assim apesar do trabalho de 1974 referir-se a todas as indústrias de Curitiba, o que implica evidentemente com um universo maior de empresas, em 1979, em apenas 37 empresas aparecem 24 fluxos a mais em relação ao primeiro estudo. Estes dados atestam que apesar de incipiente começa a aparecer a tendência a integração do aparelho industrial.²⁰

As compras de matérias-primas e componentes do setor Metal-mecânico são realizadas no mercado industrial paulista, o mesmo acontecendo com o abastecimento de componentes, o Paraná se constitui em principal fornecedor de matérias-primas para apenas 2 empresas e de equipamentos para apenas 6. As vendas, igualmente, dirigem-se de forma predominante ao mercado paulista, mas adquirem importância no mercado local, pois 14 empresas já vendem nesse mercado. Outros estados e o exterior

²⁰ IPARDES - Fundação Edison Vieira. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982. p.46.

constituem principal mercado para 11 empresas.²¹

Nota-se, portanto, a despeito da incipiente integração do parque Metal-mecânico, tendência a uma maior relação inter-industrial, com impacto na estrutura da indústria do Estado e no reforçamento da concentração espacial.

Os gêneros tradicionais dominam amplamente a estrutura industrial do Estado, ainda que se considere a implantação e expansão do setor Metal-mecânico e a tendência à construção de um parque industrial integrado. Os gêneros Madeira e Produtos Alimentares que em 1970 representavam 46,2% do Valor Adicionado da Indústria de Transformação, mesmo perdendo posição relativa em 1979, são ainda responsáveis por 31,6% desse valor (tabela 23).

GÊNEROS	VALOR ADICIONADO		
	1970	1975	1979
Extração e Transformação Minerais Não-metálicos	8,5	7,6	7,3
Metalurgia	3,2	3,0	3,0
Mecânica	3,3	3,2	3,0
Material Elétrico e de Comunicação	0,5	1,6	2,7
Material de Transporte	1,8	0,9	0,8
Madeira	22,5	18,6	14,6
Mobiliário	4,0	2,8	2,5
Papel e Papelão	5,2	6,5	6,2
Borracha	0,8	0,4	0,2
Couros, Peles e Produtos Similares	0,8	0,5	0,3
Química*	7,7	2,5	30,2
Óleos	-	4,9	3,9
Adubos e Fertilizantes	-	3,5	3,4
Produtos Farmacêuticos e Medicinais e Perfumaria, Sabões e Velas	0,8	0,2	0,1
Produtos de Matéria Plástica	1,2	1,7	1,9
Têxtil	8,5	2,6	2,2
Vestuário, Calçados e Artigos de Tecidos	0,5	0,6	0,6
Produtos Alimentares	23,7	29,6	17,0
Bebidas	3,0	1,9	2,3
Fumo	0,2	1,4	3,7
Editorial e Gráfica	3,1	0,6	0,6
Diversos	0,6	5,8	0,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTES: FIBGE-1970, SEFI-1971-79

*Em 1970 o gênero Química incluía Óleos e Adubos e Fertilizantes

²¹ Op. cit., nota 20, p.47.

A participação desses dois gêneros, excetuando-se a PETROBRÁS, eleva-se para 42,6% do Valor Adicionado da Indústria de Transformação. Sua perda de posição pode, portanto, ser atribuída em grande parte à implantação da PETROBRÁS, em virtude de sua elevada capacidade de geração de renda (tabela 24).

TABELA 24 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE ALGUNS GÊNEROS NO VALOR AGREGADO INDUSTRIAL DO PARANÁ - 1975-1979 (Em %)

GÊNERO	VALOR AGREGADO*	
	1975	1979
Metalurgia	2,9	3,2
Mecânica	3,8	4,8
Material Elétrico e de Comunicações	1,1	3,0
Material de Transporte	1,0	1,2
Madeira	17,8	17,1
Química	10,3	9,1
Produtos Alimentares	30,4	25,5

FONTE: SEFI/Sistema DEFC e CCE

NOTA: A não coincidência dos dados de 1975 em relação àqueles apresentados na tabela 23, deve-se à diferente classificação adotada pela SEFI e pelo FIBGE

*Exceto PETROBRÁS

A composição interna do gênero Madeira, entretanto, indica que há uma transformação no aparelho produtivo, pois aqueles grupos com menor grau de elaboração perdem posição relativa, como Serrarias e Resserrados que passam de 69,0% em 1975 para 59,0% do Valor Adicionado, em 1979. Os grupos Aglomerados e Chapas aumentam simultaneamente a sua participação no gênero, passando de 21,6% para 24,7% (tabela 25).

TABELA 25 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DIFERENTES GRUPOS DO GÊNERO MADEIRA NO PARANÁ - 1975-1979 (Em %)

GRUPOS DO GÊNERO MADEIRA	1975	1979
Serrarias	50,7	43,3
Resserrados	18,3	15,9
Aglomerados	8,0	9,1
Chapas	13,6	15,6

FONTE: IPARDES, Estudo para uma Política de Desenvolvimento Industrial no Paraná. Curitiba, 1981

A indústria do Estado do Paraná, conforme dados, continua sendo expressivamente agroindustrial, apesar da implantação do parque Metal-mecânico que iniciou o processo de transformação industrial e da modernização dos gêneros tradicionais, mediante o crescimento dos grupos com maior grau de elaboração.

De acordo com observações anteriores, esse ramo possui uma dinâmica locacional distinta da do setor Metal-mecânico, implicando uma concentração espacial diferente. Além disso, a expansão industrial, na medida em que está vinculada à agropecuária e à transformação de seus produtos, determina um processo de urbanização estreitamente associado ao dinamismo do setor agropecuário.

A agroindústria articula a indústria ao dinamismo do setor agropecuário sem, contudo, reduzir o papel determinante da indústria.

3.3 A AGROINDÚSTRIA E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL NO PARANÁ

No Brasil, em 1969, "65,1% da produção rural chegava aos portos de exportação ou ao consumidor final sem qualquer processamento industrial", enquanto que nos Estados Unidos, em

1967, essa percentagem era de 12,2% e na França de 26,2%, em 1970.²²

O produto agrícola, portanto, tende a ser cada vez menos consumido na sua forma natural, significando que a agricultura tende a se transformar em fase de um ciclo produtivo mais amplo e não em um ramo produtor de um produto final. Para que o produto agrícola não entre na esfera do consumo individual privado, na forma em que é colhido, sofrendo apenas um trabalho de embalagem geralmente na esfera da circulação, tornando-se pronto para o consumo, é necessário que saia das mãos do produtor como produto destinado ao consumo produtivo. Para isso é preciso que o produto pressuponha um processo produtivo posterior, no qual seria parte do capital constante, transferindo seu valor ao novo produto, que pode ser produto final e, portanto, meio de consumo ou meio de produção para um subsequente processo produtivo.

Na medida em que os produtos da agricultura exijam crescentemente um tratamento industrial posterior que modifique sua forma e, conseqüentemente, seu valor de uso, a agricultura tem sempre em maior grau um produto cujo valor de uso fundamental serviria para um processo produtivo no qual não ingressa como produto final mas como matéria-prima, destinando-se, portanto, para um consumo produtivo.

A necessidade de eliminar custos para reduzir as despesas efetivadas com capital constante impõe inexoravelmente um controle estreito na produção agrícola para que o processamento industrial posterior não se submeta às aleatórias leis de

²²Op. Cit., nota 20, p.20.

uma produção esparsa e desorganizada quanto ao controle da qualidade do produto. A indústria, simultaneamente, como pólo dominante impõe mecanismos de preços de tal forma que os produtores, normalmente concorrentes entre si, disponham apenas de uma renda líquida suficiente à reprodução da unidade familiar.

Considerando-se a relativa especialização produtiva a que o produtor se vê forçado para obter o máximo rendimento da terra e da família, sua reprodução passa a depender do mercado de consumo, ou seja, submete-se à universalização da lei do valor, passando seus custos de reprodução a coincidir com aqueles dominantes no conjunto da sociedade e a sua renda aos níveis salariais dominantes no setor industrial, corrigida, entretanto, pela extensão da terra de que dispõe, a qual nem sempre pode ampliar na medida em que não dispõe de excedentes monetários em escala suficiente, e nem ir a um mínimo muito baixo, sob o qual não conseguirá se reproduzir e nem a unidade familiar.*

O controle da técnica produtiva e dos preços determinam uma realidade totalmente diferente: o chamado "produtor livre e independente", à medida em que não consegue realizar nada além de um salário médio, não vê sua propriedade lhe propiciando renda, o que a torna inútil de um ponto de vista estritamente econômico e o transforma, de fato, em um não-proprietário. Na medida também em que as condições nas quais exercerá seu trabalho produtivo, usando equipamentos que não lhe pertencem, os quais obtêm mediante aluguel, arrendamento ou aquisição a custos de penhora ou hipotecas, lhe são impostas, tanto no que se

*A diferença de renda decorrente da variedade da extensão da terra estabelece entre os produtores agrícolas uma diferenciação interna, em que pese a concentração em algumas dimensões médias mais adequadas ao custo médio da reprodução de unidade familiar.

refere às técnicas produtivas como ao produto a se obter, deixa de exercer um controle efetivo sobre o processo de trabalho. Esse lhe vem como imposição externa, perdendo conseqüentemente a posse efetiva das condições de produção.

Nessas condições ele surge como um assalariado, ainda que essa relação de assalariamento se disfarce sob a fantasmagoria jurídica da propriedade privada.

Assim, o ponto terminal da atividade agrícola é um amplo leque de atividades produtivas nas quais o produto agrícola entra na condição de capital constante, na medida em que se destina ao consumo produtivo.

A integração da agropecuária com a indústria, ao reduzir o produtor agrícola a assalariado, destrói sua condição de produtor privado independente e, ao eliminar qualquer dinamismo autônomo da agricultura, reduz suas particularidades transformando-a num prolongamento da indústria.

A obtenção de um produto nas condições médias de produtividade, de acordo com certos parâmetros rigorosos de qualidade e tempo adequado, implica cada vez mais adoção de técnicas produtivas, controle rigoroso do solo, das sementes e introdução de corretivos e defensivos, fatores que não podem ser obtidos nas unidades produtivas agrícolas esparsas e atomizadas, mas somente no mercado, fornecidos por empresas que os têm como produto final, constituindo, entretanto, meio de produção para a agricultura, pois se destinam ao consumo produtivo.

Pode-se chamar, então, agroindústria ao conjunto de empresas que estão acopladas à agricultura como fornecedoras de meios de produção ou como incorporadoras de produtos agrícolas como meios de produção.

Assim, a indústria do Mobiliário não é agroindústria na medida em que sua matéria-prima é resultado de trabalhos prévios na madeira, esses é que se constituem em um setor agroindustrial. Da mesma forma, uma grande empresa do setor Metal-mecânico, produtora de colheitadeiras e tratores, por exemplo, é agroindustrial na medida em que seu produto final tem como valor de uso irrecorrível o fato de funcionar como meio de produção na agricultura.

Não se deve tomar uma grande unidade produtora de equipamentos agrícolas, nas suas ligações de controle, por grandes grupos econômicos, ligações que ocorrem na esfera financeira, e chamar a esses grupos econômicos, no seu conjunto, de agroindustrial, ou negar a existência dos complexos agroindustriais a partir deles, tampouco esquecer o fato de que a diferenciação do produto pelas grandes empresas cria uma estrutura multidivisional, na qual os equipamentos agrícolas estão sujeitos a conjunturas particulares e específicas.

O capital industrial pode se estender às atividades especificamente agrícolas quando isso lhe traz vantagens adicionais decorrentes do controle imediato, o que é comum no setor açucareiro e no da celulose.

Nesse último caso, a prática da empreitada é comum, reservando-se à indústria a fabricação do papel, produto final, competindo aos empreiteiros a manutenção das reservas, o corte da madeira, o replantio e os tratos culturais e ficando a seu cargo as despesas com salários.

Como os contratos de empreitada podem e geralmente são pulverizados, esses empreendimentos de pequena escala são normalmente orientados pelos critérios de uma renda mínima que os

empregadores podem assegurar a si mesmos e não através do lucro médio calculado pelo capital investido. Nessas condições, os empregadores procurarão ampliar o rendimento pessoal, achando sempre que possível os salários de seus trabalhadores, dada a pequena margem de aumento de produtividade que a empreitada permite.²³

Essa situação particular não nega e nem se conflita com as observações anteriores sobre a agricultura industrializada e, da mesma forma, a fusão da indústria do mobiliário com os primeiros desdobramentos da madeira não se opõe a essa conceituação, uma vez que faz parte do movimento do capital na eliminação dos "claros" no ciclo produtivo.

Através da classificação industrial a "quatro dígitos" da FIBGE foi possível realizar a seguinte listagem das empresas agroindustriais existentes no Estado do Paraná:

- 11.08 - Produção de Arames de Aço.
- 12.41 - Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais para a Agricultura, Avicultura, Conicultura, Apicultura, Criação de Outros Pequenos Animais e Obtenção de Produto de Origem Animal.
- 12.71 - Fabricação e Montagem de Tratores (incluindo tratores de rodas ou esteiras nem sempre para trabalhos agrícolas).
- 15.11 - Serrarias.
- 15.12 - Produção de Lâminas de Madeira ou de Madeira Folhada.
- 15.13 - Produção de Resserrados.
- 17.11 - Fabricação de Celulose.

²³IPARDES. Programa de apoio às populações carentes do Alto e Médio Iguaçu e do Alto e Médio Tibagi - 2ª fase. Curitiba, 1981. 119p.

- 17.19 - Fabricação de Pasta Mecânica.
- 17.21 - Fabricação de Papel.
- 17.22 - Fabricação de Papelão, Cartolina e Cartão -- Inclusive Fabricação de Artefatos, quando associada à Produção de Papelão, Cartolina e Cartão.
- 17.29 - Fabricação de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão Não-especificados ou Não-classificados.
- 19.21 - Fabricação de Artefatos de Selaria.
- 20.41 - Produção de Óleos Vegetais em Bruto.
- 20.42 - Produção de Ceras Vegetais.
- 20.44 - Produção de Óleos Essenciais Vegetais - Inclusive Subprodutos Terpênicos e Outros Produtos da Destilação da Madeira.
- 20.81 - Fabricação de Adubos e Fertilizantes e Corretivos do Solo.
- 24.11 - Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais.
- 24.12 - Beneficiamento de Matérias Têxteis de Origem Animal.
- 24.21 - Fiação, Fiação e Tecelagem de Algodão.
- 24.22 - Fiação, Fiação e Tecelagem e Tecelagem de Seda Animal.
- 24.23 - Fiação, Fiação e Tecelagem e Tecelagem de Lã.
- 24.24 - Fiação, Fiação e Tecelagem e Tecelagem de Linho e Rami.
- 24.25 - Fiação, Fiação e Tecelagem e Tecelagem de Crôã, Juta e Outras Fibras Têxteis Vegetais.
- 26.01 - Beneficiamento de Cafê, Cereais e Produtos Afins.
- 26.02 - Moagem de Trigo.
- 26.03 - Torrefação e Moagem de Cafê.
- 26.04 - Fabricação de Cafê Solúvel.
- 26.05 - Fabricação de Produtos do Milho.
- 26.06 - Fabricação de Produtos de Mandioca.

- 26.07 - Fabricação de Farinhas Diversas e seus Derivados.
- 26.09 - Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentares de Origem Vegetal, Não-especificados ou Não-danificados.
- 26.12 - Conservas de Frutos, Legumes e Outros Vegetais.
- 26.13 - Preparação de Especiarias e Condimentos.
- 26.14 - Fabricação de Doces - Exclusive de Confeitarias.
- 26.21 - Abate de Animais e Preparação de Conservas de Carne-Inclusive Subprodutos.
- 26.29 - Abate de Animais, Preparação de Consumos de Carne e de Subprodutos Não-especificados ou Não-classificados.
- 26.41 - Resfriamento do Leite.
- 26.42 - Preparação do Leite.
- 26.43 - Fabricação de Produtos de Laticínios.
- 26.51 - Fabricação de Açúcar.
- 26.52 - Refinação e Moagem do Açúcar.
- 26.91 - Refinação e Preparação de Óleos e Gorduras Vegetais e Produtos de Beneficiamento do Cacau Destinados à Alimentação.
- 26.98 - Fabricação de Rações Balanceadas e de Alimentos Preparados para Animais.
- 27.32 - Fabricação de Malte.
- 28.11 - Preparação do Fumo.
- 28.21 - Fabricação de Cigarros e Fumos Desfiados.
- 28.31 - Fabricação de Charutos e Cigarrilhas.
- 30.92 - Fabricação de Artefatos de Pêlos, Plumas, Chifres e Garas.

Foram excluídos os seguintes grupos, pois as informa-

ções a "quatro dígitos" não permitem identificar a agroindústria com os critérios adequados à conceituação:

- 11.62 - Fabricação de Tanques, Reservatórios e Outros Recipientes Metálicos - Exclusive Embalagens Metálicas e Obras de Caldeiraria Pesada, que contém 11.62.99 - entre outros, Fabricação de Latões para o Transporte de Leite.
- 11.73 - Fabricação de Ferramentas Manuais, que contém 11.73.99 - Fabricação de Enxadas, Enxadões, Pás, Picaretas, Rastelos, Alavancas, Ancinhos, Foices, Facões Agrícolas.
- 14.81 - Fabricação de Outros Veículos, que contém 14.81.10 - Fabricação de Veículos e Tração Animal (Carroças, Carros, Carretas, Charretes e Semelhantes).
- 17.31 - Fabricação de Artefatos de Papel para Escritório, contém 17.31.10 - Fabricação de Artefatos de Papel Não-impressos para Escritório (Papel, Papel para Ofícios e Cartas, Envelopes, Bobinas para Máquinas, Papel Gomado, Papel Almaco sem Pauta, Papel para Mimeógrafo e Semelhantes) e 17.31.50 - Fabricação de Formulários Contínuos Impressos ou não.
- 20.91 - Fabricação de Amidos, Dextrinas, Adesivos, Gomas Aderidas e Susbtâncias Afins, que contém 20.91.10 - Fabricação de Amidos, Dextrinas e Glutens (Amidos de Mandioca, Milho, Trigo, etc.).

Com a classificação acima e a identificação do agroindustrial e com o auxílio da listagem da SEFI, que contém informações sobre o valor de vendas para 11 000 empresas, estipulou-se a participação do setor agroindustrial no valor das vendas totais da indústria de 1979, em torno de 57%. O valor

registrado das vendas estava em torno de 260 491 milhões de cruzeiros, no qual a agroindústria participava com 149 963 milhões de cruzeiros.

Esse setor industrial, com exceção dos grupos tradicionais do Estado como Serrarias, Produção de Resserrados, Beneficiamento do Café, Cereiais e Produtos Afins, apresenta um grande grau de concentração (tabela 26).

Observa-se que as 10 maiores empresas dominavam em quase todos os grupos, indicando a sua tendência concentracionista. O setor, a despeito de estar vinculado ao processamento de produtos agrícolas ou fornecendo insumos ou equipamentos para a agropecuária, articula-se estreitamente aos demais setores industriais e, dessa forma, não se encontra alheio à dinâmica que predomina no conjunto da indústria. O setor industrial, quando se articula com a agropecuária formando a agroindústria, tende a restringir as possibilidades da agropecuária de possuir um dinamismo próprio, que pode não corresponder às exigências da acumulação na esfera industrial. Por outro lado, esse setor tende a assumir cada vez mais um movimento de expansão ou retração, definido na esfera agroindustrial. Qualquer descompasso entre um e outro pode acarretar transtornos a empresas de grande porte, e as possibilidades de que ocorram são tanto maiores quanto mais estiver dispersa a produção. A mudança dos termos do problema também revela a mesma situação.

Além do relativo grau de concentração de cada gênero, os 5 maiores municípios; Curitiba, Londrina e Ponta Grossa, Maringá e Cascavel detêm a maior participação no valor das ven-

TABELA 26 - VALOR TOTAL DAS VENDAS DOS GRUPOS AGROINDUSTRIAIS, VALOR DAS 10 MAIORES EMPRESAS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS GRUPOS DE ATIVIDADE NO PARANÁ - 1979 (Em Cr\$ 1 000 000 correntes)

GRUPOS	VALOR TOTAL DAS VENDAS	VALOR DAS VENDAS DAS 10 MAIORES EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO %
1. Produção de Arames de Aço ¹	6,1	5,9	98,3
2. Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais para Agricultura, Avicultura, Cunicultura, Criação de Outros Pequenos Animais e Obtenção de Produto de Origem Animal	3 185,3	2 994,2	94,0
3. Fabricação e Montagem de Tratores	888,7	878,7	99,0
4. Serrarias	10 681,1	3 204,3	30,0
5. Produção de Lâminas de Madeira ou de Madeira Folheada	911,7	565,0	62,0
6. Produção de Resserrados	4 443,2	1 481,9	33,0
7. Fabricação de Celulose	398,2	384,9	97,0
8. Fabricação de Pasta Mecânica	234,9	136,4	62,0
9. Fabricação de Papel	6 447,2	6 175,1	96,0
10. Fabricação de Papelão, Cartolina - inclusive fabricação de Artefatos, quando, associada à Produção de Papelão, Cartolina e Cartão ²	1 031,1	898,5	87,1
11. Fabricação de Papel, Papelão e Cartolina e Cartão Não-especificado ou Não-classificados ¹	70,4	70,4	100,0
12. Fabricação de Artefatos de Selaria	11,6	10,1	86,0
13. Produção de Óleos Vegetais em Bruto	8 730,8	8 554,4	98,0
14. Produção de Óleos Essenciais Vegetais - inclusive subprodutos e Outros Produtos de Destilação da Madeira	1 595,6	1 569,1	98,0
15. Produção de Ceras Vegetais ¹	2,3	2,3	100,0
16. Fabricação de Adubos e Fertilizantes e Corretivos do Solo	8 832,3	7 895,7	89,0
17. Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais	5 959,6	3 339,8	56,0
18. Fiação, Fiação e Tecelagem de Algodão ²	1 390,4	944,9	68,0
19. Fiação, Fiação e Tecelagem de Seda Animal ²	378,7	196,3	51,8
20. Fiação, Fiação e Tecelagem de Linho e Rami ¹	211,7	140,0	66,1
21. Fiação, Fiação e Tecelagem de Croã, Juta e Outras Fibras Têxteis Vegetais ¹	0,2	0,2	100,0
22. Beneficiamento de Café Cereais e Produtos Afins	13 553,4	3 117,7	23,0
23. Moagem de Trigo	1 363,1	1 319,3	97,0
24. Torrefação e Moagem de Café	3 433,9	2 309,1	67,0
25. Fabricação de Café Solúvel ¹	5 149,7	3 468,7	67,4
26. Fabricação de Produtos do Milho	1 649,6	1 533,2	93,0
27. Fabricação de Produtos da Mandioca	250,9	224,6	90,0
28. Fabricação de Farinhas Diversas e seus Derivados ²	21,3	13,5	63,4
29. Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentares de Origem Vegetal, Não-especificados a não-classificados	4 211,1	4 209,4	100,0
30. Conservas de Frutos, Legumes e Outros Vegetais ²	66,6	66,0	99,0
31. Preparação de Especiarias e Condimentos	28,5	18,0	63,2
32. Fabricação de Doces-Exclusive de Confeitarias ²	23,5	16,1	68,5
33. Abate de Animais, Preparação de Conservas de Carnes - Inclusive Sub-produtos	18 221,3	13 748,0	75,0
34. Abate de Animais, Preparação de Conservas de Carne e de Sub-produtos Não-especificados ou Não-classificados ¹	230,7	165,9	71,9
35. Resfriamento do Leite	2 073,7	1 981,8	96,0
36. Fabricação de Produtos de Laticínio	1 516,5	1 294,8	85,0
37. Fabricação de Açúcar	3 290,7	3 290,7	100,0
38. Refinação e Moagem de Açúcar ³	69,3	50,4	72,8
39. Refinação e Preparação de Óleos e Gorduras Vegetais e Produtos do Beneficiamento do Cacau Destinados à Alimentação	22 952,3	20 515,8	90,0
40. Fabricação de Rações Balanceadas e de Alimentos para Animais	3 411,8	2 882,0	84,5
41. Fabricação de Malte ³	-	-	-
42. Preparação de Fumo ¹	69,4	50,8	73,3
43. Fabricação de Cigarros e Fumo Desfiados ¹	5 675,9	4 130,2	72,8
44. Fabricação de Charutos e Cigarilhas ¹	35,2	35,2	100,0
TOTAL			

FDNTE: Cadastro Industrial - 1979 - SEFI

¹Para os casos de grupos com até 5 empresas foi calculada a participação da maior

²Para os casos com mais de 5 e menos de 10 empresas foi calculado a participação das duas maiores

³Fabricação de Malte - Uma empresa localizada no município de Guarapuava - não constam informações quanto aos valores de venda

das das 10 maiores empresas de cada ramo, em 18 grupos, dos 44 listados (tabela 27).

Nota-se que Curitiba domina nos grupos fornecedores de equipamentos e insumos para a agricultura, com exceção de Fabricação de Rações Balanceadas e Alimentos Preparados para Animais, sendo que sua participação é de apenas 25%. Na Produção de Arames, Fabricação de Máquinas e Fabricação e Montagem de Tratores essa participação é de 100%, 91% e 76% respectivamente. Nos demais grupos, excetuado Fabricação de Cigarros e Fabricação de Charutos e Cigarilhas, a participação de Curitiba no valor das vendas das 10 maiores de cada grupo cai bastante, não figurando mesmo em 20 grupos.

A dinâmica locacional é distinta para as duas classes em que se divide o setor agroindustrial. As indústrias processadoras tendem a se aproximar das regiões produtoras, uma vez que se definem pela regionalização agrícola que se estabelece quase que espontaneamente, enquanto que as fornecedoras, na medida que se estabelecem em função de um mercado em expansão, têm a sua localização determinada pelos efeitos decorrentes da concentração urbana.

Dessa forma, a agroindústria é compatível com um grau maior de descentralização, na medida em que é dominada pelos grupos de processadoras, assegurando uma relativa desconcentração espacial do setor.

Dentre as 10 maiores empresas do setor que respondiam por 22,7% do valor das vendas da agroindústria, Curitiba, como local de implantação, aparece apenas uma vez (tabela 28).

TABELA 27 - PARTICIPAÇÃO DOS CINCO MAIORES CENTROS DO PARANÁ NAS VENDAS DAS 10 MAIORES EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE - 1979

GRUPOS	CINCO MAIORES CENTROS				
	Curitiba	Londrina	Ponta Grossa	Maringá	Cascavel
1. Produção de Arames de Aço	100,0	-	-	-	-
2. Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Material para Agricultura, Avicultura, Cunicultura, Criação de Outros Pequenos Animais e Obtenção de Produto de Origem Animal	91,3	-	-	1,1	1,4
3. Fabricação e Montagem de Tratores	76,1	-	-	0,2	-
4. Serrarias	26,9	-	5,8	-	4,6
5. Produção de Lâminas de Madeira ou de Madeira Folheada	30,5	-	-	-	6,2
6. Produção de Resserrados	58,1	-	10,1	-	-
7. Fabricação de Celulose	3,2	-	-	-	-
8. Fabricação de Pasta Mecânica	-	-	-	-	-
9. Fabricação de Papel	3,0	-	-	-	-
10. Fabricação de Papelão, Cartolina - Inclusive Fabricante de Artefatos, quando associada à Produção de Papelão, Cartolina e Cartão	59,5	1,4	-	-	-
11. Fabricação de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão Não-especificados ou Não-classificados	100,0	-	-	-	-
12. Fabricação de Artefatos ou Selaria	-	-	-	-	-
13. Produção de Óleos Vegetais em Bruto	19,0	5,0	-	52,0	11,9
14. Produção de Óleos Essenciais Vegetais - inclusive Subprodutos e Outros Produtos da Destilação da Madeira	13,5	79,4	1,4	-	-
15. Produção de Ceras Vegetais	-	-	100,0	-	-
16. Fabricação de Adubos e Fertilizantes e Corretivos do Solo	-	8,5	9,4	-	-
17. Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais	-	-	-	8,6	-
18. Fiação, Fiação e Tecelagem e Tecelagem de Algodão	0,4	4,0	43,0	-	-
19. Fiação e Tecelagem de Seda Animal	-	31,0	-	-	-
20. Fiação e Tecelagem de Linha de Rami	-	66,1	-	-	-
21. Fiação e Tecelagem de Juta e Outras Fibras Têxteis	-	-	-	-	-
22. Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos Afins	11,8	6,6	8,3	5,6	-
23. Moagem de Trigo	37,3	-	36,4	-	-
24. Torrefação e Moagem de Café	37,1	11,2	-	9,8	6,8
25. Café Solúvel	-	67,4	-	-	-
26. Produtos de Milho	-	-	-	16,1	-
27. Produtos da Mandioca	-	-	-	-	-
28. Farinhas Diversas	-	49,2	-	-	-
29. Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentares de Origem Vegetal Não-especificados ou Não-classificados	0,1	-	99,72	-	-
30. Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais	10,6	17,7	0,8	4,5	-
31. Preparação de Especiarias e Condimentos	-	-	10,5	-	3,2
32. Fabricação de Doces - Exclusive Confeitaria	17,3	9,7	-	-	-
33. Abate de Animais e Preparação de Conservas de Carne e Subprodutos	-	-	4,6	28,8	-
34. Abate de Animais e Preparação de Conservas de Carne e Subprodutos Não-especificados ou Não-classificados	100,0	-	-	-	-
35. Resfriamento do Leite (Pasteurização, etc.)	-	55,1	-	14,2	2,8
36. Fabricação de Produtos de Laticínios	-	-	-	-	9,7
37. Fabricação de Açúcar	13,1	-	-	3,4	-
38. Refinação e Moagem do Açúcar	-	-	72,8	-	-
39. Refinação e Preparação de Óleos e Gorduras Vegetais e Produtos do Beneficiamento do Cacau Destinados à Alimentação	-	-	41,4	19,8	-
40. Fabricação de Rações Balanceadas e de Alimentos Preparados para Animais	24,7	9,4	14,3	15,3	-
41. Mate	-	-	-	-	-
42. Preparação do Fumo	-	13,7	-	-	-
43. Fabricação de Cigarros	72,8	0,0	-	-	-
44. Fabricação de Charutos e Cigarros	100,0	-	-	-	-

TABELA 28 - VALOR DAS VENDAS, GRUPOS E LOCALIZAÇÃO DAS 10 MAIORES EMPRESAS DA AGROINDÚSTRIA PARANAENSE - 1979

(Em Cr\$ 1 000 000 correntes)

Nº DE ORDEM	GRUPO	VALOR DAS VENDAS	LOCALIZAÇÃO
1	26.91	5 643,6	Ponta Grossa
2	17.21	4 277,0	Telêmaco Borba
3	28.21	4 130,1	Curitiba
4	26.21	3 488,7	Toledo
5	26.91	3 270,4	Maringã
6	26.21	2 794,0	Apucarana
7	26.09	2 732,0	Ponta Grossa
8	26.91	2 622,5	Paranaguã
9	26.21	2 589,2	Maringã
10	20.41	2 530,2	Maringã

FONTE: Cadastro Industrial: -SEFI - 1979

3.4 A CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO URBANAS

A concentração da população urbana nos centros de maior porte, principalmente a extensão da malha urbana de alguns pólos regionais, incorporando os centros adjacentes de dimensão mais reduzida, a concentração espacial das atividades comerciais e de serviços, em função de ampliação da escala operacional das empresas desses setores, redefinindo papéis dos centros urbanos, e a impossibilidade de se reproduzir a expansão agropecuária mediante a incorporação de trabalhadores residentes, em virtude da modernização dessas atividades produtivas, são responsáveis pelo que se convencionou chamar de nova configuração espacial do Paraná (tabela 29).

Observa-se que, quando comparados com a tabela 14, os centros com população entre 30 000 a 50 000 habitantes passam de 5 para 10 e se distribuem por 8 microrregiões. Em 1970 es-

TABELA 29 - DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS URBANOS, POR MICRORREGIÕES SEGUNDO O TAMANHO - 1980

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	MENOS DE 2 000	DE 2 000 A MENOS DE 5 000	DE 5 000 A MENOS DE 10 000	DE 10 000 A MENOS DE 30 000	DE 30 000 A MENOS DE 50 000	DE 50 000 A MENOS DE 100 000	DE 100 000 A MENOS DE 300 000	DE 300 000 A MENOS DE 500 000	500 000 E MAIS
268/1 - Curitiba	18	4	1	4	2	2	-	-	1
269/2 - Litoral Paranaense	8	1	2	1	-	1	-	-	-
270/3 - Alto Ribeira	4	-	-	-	-	-	-	-	-
271/4 - Alto Rio Negro	7	-	-	-	-	-	-	-	-
272/5 - Campos da Lapa	5	-	-	3	-	-	-	-	-
273/6 - Campos de Ponta Grossa	9	3	1	1	1	-	1	-	-
274/7 - Campos de Jaguariaíva	4	2	1	-	-	-	-	-	-
275/8 - São Mateus do Sul	6	-	-	1	-	-	-	-	-
276/9 - Colonial do Irati	14	4	1	1	-	-	-	-	-
277/10 - Alto Ivaí	11	3	-	-	-	-	-	-	-
278/11 - Norte Velho de Wenceslau Braz	18	7	4	1	-	-	-	-	-
279/12 - Norte Velho de Jacarezinho	15	7	1	5	1	-	-	-	-
280/13 - Algodoeira do Assaí	7	3	2	1	-	-	-	-	-
281/14 - Norte Novo de Londrina	29	9	8	4	2	-	1	-	-
282/15 - Norte Novo de Maringá	13	6	2	3	-	-	1	-	-
283/16 - Norte Novíssimo de Paranavaí	28	12	5	2	-	1	-	-	-
284/17 - Norte Novo de Apucarana	25	9	4	2	-	1	-	-	-
285/18 - Norte Novíssimo de Umuarama	28	14	6	3	1	-	-	-	-
286/19 - Campo Mourão	32	7	7	2	1	-	-	-	-
287/20 - Pitanga	9	2	1	-	-	-	-	-	-
288/21 - Extremo-Oeste Paranaense	52	11	11	5	1	1	-	-	-
289/22 - Sudoeste Paranaense	59	15	4	2	1	-	-	-	-
290/23 - Campos de Guarapuava	22	3	2	2	-	1	-	-	-
291/24 - Médio Iguaçu	18	3	-	4	-	-	-	-	-

FORTE: FIBGE: Censo Demográfico, 1980 - Tabulações Avançadas/IPARDES

ses centros estavam localizados em apenas 5 microrregiões. Nas faixas superiores os centros entre 50 000 a 100 000 habitantes, por exemplo, aumentam de 3 para 7 e se distribuem por 6 microrregiões. Em 1970 se localizavam em apenas 3 microrregiões. O mesmo pode ser observado para os centros com população entre 100 000 a 300 000 habitantes, que passam de 1 para 4, distribuindo-se por 4 microrregiões.

Além disso, o crescimento populacional se manifesta desigualmente conforme o tamanho dos centros. Nota-se, por exemplo, que dos 140 centros que apresentaram redução populacional, 68,6% estavam na faixa de menos de 500 habitantes. Da mesma forma, os centros nessa faixa se distribuem de maneira bem concentrada nos extremos de variação, isto é, 36,9% apresentaram redução de população, enquanto que 23,8% apresentaram crescimento superior a 100%, isso pode ser comparado com os centros maiores que se concentram nas faixas intermediárias de crescimento (quadro 1).

Assim, verifica-se um processo inicial de estabilização de um sistema urbano que será a base da futura expansão, na qual se destacarão os grandes pólos regionais e a Região Metropolitana de Curitiba.

A concentração industrial em Curitiba, ainda que corresponda a um processo de reestruturação da indústria, com o surgimento de novos ramos dinâmicos fortemente concentrados e capazes de exercer efeitos dinâmicos duráveis, não é suficiente para explicar a concentração e expansão da sua população urbana. As empresas novas implantadas na Cidade Industrial e aquelas que para lá se deslocaram, no conjunto, geraram aproximadamente 20 000 empregos, aos quais não se pode atribuir as causas

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS URBANOS POR ESTRATO DE TAMANHO, SEGUNDO A VARIACÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO - 1970-80

EXTRATO DE TAMANHO	MENOS DE 0%	DE 0% A MENOS DE 20%	DE 20% A MENOS DE 30%	DE 30% A MENOS DE 50%	DE 50% A MENOS DE 100%	DE 100% A MENOS DE 200%	DE 200% A MENOS DE 300%	DE 300% E MAIS	TOTAL ¹									
Menos de 500	96	36,9 68,6	24	9,2 24,7	13	5,0 24,7	30	11,5 34,1	35	13,5 28,9	31	11,9 38,3	8	3,1 25,8	23	8,8 58,0	260	100,0 -
De 500 a Menos de 1 000	19	17,3 13,6	22	20,0 22,7	6	5,4 14,6	17	15,4 19,3	23	20,9 19,0	12	10,9 14,8	5	4,5 16,1	6	5,4 15,0	110	100,0 -
De 1 000 a Menos de 2 000	12	11,9 8,6	21	20,7 21,6	8	7,9 19,5	14	13,9 15,9	20	19,8 16,5	13	12,9 16,0	10	11,0 32,2	3	3,0 7,5	101	100,0 -
De 2 000 a Menos de 5 000	10	11,1 7,1	20	22,2 20,6	5	5,6 12,2	7	7,8 7,9	24	26,7 19,8	15	16,7 18,5	4	4,4 12,9	5	5,6 12,5	90	100,0 -
De 5 000 a Menos de 10 000	2	5,6 1,4	4	11,1 4,1	2	5,6 4,9	15	41,7 17,0	6	16,7 5,0	4	11,1 4,9	1	2,8 3,2	2	5,6 5,0	36	100,0 -
De 10 000 a Menos de 30 000	1	3,1 0,7	6	18,8 6,2	7	21,9 17,1	2	6,2 2,3	9	29,1 7,4	4	12,5 4,9	2	6,2 6,4	1	3,1 2,5	32	100,0 -
De 30 000 a Menos de 50 000	-	-	-	-	-	-	2	40,0 2,3	1	20,0 0,8	2	40,0 2,5	-	-	-	-	5	100,0 -
De 50 000 a Menos de 100 000	-	-	-	-	-	-	1	33,3 1,1	1	33,3 0,8	-	-	1	33,3 3,2	-	-	3	100,0 -
De 100 000 a Menos de 300 000	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0 0,8	-	-	-	-	-	-	1	100,0 -
Mais de 300 000	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0 0,8	-	-	-	-	-	-	1	100,0 -
TOTAL	140	- 100,0	97	- 100,0	41	- 100,0	88	- 100,0	121	- 100,0	81	- 100,0	31	- 100,0	40	- 100,0	639	100,0 -

FONTES: FIBGE: Censo Demográfico 1980 - Tabulações Avançadas/IPARDES

¹A diferença entre o número de centros deve-se à extinção de alguns deles no período 1970-1980

do crescimento populacional da cidade. O mesmo argumento pode ser extrapolado para os municípios da Região Metropolitana, onde ocorreu uma implantação industrial de dimensão significativa.

A concentração populacional em Curitiba deve ser explicada, conseqüentemente, por outros fatores que não exclusivamente a expansão industrial. Ao tomar o volume de empregos por setores como indicador aproximado, ressalta-se que boa parte da expansão urbana é dada pela modernização do aparelho burocrático administrativo do Estado Nacional. A constituição de grandes unidades administrativas e a sua distribuição pelas unidades da Federação reforçam aqueles impulsos dinâmicos direcionados principalmente ao setor Terciário, ampliando suas atividades. Não se exclui os impulsos provenientes da massa de salários paga pela indústria que, em virtude de sua complexidade gerencial, amplia as camadas administrativas com rendimento elevados, cujo consumo contribui para sustentar a expansão do Terciário. A expansão do crédito destinado à agricultura e o caráter relativamente centralizado das operações de maior vulto ampliam o emprego na cidade e na Região Metropolitana e, conseqüentemente, a demanda direcionada ao comércio e aos setores prestadores de serviço.

Ao ampliar e adensar o mercado por efeito do conjunto desses fatores e ao diversificar o consumo, reúnem-se aquelas condições necessárias para que as atividades comerciais e de serviços se implantem em uma escala mais elevada e surjam aqueles setores destinados a um consumo mais restrito, são compatíveis com grandes adensamentos populacionais e um leque de renda mais aberto, na medida em que não existe um consumo de massas nesses setores.

Dessa forma, as funções de provisão de bens e serviços extrapolam os limites configurados pelas fronteiras da Região Metropolitana para abarcar, provavelmente, o conjunto do território do Estado.

As atividades cuja expansão está na base da concentração populacional em Curitiba se vinculam estreitamente às transformações do setor agropecuário. A concentração de serviços e de comércio que tem por base a agricultura e as atividades diretamente e ela relacionadas, bem como uma certa preponderância da agroindústria na concentração industrial de Curitiba fazem com que a concentração populacional esteja associada à agricultura e suas transformações recentes.

Tendo em vista que o capital comercial se desenvolve em boa medida para a exportação de produtos agropecuários ao mercado nacional e internacional, e na medida em que o setor agroindustrial se desenvolve na área de processamento do produto agropecuário, para exportação a outros Estados e exterior, a integração do Paraná na economia nacional se dá ainda em bases exportadoras.

Considerando-se esses elementos e a incipiente integração interindustrial, mesmo com a centralização urbana que aproxima o Estado dos padrões dominantes nos pólos desenvolvidos, a urbanização está ainda vinculada muito estreitamente à expansão da agropecuária.

4 URBANIZAÇÃO E URBANISMO

O processo de urbanização, enquanto proliferação de pontos de concentração populacional no espaço geográfico, constitui uma exigência do sistema econômico e social assentado na indústria, que tem na cidade sua forma de apropriação do território. As transformações econômicas que ocorrem na estrutura produtiva do Estado acentuam esse processo.

As cidades subsistem nos interstícios das sociedades agrárias como base de operação do capital vinculado à circulação de mercadorias, uma vez que não são componentes essenciais da estrutura produtiva. Na medida em que as atividades agrícolas se destinam ao mercado, constituindo uma produção mercantil orientada pelos critérios de máxima rentabilidade, as cidades têm o seu papel reforçado como centros de comercialização e de concentração do capital comercial dominante na produção agrícola.

A urbanização é também o aumento do tamanho relativo dos pontos de concentração no espaço. A tendência à concentração espacial em pontos localizados e a expansão de alguns desses pontos em detrimento de outros é um movimento irrecorrível que expressa a lógica das atividades econômicas que se diferenciam gradativamente.

As tendências de concentração do nível operacional e do capital, ambos estreitamente associados, manifestam-se em todos os setores e gêneros da economia, na esfera comercial e de

serviços, bem como na esfera da produção industrial. Essa concentração é acompanhada simultaneamente de grandes vazios territoriais e de pequenos centros que sobrevivem muito mais como produto de períodos históricos anteriores do que pelas exigências da própria estrutura produtiva. A homogeneização do território e a sua ocupação racional se defrontam com a necessidade técnica da concorrência entre as empresas que determina as localizações vantajosas nos centros que surgem como pólos de concentração. A redefinição das escalas operacionais e a da concentração do capital comercial e de serviços reforçam as tendências à concentração, diferenciando entre si as cidades e estruturando um sistema urbano. A cidade, enquanto forma de apropriação do território na sociedade industrial, integra-se, portanto, a um sistema urbano hierarquizado que expressa uma divisão do trabalho.

O aspecto mais marcante da urbanização, com o capitalismo, é a metropolização, ou seja, a conformação de contínuos urbanos mediante a fusão das malhas urbanas que se integram compondo um único centro urbano e cobrindo vastas regiões geográficas.

Nos países de economia desenvolvida, as regiões metropolitanas correspondem à forma mais adequada de existência do capital, que atinge sua fase monopolista com a formação dos grandes conglomerados e grupos financeiros, que ao separarem a gestão financeira dos grupos econômicos da gestão direta das empresas, separam especialmente essas atividades. Ao lado da concentração da gestão se dispersam as tarefas de execução, criando um conjunto unificado em que nos centros de alto valor se instalam grandes sedes centrais das empresas, ao passo que

as malhas externas são ocupadas gradativamente pelas plantas industriais e pelos operários e funcionários desses grandes impérios econômicos.

A elevação constante do preço do solo urbano ocorre paralelamente a esse movimento, constituindo seu fundamento último, provocada pelo reforçamento da propriedade que assegura a possibilidade de apropriação de uma renda que surge das condições de monopólio e não-reprodutibilidade das edificações justapostas e da infra-estrutura, como o sistema viário, parques e jardins que não podem ser reproduzidas por um capital individual.

A desigual distribuição desses equipamentos urbanos gera grandes diferenciais de preço, assegurando uma ocupação socialmente diferenciada da área urbana, com as populações mais pobres ocupando as áreas mais desvalorizadas ou os locais em deterioração, cuja recuperação é inviável na medida em que a renda fundiária a ser capitalizada os torna inadequados para o uso habitacional. Assim, as áreas de maior valorização são ocupadas pela direção dos grandes grupos, pelo comércio de luxo e pelas casas noturnas da moda.²⁴ O deslocamento das empresas industriais para o exterior da malha urbana, instalando-se à margem das grandes vias de comunicação, constitui um sistema urbano linear de centros que se sucedem. As camadas mais ricas da sociedade simultaneamente reproduzem grandes subúrbios residenciais que caracterizam a vida metropolitana das grandes cidades americanas.

²⁴ HARVEY, David. Urbanismo é desigualdade social. Madrid, Siglo XXI, 1977.

No Brasil, com exceção provável de São Paulo, os sistemas metropolitanos se constituem vinculados a uma desorganizada ocupação da malha urbana, ainda que definidos em lei,* sem a criação dos órgãos correspondentes com função de gestão enquanto instância intermediária. A ausência de uma política de uso do solo, com o correspondente sistema tributário, tem sido responsável pela criação de vazios no interior dessa malha, formados pela existência de reservas especulativas de terrenos. A não separação entre o direito de uso e o direito de propriedade na legislação urbana brasileira inviabiliza qualquer esforço de ocupação ordenada e racional do solo.

Esses fatores são responsáveis pela excessiva ampliação da malha urbana além das necessidades colocadas pelo contingente populacional desses centros, acarretando uma elevação desnecessária dos custos de implantação de infra-estrutura e de sua manutenção, bem como dispersão dos equipamentos urbanos necessários.

Dessa forma, os centros próximos às cidades núcleos tendem a se expandir além das suas possibilidades financeiras, sendo ocupados basicamente por uma população de baixa renda que não tem acesso ao solo e à moradia, em virtude da elevação artificial dos preços nas cidades núcleos.

A demanda por solo urbano edificável e a infra-estrutura urbana exigida pela população em crescimento refletirão nos preços das áreas ocupadas com habitação, bastante sensíveis aos processos de valorização fundiária. A ausência de uma política

*As regiões metropolitanas foram instituídas no Brasil pela Lei Complementar nº 14/73.

de uso do solo urbano e de um sistema tributário deficiente que atuasse contra a especulação e o lucro imobiliário, reforçam essas tendências. Assim, parte significativa da população com baixos rendimentos tende a se deslocar para as regiões e centros mais próximos, criando as chamadas "cidades dormitórios", que começam a surgir no Estado do Paraná em torno dos centros regionais e adquirem dimensão maior na Região Metropolitana de Curitiba.

Essa tendência em Curitiba é reforçada pela política de uso do solo posta em prática na cidade. Essa política, ao aliviar áreas centrais de maiores pressões pelos interesses imobiliários, mediante a oferta de eixos equipados com infraestrutura, cria também nesses mesmos eixos "corredores" de intensa valorização fundiária que acabam por se constituir em extensões de terrenos ociosos que formam grandes estoques especulativos. Esses fatos acabam por provocar a extensão da malha urbana de Curitiba para os municípios limítrofes, dotados de menos infraestrutura como, por exemplo, Colombo, Almirante Tamandaré, Piraquara, cujo crescimento superou todas as previsões (tabela 30).

TABELA 30 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DE ALGUNS MUNICÍPIOS PRÓXIMOS À CIDADE-NÚCLEO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1970-1980

MUNICÍPIOS	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA		
	1970	1980	Δ%
Almirante Tamandaré	4 288	27 110	532,2
Araucária	5 473	27 165	396,4
Campina Grande do Sul	319	3 786	1 086,8
Campo Largo	15 927	37 427	135,0
Colombo	1 092	54 981	4 934,9
Piraquara	12 113	60 852	402,4
Quatro Barras	1 105	3 499	211,0
São José do Pinhais	21 475	56 786	164,4

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - Tabulações Avançadas - 1980

A despeito desses fatores que se opõem ao que se entende comumente por metropolização, o processo nos seus moldes clássicos ocorre de forma embrionária em Curitiba e de forma mais acabada em São Paulo, onde já se constitui uma periferia industrial, como a região do ABC, local de concentração das grandes empresas que dominam o mercado automobilístico e o setor produtor de autopeças.

Na Região Metropolitana de Curitiba, esse processo ainda que embrionário já possui características irreversíveis. Araucária se define como um pólo da indústria química acoplada à refinaria da PETROBRÁS; em Curitiba a Cidade Industrial se constitui em um esforço de ordenamento da ocupação espacial da Região Metropolitana, que se consolida gradativamente não só em virtude da implantação de novas empresas como pelo deslocamento de outras já existentes no interior da malha urbana do município pólo; São José dos Pinhais se caracteriza como área alternativa para alguns investimentos industriais. Curitiba desenvolve suas funções de serviços de atendimento à população e à produção, enquanto que os núcleos vizinhos se transformam em locais de moradia.

A proliferação de centros urbanos no espaço geográfico do Estado, a concentração populacional nos centros que se constituem em pólos regionais e finalmente a metropolização conformam um processo de adequação do território à nova estrutura produtiva do sistema econômico.

Se a urbanização é um processo vinculado à industrialização, no sentido de criar um sistema urbano hierarquizado, ur-

banismo* se refere a uma forma de vida associada a um certo tipo cultural. Via de regra essa cultura urbana é oposta a uma cultura rural, como proposto por Wirth, para quem o adensamento da população, a heterogeneidade social e a complexidade estão na base de uma cultura especificamente urbana, caracterizada pela segmentação de papéis, pelas relações mediatizadas em substituição às aquelas espontâneas e diretas e pelo indiferentismo pessoal.²⁵

Essas características, entretanto, definem muito mais o que se entende por traços culturais dominantes na sociedade capitalista, quando o indivíduo perde seu papel de membro de uma associação comunitária, transformando-se em um ente autônomo e independente que assegura a sua sobrevivência ao se envolver em relações mercantilizadas.

O que se apresenta de imediata na vida urbana é um tipo particular de consumo, que em virtude de sua natureza só pode ocorrer de maneira coletiva, pois as formas urbanas são fixadas se opondo, portanto, a uma apropriação individual. Assim, a cidade se manifesta como uma concentração de meios de consumo coletivos, o que faz com que essa se revele sempre como local de uma forma específica de vida.

A pressão sobre o solo edificável, elevando seu preço relativo, é um problema nítido na cidade. A necessidade do solo é maior na medida em que o próprio conceito de habitação tende a se transformar nas grandes aglomerações humanas, para

*A noção de urbanismo não se restringe ao desenho urbano, nem é esse o aspecto relevante nesta análise.

²⁵VELHO, Otavio Guilherme org. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

incluir uma rede de serviços e comércio, como educação, atendimento de saúde, atividades culturais e societárias, instalações para a prática esportiva, etc. que aumentam a pressão pelo solo edificável e transformam a habitação em um sistema de uso eminentemente coletivo. Isso se opõe à idéia corrente de que a habitação é apenas um local de moradia para assegurar o abrigo da unidade familiar.

As diferentes funções econômicas urbanas ligadas à gestão dos grandes grupos econômicos, às atividades de serviços de crédito, ao comércio, ao grande comércio em escala, ao comércio à retalho e às atividades produtivas se distribuem pelo espaço urbano não coincidindo sempre com os locais de concentração habitacional. Daí a necessidade de um transporte de massas que permita a articulação física permanente entre essas funções, e de um sistema viário especializado e diferenciado, conforme seus objetivos funcionais. As vias expressas que asseguram o rápido escoamento da população, no maior volume possível, dependem de um sistema desenvolvido de transporte de massas que torna inadequado o uso do transporte individual. Ao lado disso, os sistemas de transporte de cargas com vias especializadas, os terminais de carga, e as instalações aeroportuárias constituem o grosso dos equipamentos destinados às atividades de apoio à produção, compondo parte de suas condições gerais de produção.

Em oposição à concentração dos meios destinados ao apoio à produção estão aqueles destinados ao consumo coletivo: habitação, equipamentos urbanos, sistema de saúde e educação que definem cada vez mais a vida urbana, ou seja, a forma de existência da população nas sociedades industriais.

Na medida em que o investimento privado, que se orienta pelos critérios de rentabilidade, opõe-se ao uso coletivo dos equipamentos, tanto no que se refere ao apoio à produção quanto ao consumo coletivo, torna cada vez mais necessária a presença do investimento público.

Em virtude da grande concentração de capital nos setores de infra-estrutura, os investimentos adicionais se fossem realizados com base em uma taxa média de lucro implicariam custos de serviços tão elevados que acarretariam uma descapitalização gradativa dos setores privados. A construção e operação de estradas e grandes terminais de cargas, de instalações aeroportuárias e de sistemas de comunicação se atribuídas às empresas privadas que só realizam seus investimentos à base de uma rentabilidade média - caso contrário se dirigiriam a outros ramos da economia - tornariam o preço final desses produtos, no seu conjunto, incompatível com as necessidades da produção, ou reduziriam a produção e operação de infra-estrutura a um nível insuficiente, o que inviabilizaria todo o setor.

Se a produção e operacionalização dos equipamentos e dos serviços destinados ao consumo coletivo fossem atribuídas às empresas privadas, operando sob os critérios da rentabilidade dominante na economia, seu preço final que é coberto pela massa de salários implicaria sua elevação, o que acarretaria a necessidade de investimentos maciços no setor industrial para eliminar trabalho, mudaria a relação capital/trabalho e refletiria na taxa de lucro média desse setor.

Os níveis salariais se mantendo estáveis alijariam a população, que tem seu meio de sobrevivência no trabalho e no salário, do acesso aos bens e serviços, sem os quais a vida

urbana é praticamente inviável.

O caso da habitação é típico, pois o seu ciclo de produção é particularmente prolongado e o produto final indivisível, não podendo ser adquirido em partes, estando, portanto, acima da capacidade de compra da população o que torna necessário seu funcionamento acoplado a um setor financeiro.

Esse setor desempenha um duplo papel: ao garantir a rápida rotação do capital produtivo elimina a necessidade de mantê-lo imobilizado durante o extenso ciclo da produção e ao funcionar como capital de empréstimo na aquisição da casa assegura o retorno mais ágil do produto à forma dinheiro. Caso não existisse o capital de empréstimo, o pagamento coincidiria com o aluguel, paralisando a rotação do capital investido. Em virtude desse papel específico, o capital de giro se autonomiza em relação ao capital produtivo, entrando em um circuito particular de valorização mediante sua integração ao preço final.

O Poder Público se ausentando dessa área particular dos meios de consumo coletivos e considerando o caráter extensivo da habitação, provoca necessariamente uma crise habitacional. A produção de habitações nos parâmetros de um capital de giro autonomizado, sustentado por um sistema financeiro, é capaz de atender somente a demanda solvável. A chamada "demanda social", constituída pela massa das famílias em procura de habitação, permanece não atendida.

Isso é perceptível no caso brasileiro, em que o Estado na reforma financeira de 1965 se antecipou ao setor privado e constituiu esse sistema financeiro ao criar o BNH, a fim de sustentar o mercado imobiliário, principalmente ao setor da construção de habitações.

A constituição do Sistema Financeiro de Habitação não eliminou o déficit habitacional e tampouco acompanhou a demanda por novas habitações; a necessidade de habitação estava em torno de 8 000 000 de unidades quando esse foi criado. Previam-se a construção de 3 500 000 residências nos primeiros 10 anos de funcionamento. Até 1971 foram construídas 800 000 habitações, das quais 1/4 eram habitação popular. Em 1970, o déficit estava em torno de 8 000 000 de habitações, sendo que 6 500 000 aproximadamente eram habitações subnormais devido à falta de serviços urbanos: água, esgoto, eletricidade.²⁶

Com o crescimento da população urbana na década de 70 de 28 394 211 habitantes e considerando 5 pessoas por domicílio, a necessidade de novas residências aumentou em aproximadamente 5 678 842 habitações, enquanto que os contratos de financiamento do BNH no mesmo período foram de aproximadamente 2 593 000 unidades.²⁷

A habitação é um dos setores do qual o Poder Público se ausentou ou ingressou para se antecipar às empresas privadas financeiras e dar sustentação à indústria da produção de habitações. Em outras áreas de consumo coletivo ocorre situação idêntica, como exemplo a saúde pública e o atendimento médico hospitalar, que transferido à iniciativa privada não tem atendido às exigências da população.

Igualmente o setor educacional, transferido às insti-

²⁶ BRUNA, Paulo J.V. Arquitetura, industrialização e desenvolvimento. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, Perspectiva, 1976.

²⁷ BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. Relatório de atividades 1980. RJ, 1981.

tuições privadas, aumentou as dificuldades para a maioria da população obter educação formal básica.

A área do saneamento básico, essencial às grandes aglomerações uma vez que assegura à população um mínimo de segurança sanitária, foi transferida para grandes companhias estatais que operam em um sistema financeiro idêntico àquele constituído para a habitação. O Sistema Financeiro do Saneamento opera através dos Bancos Estaduais e das Companhias Estaduais de Saneamento, captando recursos no mercado financeiro, mediante poupanças privadas e compulsórias, e os transferindo às companhias de saneamento. A necessidade das companhias de amortizar seus investimentos e assegurar as despesas correntes, além de remunerar capitais de empréstimo tem elevado os custos desses serviços e exigido escalas operacionais inadequadas para o atendimento de grande parte da população.

Além disso, o baixo índice de ocupação da área urbana, em virtude do crescimento da sua malha decorrente da constituição de reservas especulativas de terrenos, aumenta ainda mais os custos de implantação desses serviços.

Com exceção da educação, todas as três áreas arroladas anteriormente possuem uma organização centralizada, transformando os órgãos a elas ligados, que operam nas Unidades da Federação, em mera extensão de uma política nacional. Isso faz com que órgãos como SANEPAR, de atuação estadual na área de saneamento, não sejam mais que um componente do sistema nacional do saneamento, tendo em vista aquelas normas de operação, não é possível atender a população urbana nessa área, o que a leva à margem dos serviços de saneamento, uma vez que os custos financeiros e de investimentos são transferidos para as

tarifas cobradas dos usuários. No Estado do Paraná apenas 11% dos municípios dispõem de saneamento básico e desses são poucos os que atingem 50% das unidades residenciais.

Os órgãos de habitação popular como as COHABs criados para atender a demanda de famílias com renda até 5 salários, por estarem vinculados ao BNH padecem da mesma incapacidade de atender a população das faixas salariais a que se propõem.

A título de exemplo, o preço médio final das habitações produzidas em 1980 pela COHAPAR estava em torno de Cr\$ 456 835,42, quando o salário-mínimo regional em novembro desse ano era de Cr\$ 5 788,80.

Os custos de habitação, não considerando as despesas financeiras distribuíram-se da seguinte forma:

- a) habitação 77%:
 - i) material 38%;
 - ii) mão-de-obra 20%;
 - iii) encargos sociais 19%;
- b) infra-estrutura 17%;
- c) terreno 5%;
- d) taxas 1%;
- e) total 100%.

Em contrapartida, existem programas destinados ao financiamento das funções de apoio à produção que implicam retorno nulo aos cofres públicos dos gastos efetuados. Esses gastos contemplam principalmente a concessão de áreas com toda a infra-estrutura, com vias de acesso e outros equipamentos para implantação industrial, mediante pagamento de preços simbólicos.

5 UM NOVO MODELO TERRITORIAL

5.1 RESULTADOS DOS ESTUDOS

O projeto procurou apresentar as causas estruturais da concentração populacional e das atividades econômicas, enfatizando a base agropecuária da urbanização, além de demonstrar que isso corresponde à exigência de uma economia regional que se define na sua integração com o mercado brasileiro, comando pelos pólos dinâmicos localizados em outros estados.

Com esses resultados, o projeto procurou definir um modelo territorial que assegure uma ocupação mais racional do território e ao mesmo tempo garanta uma maior correspondência entre as políticas e a dinâmica espacial da economia.

Para determinar um novo modelo territorial foi necessário partir de dois estudos realizados com base na Teoria da Polarização: "Projeto de regionalização administrativa"²⁹ e "Política de desenvolvimento urbano para o Estado do Paraná."³⁰

A Teoria dos Locais Centrais trata as cidades como se essas possuíssem leis próprias de funcionamento e como se estabelecessem entre si certas relações permanentes. Assim, procura transformar regularidades empíricas em teoria geral, não considerando as mudanças que ocorrem frequentemente na estrutura sócio-econômica e transformam o sistema de cidades.

²⁹ IPARDES. Projeto de regionalização administrativa. Curitiba, 1976. v.2.

³⁰ PARANÁ. Governo do Estado. Coordenação do Planejamento Estadual. PDU - Política de desenvolvimento urbano para o Estado do Paraná. Curitiba, 1973.

Os resultados das análises desenvolvidas sobre a concentração do Terciário, a ênfase no aspecto agroindustrial da industrialização e a concentração populacional permitem o aproveitamento desses estudos, como referencial empírico, apesar das limitações assinaladas.

Com base na Teoria de Polarização, o IPARDES realizou a regionalização do Estado, enfatizando a região enquanto unidade espacial com dinamicidade e unicidade próprias e permitindo a identificação de uma hierarquia urbana, a nível de subsistema de cidades associado a cada região.

A elaboração do trabalho foi baseada na Teoria dos Locais Centrais em que se delimitou as áreas polarizadas, utilizando-se dois modelos:

- a) modelo potencial;
- b) modelo de fluxos.

Foram consideradas as cidades que apresentavam população urbana próxima, igual ou superior a 7 000 habitantes, em 1975, e que possuíssem posição de destaque quanto ao valor agregado industrial e o valor agregado comercial. Dessa forma, foram selecionadas 84 cidades.

Através do modelo potencial se obteve a seguinte regionalização:

PÓLO REGIONAL	PÓLO SUB-REGIONAL	PÓLO ZONAL
Curitiba	União da Vitória Paranaguá	Rio Negro
Ponta Grossa	Guarapuava	Iratí Telêmaco Borba
Londrina	Jacarézinho Cornélio Procopio	Ivaiporã Apucarana
Maringá	Paranavaí Umuarama Campo Mourão	Cianorte Pato Branco Medianeira Foz do Iguaçu
Cascavel		

Com o modelo de fluxo foram analisados os fluxos de bens, de pessoas e de comunicações para a determinação das regiões nodais ou polarizadas, bem como dos graus de centralidade das cidades.

Como variáveis foram escolhidas, em um primeiro momento, os fluxos de passageiros por ônibus intermunicipais e as chamadas telefônicas interurbanas, posteriormente foram usados os fluxos de comercialização de produtos agrícolas e, complementarmente, os fluxos vetoriais de 22 funções urbanas.

Procedimentos posteriores de compatibilização permitiram obter a regionalização abaixo:

PÓLO REGIONAL	PÓLO SUB-REGIONAL	PÓLO ZONAL	PÓLO SUBZONAL
Curitiba	<ul style="list-style-type: none"> — União da Vitória — Paranaguá 	Irati	Palmas
Ponta Grossa	<ul style="list-style-type: none"> — Guarapuava 	Telêmaco Borba	Castro Laranjeiras do Sul
Londrina	<ul style="list-style-type: none"> — Cornélio Procópio — Jacarezinho 	Apucarana Wenceslau Braz	Assaí
Maringá	<ul style="list-style-type: none"> — Paranavaí — Campo Mourão — Umuarama 	Cianorte	Nova Esperança Cruzeiro do Oeste
Cascavel	<ul style="list-style-type: none"> — Pato Branco 	Toledo	Foz do Iguaçu

Considerando o resultado dos dois modelos, optou-se pelo de fluxos, uma vez que esse serve apenas de marco referencial, pois não observa os fluxos, limitando-se a avaliá-los. O modelo de fluxos se revelou também mais representativo da realidade paranaense e permitiu, assim, uma regionalização final

de 5 regiões e 14 sub-regiões, contendo os municípios abaixo:

- | | | |
|---|---|--|
| 1. Região de Curitiba:
46 municípios | { | Sub-região de Paranaguã: 6 municípios
Sub-região de Curitiba: 32 municípios
Sub-região de União da Vitória: 8 municípios |
| 2. Região de Ponta Grossa:
24 municípios | { | Sub-região de Ponta Grossa: 17 municípios
Sub-região de Gurapuava: 7 municípios |
| 3. Região de Londrina:
80 municípios | { | Sub-região de Jacarésinho: 16 municípios
Sub-região de Cornélio Procópio: 21 municípios
Sub-região de Londrina: 43 municípios |
| 4. Região de Maringá:
94 municípios | { | Sub-região de Maringá: 43 municípios
Sub-região de Paranavaí: 23 municípios
Sub-região de Umuarama: 12 municípios
Sub-região de Campo Mourão: 16 municípios |
| 5. Região de Cascavel:
46 municípios | { | Sub-região de Cascavel: 23 municípios
Sub-região de Pato Branco: 23 municípios |

No PDU foram estudadas as 288 cidades paranaenses, sendo destacadas no diagnóstico e nas proposições as 41 cidades com mais de 10 000 habitantes que representavam 66,8% da população urbana do Estado.

Usando o modelo de fluxos de passageiros e de fluxos de telefonemas e a partir de uma elaboração prévia da tipologia das cidades foram obtidos 15 municípios por fluxos de telefonemas e 16 por fluxo de passageiros.

No primeiro caso foi obtida a seguinte regionalização:

Sub-regiões: Curitiba, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel, Jacarésinho, Cornélio Procópio, Londrina,

Apucarana, Maringá, Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí, Umuarama.

No modelo de fluxos de passageiros em ônibus foi obtida a regionalização abaixo:

Sub-regiões: Curitiba, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Apucarana, Maringá, Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí, Umuarama e União da Vitória.

Com o recurso da análise fatorial para os 288 municípios, considerando 90 variáveis que abrangiam dados dos setores social, econômico, físico-territorial e administrativo, agrupados em 19 fatores com valores estimados para os lugares considerados, foi construída a hierarquia urbana. Análises posteriores, com base nos resultados da análise fatorial, levaram à caracterização de 9 tipos diferentes para as 288 cidades paranaenses.

Assim, o PDU propôs alternativas para o Desenvolvimento Urbano do Paraná, divididas em três grupos: Sistema Polinuclear, Biaxial e Tripolar.

O sistema Polinuclear procurou reforçar o desenvolvimento das cidades que demonstraram ter centralidade regional expressiva. Os pólos selecionados foram os seguintes: Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, Maringá, Paranavaí, Irati, União da Vitória, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel, Umuarama, Campo Mourão, Cornélio Procópio e Jacarézinho.

No sistema Biaxial foram enfatizados dois eixos principais do Estado. Como boa parte da infra-estrutura urbana se concentra ao longo desses eixos, os principais centros urbanos do Estado estariam aí localizados. Essa alternativa reforçaria o papel de Curitiba como capital.

A atividade urbana se estenderia a partir do pólo de Curi-

tiba, formado também pelo Porto de Paranaguã e a cidade de Ponta Grossa, em direção ao Norte até Londrina e Maringá e em direção ao Oeste até atingir Cascavel e Toledo. Nessa proposta o modelo é uma diretriz linear de desenvolvimento urbano e não puntiforme como anteriormente.

O sistema Tripolar previa a criação de três pólos de grande dinamismo. O primeiro corresponderia à cidade de Curitiba somada à de Ponta Grossa; o segundo, às cidades de Maringá e Londrina e o terceiro ao eixo Cascavel-Guaíra.

5.2 UMA PROPOSTA-SÍNTESE

Optou-se por uma nova hierarquização para os centros que possuem um evidente papel regional, tendo em vista os resultados obtidos.

Para identificar esses centros foi adotado um quadro comparativo, no qual foram listados os centros presentes na regionalização final construída pelo IPARDES e associados àqueles obtidos pelos modelos de fluxos de telefonemas, de passageiros de ônibus e da proposta da alternativa Polinuclear do PDU. Os Centros listados a partir da regionalização, presentes em qualquer um dos métodos usados pelo PDU, foram assinalados com o sinal +.

REGIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	FLUXOS DE TELEFONEMAS	FLUXOS DE PASSAGEIROS	SISTEMA POLINUCLEAR
Curitiba	+	+	+
Paranaguã			
União da Vitória		+	+
Ponta Grossa	+	+	+
Guarapuava	+	+	+
Londrina	+	+	+
Jacarézinho	+	+	+
Cornélio Procópio	+	+	+
Maringá	+	+	+
Paranavaí	+	+	+
Umuarama	+	+	+
Campo Mourão	+	+	+
Cascavel	+	+	+
Pato Branco	+	+	+

Os centros constantes do quadro comparativo que estão presentes na Regionalização Administrativa foram considerados inicialmente como possuidores de nítido papel polarizador.

Estão excluídos do quadro os centros de Apucarana e Irati que aparecem no modelo Polinuclear do PDU e Cianorte que estava incluído nos modelos de fluxos de telefones e de passageiros de ônibus do mesmo PDU.

Paranaguá, em virtude de possuir atividade portuária, com um Terciário relativamente grande e vir concentrando algumas empresas agroindustriais e, além disso, possuir na sua sede municipal a oitava população urbana residente nas sedes de municípios do Paraná, foi incluída entre os centros com papel regional. Isso é reforçado pelo fato de ser o maior e único centro de porte relativo do litoral paranaense.

Considerando a variável população, em virtude de sua dimensão constituir um mercado que assegure uma gama de serviços e atividades comerciais capazes de atender uma região adjacente e na medida em que se constituem em pólos de implantação industrial, adotou-se o critério de população mínima de 30 000 habitantes na sede municipal para solucionar os casos em que não houve correspondência no quadro comparativo.

Dessa forma, exclui-se Jacarezinho em virtude de não ter população igual ou acima de 30 000 habitantes e sua proximidade de centros como Santo Antonio da Platina, com população equivalente, e Ourinhos, em São Paulo. Foi excluída igualmente Cianorte, pois não figura na listagem da regionalização e nem no sistema Polinuclear do PDU, no qual aparecem os centros com indiscutível papel central.

Irati foi excluída uma vez que não aparece na listagem

da regionalização e tinha em 1980 população bem inferior a 30 000 habitantes.

Apucarana foi incluída por possuir população superior a 30 000 habitantes na sede urbana e constar dos 3 métodos do PDU.

Tendo em vista a população e o papel polarizador, os centros foram agrupados em 5 grandes grupos: o primeiro representado por Curitiba, dada a sua situação de cidade-núcleo da região metropolitana; o segundo constituído por Londrina, que passa por um processo de metropolização; o terceiro, formado pelos grandes centros regionais com população na sede urbana superior a 100 000 habitantes; o quarto formado pelos centros regionais com população entre 50 000 e 100 000 habitantes na sede municipal, constituído por Guarapuava, Paranavaí, Paranaguá e Apucarana e finalmente o quinto representado pelos centros com mais de 30 000 habitantes, formado por Umuarama, Campo Mourão, Cornélio Procópio, União da Vitória* e Pato Branco.

A disposição desses centros pode ser visualizada no quadro abaixo, com a correspondente população da sede urbana, bem como no mapa 2.

CENTROS	POPULAÇÃO
1. Curitiba	1 025 979
2. Londrina	258 054
3. Ponta Grossa	171 365
Maringá	160 645
Cascavel	100 351
4. Guarapuava	81 304
Paranaguá	71 173
Apucarana	63 733
Paranavaí	52 654
5. Umuarama	49 441
Campo Mourão	46 103
Cornélio Procópio	31 201
União da Vitória	22 682
Pato Branco	30 913

*A inclusão de União da Vitória se deve inicialmente ao fato de constar da listagem da regionalização e do Sistema Polinuclear e também, porque compõem junto com Porto União, em Santa Catarina, um único centro urbano de dimensão bem maior do que se tomada isoladamente.

5.3 MODELO TERRITORIAL ALTERNATIVO

Das Políticas de Desenvolvimento Urbano propostas pelo PDU, as alternativas do Sistema Biaxial e do Sistema Polinuclear são as que merecem destaque.

Como foi assinalado anteriormente, a descentralização industrial ocorre a partir de pólos de concentração e à margem dos meios de comunicação, em virtude da necessidade de grande extensão de terrenos para empresas que têm suas plantas montadas em formas de fluxos contínuos horizontais.

Dessa forma, a proposta de eixos adquire sentido na medida em que considera esse fator condicionante. Assim, é necessário desenvolver a proposta do eixo Curitiba-Ponta Grossa, incluído no sistema Biaxial e incorporar Paranaguá, em função do seu desenvolvimento econômico recente e das atividades portuárias ali localizadas. Paranaguá, juntamente com Curitiba e Ponta Grossa, está incluída no sistema alternativo Tripolar do PDU, não havendo portanto grande desacordo. Desde já, Ponta Grossa pode ser apontada como área alternativa à Região Metropolitana de Curitiba, para investimentos industriais.

O crescimento da população urbana e, provavelmente, da infra-estrutura não indicam que as expectativas em torno do Sistema Biaxial estejam se verificando. Na região Norte a expansão urbana tem se manifestado mais em torno dos pólos ou nas suas proximidades. Na parte Sul, os grandes pólos simplesmente reforçam o quadro anterior.

No que se refere ao Norte, a evolução populacional urbana ocorreu de forma bem acentuada nas proximidades dos dois grandes pólos, Londrina e Maringá, e as demais se limitaram a acompanhar a média do Estado, ou se mantiveram abaixo dela.

(tabela 31).

TABELA 31 - POPULAÇÃO URBANA, VARIAÇÃO PERCENTUAL E TAXA GEOMÉTRICA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS CENTROS DO SISTEMA METROPOLITANO - 1970-1980

CENTROS	POPULAÇÃO URBANA			TAXA GEOMÉTRICA ANUAL
	1970	1980	Δ %	
Paçandu	2 407	7 747	221,9	2,4
Maringã	51 579	158 047	206,4	11,9
Sarandí* (Marialva) ¹	2 087	19 763	845,0	25,2
Marialva	6 916	10 623	53,6	4,4
Mandaguari	11 461	14 696	28,2	2,5
Jandaia do Sul	11 532	12 608	11,3	1,8
Cambira	1 459	1 987	36,2	3,1
Priapô* (Apucarana)	920	1 408	53,0	4,4
Apucarana	41 813	63 733	52,4	4,3
Arapongas	36 609	48 216	31,7	2,8
Rolândia	19 301	25 091	30,0	2,7
Cambé	13 399	44 725	233,8	12,8
Londrina	156 352	258 094	65,1	5,1
Ibiporã	12 999	20 066	54,4	4,4
TOTAL	368 634	686 804	86,6	6,4

FONTE: FIBGE: Censo Demográfico - Tabulações Avançadas - 1980

*Sede de distritos

¹Sarandí foi elevada à Sede Municipal em 1982

Quanto ao Sul, com exceção de Cascavel e Guarapuava, nenhum outro centro merece destaque (tabela 32).

TABELA 32 - POPULAÇÃO URBANA, VARIAÇÃO PERCENTUAL E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DOS CENTROS DO EIXO SUL - 1970-1980

CENTROS	POPULAÇÃO URBANA		Δ %	TAXA GEOMÉTRICA ANUAL
	1970	1980		
Palotina	3 567	9 876	174,4	10,6
Vila Maripã* (Palotina)	889	1 427	60,5	4,9
Vila Nova* (Toledo)	394	932	136,6	9,0
Toledo	10 758	36 198	236,5	12,9
Cascavel	33 852	100 351	196,4	11,5
Ibema* (Catanduvas)	292	1 336	357,5	16,4
Guaraniaçu	1 771	5 661	219,7	12,3
Borman* (Guaraniaçu)	77	373	384,4	17,1
Laranjeiras do Sul	5 164	19 329	274,3	14,9
Virmond*(Laranjeiras do Sul)	454	409	(9,9)	(1,0)
Cantagalo* (Guarapuava)	493	1 313	166,3	10,3
Guarapuava	39 535	88 217	123,0	
Guarã* (Guarapuava)	293	310	5,8	0,6
Prudentópolis	5 994	8 645	44,2	3,7
Guamiranga* (Imbituva)	331	772	133,2	8,8
Imbituva	4 157	4 791	15,3	1,4
Periquitos* (Ponta Grossa)	19 968	487	*	
Ponta Grossa	92 285	171 365	85,7	6,4
TOTAL	220 274	451 702	105,1	7,4

FONTE: FIBGE: Censos Demográficos, Tabulações Avançadas, 1980

*Sede de distritos

¹Periquitos desaparece como sede de distrito em 1980, em virtude de haver formado juntamente com Ponta Grossa um contínuo urbano

Assim, a alternativa do eixo Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa deve ser enfatizada. Ao lado desse, o centro de Londrina parece se destacar dos demais na região Norte, iniciando com Cambê, Ibiporã e, secundariamente, Rolândia um processo gradual de metropolização, que implica, entre outras coisas, a definição de Londrina como região prioritária para implantação industrial.

Os demais centros devem ser contemplados na perspectiva do Sistema Polinuclear e ter reforçado o seu papel de dinamização regional.

6 CONCLUSÃO

O projeto procurou desenvolver uma análise das transformações espaciais na perspectiva da adequação do território às transformações na estrutura produtiva, usando como referência empírica os processos migratórios e a concentração espacial das atividades econômicas. A análise foi orientada pelo conceito de homogeneização que designa a desarticulação das particularidades locais e regionais, assegurando uma livre circulação do produto, da mão-de-obra e do capital.

Assim, as transformações na agricultura foram interpretadas como resultado de mudanças estruturais que levaram à generalização gradativa de técnicas produtivas e de relações de trabalho, criando uma agropecuária dinâmica e diversificada, ao mesmo tempo que idêntica nos seus traços essenciais, independente da região ou localidade. Além disso, essas mudanças dificultaram uma expansão da agropecuária baseada na incorporação da mão-de-obra, impedindo que áreas anteriormente vazias do território incorporassem população ao expandir sua área de cultivo.

A urbanização do Estado, que apresentava características marcadamente distintas em virtude dessas transformações, perde suas particularidades e disparidades.

Procurando estabelecer os nexos entre urbanização e agropecuária, o Terciário enquanto base econômica das atividades urbanas foi analisado na sua relação com a agropecuária, ao mesmo tempo

em que se procurou demonstrar que a sua concentração econômica e espacial traduz as exigências de um sistema econômico que redefine a agropecuária e a comercialização. A concentração do Terciário, principalmente das atividades comerciais, além de responder a uma necessidade estrutural desarticula as bases econômicas dos pequenos centros.

Na análise da indústria se demonstrou que além da sua necessidade intrínseca de se concentrar essa está caracterizada pela implantação e hegemonia do setor agroindustrial, o que indica a base agropecuária da urbanização. Por outro lado, a classe de indústrias fornecedoras da agropecuária, ao se localizar preferencialmente em Curitiba, e o peso relativo da produção de máquinas e equipamentos nessa classe reforçam o parque Metal-mecânico que se implantou no Estado, fortemente concentrado na Região Metropolitana de Curitiba. A integração interindustrial é ainda bastante incipiente e associada à forte presença de indústrias processadoras torna o Estado uma base exportadora, com destaque especial para a agropecuária.

O ponto final dessas análises foi demonstrar que o processo de urbanização é normal nos quadros de uma sociedade industrial, destacando-se a metropolização, apesar de marcada pela desordenada ocupação da malha urbana. A metropolização enquanto criação de um ambiente urbano industrial é indicador da autonomização do processo econômico, em relação às condições físicas e naturais, e constitui um processo embrionário que tende a se reforçar.

Assim, a proposta de um modelo territorial que teve como ponto de referência o estudo de programas e propostas anteriores, procurou enfatizar o papel da Região Metropolitana de

Curitiba e de um eixo como área especial de atuação do Poder Público no que se refere à gestão do espaço.

O projeto procurou também reforçar a idéia de que os pólos regionais são pontos privilegiados para as políticas de desenvolvimento, principalmente se considerado o papel particular da agroindústria no Estado e suas tendências ao fortalecimento, na medida em que há uma gradativa especialização econômica.

Além disso, a análise foi orientada pela constatação de que a vida urbana é a forma por excelência da vida nas sociedades industriais, nas quais são realçadas as formas de consumo coletivo, que implicam revisão gradativa das políticas até agora dominantes, principalmente na área da habitação e do saneamento. Dessa forma, as cidades constituem um objeto de apropriação coletiva que esbarra constantemente na apropriação privada do solo urbano, cujo uso deve ser adequado às exigências de uma apropriação social, pois a apropriação privada do solo se opõe ao caráter coletivo das cidades, que em si mesmas são uma forma coletiva de apropriação do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BALAN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios de interpretação histórico-comparativo. Estudos CEBRAP, São Paulo (5) jul/set 1973.
02. BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. Relatório de Atividades 1980. Rio de Janeiro, 1981.
03. BARAT, Josef ed. Política e desenvolvimento urbano: aspectos metropolitanos e locais. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976. 356 p. (Monográfica, 22).
04. BRUNA, Paulo J.V. Arquitetura, industrialização e desenvolvimento. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, Perspectiva, 1976.
05. CASTELLS, M. Problemas de investigação em sociologia urbana. Lisboa, Editorial Presença, Martins Fontes, 1979.
06. CLEMENTE, J.M. & LAMICH, J. Ferran. La agricultura del futuro. Barcelona, Ediciones GEA, 1973.
07. DELLA PERGOLA, Guillianò. La conflictualidad urbana; ensayos de sociologia crítica. Barcelona, DOPESA, 1973.
08. DERYCH, Pierre-Henri. La economia urbana. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1971.
09. FOLIN, Mariano. La ciudad del capital y otros escritos. Barcelona, G. Gili, 1976.
10. FUNDAÇÃO IPARDES. Estudo de viabilidade de implantação da bolsa de mercadorias no Parana. Curitiba, 1980. 146 p.
11. _____. Programa de apoio às populações carentes do Alto e Médio Iguaçu e do Alto e Médio Tibagi - 2ª fase. Curitiba, 1981. 119 p.
12. _____. Projeto de regionalização administrativa. Curitiba, 1976. 2v.
13. HARVEY, David. Urbanismo e desigualdade social. Madrid, Siglo XXI, 1977.
14. HAUSER, Philip M. & SCHNORE, Leo F. Estudos de urbanização. São Paulo, Pioneira, 1976. 520 p.
15. IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: Economia e sociedade. Curitiba, 1982. 72 p.

16. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.
17. PARANÁ. Governo do Estado. Coordenação do Planejamento Estadual. PDU-Política de desenvolvimento urbano para o Estado do Paraná. Curitiba, 1973.
18. SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1973.
19. VELHO, Otávio Guilherme org. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
20. WEBER, Max. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.